



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS

**INÉRCIA ESTATAL E DENÚNCIA DO CAOS AMBIENTAL E SOCIAL EM
ESCRITOS EUCLIDIANOS SOBRE O ESPAÇO AMAZÔNICO**

**JOÃO PESSOA
2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS

**INÉRCIA ESTATAL E DENÚNCIA DO CAOS AMBIENTAL E SOCIAL EM
ESCRITOS EUCLIDIANOS SOBRE O ESPAÇO AMAZÔNICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras, na área de concentração Literatura, Teoria e Crítica.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Neves Rimbau Pinheiro.

**JOÃO PESSOA
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V331i Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.

Inércia estatal e denúncia do caos ambiental e social
em escritos euclidianos sobre o espaço amazônico /
Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. - João Pessoa,
2019.

157 f.

Orientação: Vanessa Neves Rimbau Pinheiro.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Escritos euclidianos. 2. Espaço amazônico. 3.
Sociedade e meio ambiente. 4. Ecocrítica. 5.
Determinismo à brasileira. I. Pinheiro, Vanessa Neves
Rimbau. II. Título.

UFPB/CCHLA

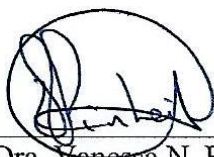
ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS

**INÉRCIA ESTATAL E DENÚNCIA DO CAOS AMBIENTAL E SOCIAL EM
ESCRITOS EUCLIDIANOS SOBRE O ESPAÇO AMAZÔNICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras, na área de concentração Literatura, Teoria e Crítica.

Data da aprovação: 23 de abril de 2019.

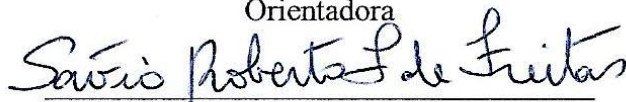
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Vanessa N. Riambau Pinheiro,

UFPB

Orientadora



Prof. Dr. Sávio Roberto Fonsêca de Freitas,

UFRPE

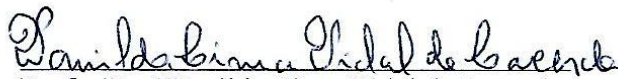
Examinador interno ao programa titular



Prof. Dr. Sérgio M. Aquino de Castro Pinto,

UFPB

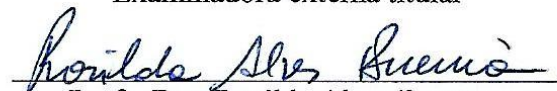
Examinador interno titular



Prof. Dra. Wanilda Lima Vidal de Lacerda,

UEPB

Examinadora externa titular



Prof. Dra. Rosilda Alves Bezerra,

UEPB

Examinadora externa titular

JOÃO PESSOA

2019

Inércia estatal e denúncia do caos ambiental e social em escritos euclidianos sobre o espaço amazônico
Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Ao meu Avô, José Alípio de Souza (*in memoriam*), modelo de homem, de pai, de cidadão que, perante as dificuldades da vida, soube fazer a diferença perante os seus.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o que seria de mim sem a fé que nele tenho.

Aos meus pais, Adaylson de Vasconcelos Costa e Itamiran Maria Sousa de Vasconcelos, que me concederam o privilégio de estar, no dia de hoje, concluindo mais uma etapa acadêmica. Sem a participação deles, o apoio, o amor, o incentivo, nada disso seria possível.

A minha irmã, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos, pelos diálogos jurídico-literários travados.

Aos meus avós, José Alípio de Souza (in memoriam) e Lindaura Siqueira Souza, modelos de vida, que nas suas limitações auxiliaram na construção do meu ser, da minha educação, tendo parcelas de contribuições no que sou hoje.

A minha orientadora, Vanessa Neves Rimbau Pinheiro, que aceitou a tarefa de me acompanhar nesses trajetos finais de tese, apesar de estar presente desde os tempos de graduação. Obrigado por tudo!

Aos meus professores do Curso de Graduação em Letras da UFPB e dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB.

Aos meus colegas nos mais variados cursos que frequentei.

Aos examinadores do presente trabalho de tese, Prof. Dr. Sávio Roberto Fonsêca de Freitas (UFRPE), Prof. Dr. Sérgio Martinho Aquino de Castro Pinto (UFPB), Profa. Dra. Wanilda Lima Vidal de Lacerda (UEPB) e Profa. Dra. Rosilda Alves Bezerra (UEPB), pelas leituras atentas e sugestões direcionadas.

À **CAPES** que cedeu bolsa de estudos e assim proporcionou uma dedicação integral a presente tese.

À **Coordenação da Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba**, nas pessoas da coordenadora, Profa. Dra. Ana Cristina Marinho Lúcio, do vice-coordenador, Prof. Dr. Roberto Carlos de Assis, e da secretária, Rosilene Marafon, obrigado por tudo.

Por fim, aos demais colegas, amigos e professores, aos que acreditaram e aos que não acreditaram em mim, pois, de um jeito ou de outro, foram relevantes na construção da minha estrada.

Inércia estatal e denúncia do caos ambiental e social em escritos euclidianos sobre o espaço amazônico
Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

O que sobretudo me satisfaz é o lucro de ordem moral obtido [...]. Assim, de qualquer modo lucrei. Venci por mim só, sem reclames, sem patronos, sem a rua do Ouvidor e sem rodas.

(Carta de Euclides da Cunha a seu pai, o Sr. Manuel Pimenta Rodrigues da Cunha, em 25 de fevereiro de 1903)

RESUMO

A presente tese doutoral traz como eixo central de sua discussão o espaço amazônico com base em uma leitura crítica promovida dentro dos escritos euclidianos, precisamente nas crônicas presentes n' *À margem da história* (1909), esta que permite o estabelecimento de uma análise de denúncia da omissão estatal que gera caos ambiental e social naquela localidade. Para tanto, estabelecemos como objetivo-geral da pesquisa reconhecer como Euclides da Cunha, a partir do contexto sócio-político-ambiental, ressignifica a proposta filosófica determinista mediante as particularidades do Brasil do Século XIX-XX. Esse percurso é construído fundado na discussão do proveito abusivo do capital em relação à natureza e ao homem, da identificação da retomada da subjetividade da natureza como sendo uma extensão também para aqueles grupos vulneráveis igualmente excluídos e da resposta de como a crítica ao estado omissor, nos escritos euclidianos sobre o espaço amazônico, pode ser analisada como uma releitura da proposta determinista e uma adequação no solo brasileiro. No plano metodológico, a pesquisa está amparada no método hipotético-dedutivo. Qualitativa, em relação à abordagem. No tocante à natureza, se mostra interdisciplinar e inclusiva, e exploratória em relação aos objetivos. Já em para os procedimentos, é bibliográfica. Estudiosos como Alier (2017), Boff (2004), Garrard (2006), Hannigan (2009), Hatoum (2002), Leff (2006, 2009 e outros), Lima (1997), Löwy (2005 e outros), Ventura (1996), dentre outros tantos, embasam as nossas discussões. Os resultados permitem a verificação que, com o início da crítica ao modelo republicano logo após os acontecimentos em Canudos, Euclides da Cunha adota uma escrita que critica o modo pelo qual o estado nacional observa e gere os espaços e as populações periféricas, no *corpus* precisamente delimitados como o espaço amazônico e a população nordestina que migrou para a região dos seringais na busca por melhores condições de vida. Com o auxílio das discussões ambientalistas e ecocríticas é dado o devido suporte para propormos a releitura da perspectiva determinista impressa pelo aludido autor para o cenário nacional, a partir da inserção do elemento estado omissor como fator primordial para o atraso do desenvolvimento nacional e estabelecimento do caos ambiental e social. Com a releitura do determinismo euclidiano, é possível constatar e concluir que a “prática de ação do estado” eleita pelas elites que detém o poder político nacional, até mesmo antes daquele período histórico, é a ação da omissão, a mesma que perdura até os dias atuais, estando sempre o estado a delegar a particulares e a outros agentes o dever de agir que prioritariamente originariamente é sua.

Palavras-chave: Escritos euclidianos. Espaço amazônico. Sociedade e meio ambiente. Ecocrítica. Determinismo à brasileira.

ABSTRACT

The present doctoral thesis brings the amazonian space as the central axis of its discussion based on a critical reading promoted within Euclidean writings, precisely in the chronicles present in *À margem da história* (1909), which allows the establishment of a complaint analysis of the state omission that generates environmental and social chaos in that locality. Therefore, we established as a general objective of the research to recognize how Euclides da Cunha, from the socio-political-environmental context, re-signifies the deterministic philosophical proposal through the particularities of nineteenth-century Brazil. This course is built on the discussion of the abusive advantage of capital in relation to nature and man, the identification of the resumption of the subjectivity of nature as an extension also for those equally excluded vulnerable groups and the response of how criticism to the state, in the euclidean writings on the amazonian space, can be analyzed as a re-reading of the deterministic proposal and an adaptation in the brazilian soil. At the methodological level, research is supported by the hypothetical-deductive method. Qualitative in relation to the approach. As regards nature, it is interdisciplinary and inclusive, and exploratory in relation to the objectives. Already for the procedures, it is bibliographical. In the case of Alier (2017), Boff (2004), Garrard (2006), Hannigan (2009), Hatoum (2002), Leff (2006, 2009 and others), Lima (1997), Löwy (2005 and others), Ventura (1996), among others, support our discussions. The results allow the verification that, with the beginning of the criticism of the republican model soon after the events in Canudos, Euclides da Cunha adopts a writing that criticizes the way in which the national state observes and manages the spaces and the peripheral populations, in the corpus precisely delimited as the amazonian area and the northeastern population that migrated to the region of the rubber plantations in search of better living conditions. With the aid of the environmental and eco-critical discussions, we are given the necessary support to propose a re-reading of the determinist perspective printed by the aforementioned author for the national scenario, starting with the insertion of the element omission as a primordial factor for the delay of national development and establishment of chaos environmental and social. With the rereading of euclidean determinism, it is possible to observe and conclude that the "state practice of action" elected by the elites that holds the national political power, even before that historical period, is the act of omission, the same that lasts until the present day, always being the state to delegate to individuals and other agents the duty to act that is primarily theirs.

Keywords: Euclidean writings. Amazonian space. Society and environment. Ecocriticism. Determinism in Brazil.

RESUMEN

La presente tesis doctoral trae como eje central de su discusión el espacio amazónico con base en una lectura crítica promovida dentro de los escritos euclidianos, precisamente en las crónicas presentes en *À margem da história* (1909), ésta que permite el establecimiento de un análisis de denuncia de la omisión estatal que genera caos ambiental y social en aquella localidad. Para ello, establecimos como objetivo general de la investigación reconocer como Euclides da Cunha, a partir del contexto socio-político-ambiental, resignifica la propuesta filosófica determinista mediante las particularidades del Brasil del Siglo XIX-XX. Este recorrido se funda en la discusión del provecho abusivo del capital en relación a la naturaleza y al hombre, de la identificación de la retomada de la subjetividad de la naturaleza como una extensión también para aquellos grupos vulnerables igualmente excluidos y de la respuesta de cómo la crítica al estado omiso, en los escritos euclidianos sobre el espacio amazónico, puede ser analizada como una relectura de la propuesta determinista y una adecuación en el suelo brasileño. En el plano metodológico, la investigación está amparada en el método hipotético-deductivo. Cualitativa, en relación al enfoque. En cuanto a la naturaleza, se muestra interdisciplinaria e inclusiva, y exploratoria en relación a los objetivos. En cuanto a los procedimientos, es bibliográfica. Investigadores como Alier (2017), Boff (2004), Garrard (2006), Hannigan (2009), Hatoum (2002), Leff (2006, 2009 y otros), Lima (1997), Löwy (2005 y otros), Ventura (1996), entre otros tantos, basan nuestras discusiones. Los resultados permiten la verificación que, con el inicio de la crítica al modelo republicano poco después de los acontecimientos en Canudos, Euclides da Cunha adopta una escritura que critica el modo por el cual el estado nacional observa y gestiona los espacios y las poblaciones periféricas, en el corpus precisamente delimitados como el espacio amazónico y la población nordestina que migró a la región de los seringales en la búsqueda de mejores condiciones de vida. Con el auxilio de las discusiones ambientalistas y ecocríticas se da el debido apoyo para proponer la relectura de la perspectiva determinista impresa por el aludido autor para el escenario nacional a partir de la inserción del elemento estado omiso como factor primordial para el atraso del desarrollo nacional y establecimiento del caos ambiental y social. Con la relectura del determinismo euclidiano, es posible constatar y concluir que la "práctica de acción del estado" elegida por las élites que detenta el poder político nacional, incluso antes de aquel período histórico, es la acción de la omisión, la misma que perdura hasta los demás los días actuales, estando siempre el estado de delegar a particulares ya otros agentes el deber de actuar que prioritariamente originariamente es suya.

Palabras clave: Escritos euclidianos. Espacio amazónico. Sociedad y medio ambiente. Ecocrítica. Determinismo a la brasileña.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O AGENTE EXPLORADOR E A SOCIEDADE DOS EXPLORADOS	17
	2.1 Enquadrando os sujeitos socialmente vulneráveis e a natureza enquanto explorados pelo capital desenfreado	18
	2.2 Discutindo a pobreza	31
	2.3 O estado como agente fomentador de segregações: um caminho literário	42
3	A RETOMADA DA NATUREZA COMO SUBJETIVIDADE.....	55
	3.1 Da necessidade de reenquadramento social da natureza.....	57
	3.2 Natureza, repensar do antropoceno e suas particularidades.....	66
	3.3 Marxismo como método capaz de revalorar a natureza na sociedade contemporânea.....	72
4	DESCOMPASSO ESTATAL E DENÚNCIA DO CAOS AMBIENTAL E SOCIAL EM ESCRITOS EUCLIDIANOS SOBRE O ESPAÇO AMAZÔNICO	82
	4.1 Ecocrítica: o enlace entre literatura e meio ambiente	83
	4.2 Reinterpretando a escrita euclidiana	95
	4.3 Crise do sistema, crise do estado e omissão do poder público garantindo a exclusão: a crítica euclidiana ao estado republicano brasileiro e às elites nacionais	104
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS	140

1 INTRODUÇÃO

O espaço amazônico traz consigo uma singularidade que é capaz de atrair múltiplos olhares a sua volta: olhares de admiração, olhares de mistério, olhares de dúvida, olhares de querer enfim compreender esse ambiente (trans)nacional que, de fato, corresponde a um universo da humanidade como um todo. Ambiente de curiosidade este que resta registrado na nossa geografia, na nossa sociologia, mas também, e de igual forma, na nossa literatura. As nossas observações sobre o lugar amazônico foram iniciadas ainda no mestrado, momento em que redigimos *Uma visão euclidiana da Amazônia: À margem da história*¹. Foi lá que traçamos os primeiros apontamentos que afunilavam a escrita euclidiana rumo aos estudos da natureza, marcando principalmente posição na ambivalência significativa que o escritor pré-modernista atentava para o meio ambiente local, espaço que transitava entre o inóspito e o caminho futuro para a modernização nacional. Dessa maneira, a singularidade de como a natureza está representada na literatura nacional foi expressada, bem como a crítica apresenta o pensamento euclidiano.

Destarte, as inquietações geradas e alimentadas durante esse processo de escrita foram tamanhas que, mesmo ingressando no doutoramento com outro projeto de tese, qual seja *Literatura, messianismo e meio ambiente nas narrativas Videiras de cristal*, Os

¹ VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de. **Uma visão euclidiana da Amazônia: À margem da história**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

sertões e O bruxo do Contestado, regressamos para as discussões que abordam o espaço amazônico e os escritos euclidianos, mas agora não apenas discutindo o meio ambiente na composição euclidiana e sim um eixo que incomodava todo o pensamento euclidiano: a construção da nação e a exclusão dos espaços e sujeitos periféricos. Euclides da Cunha se mostra inquieto perante os caminhos nos quais são postos o país pelas elites nacionais, tão incomodado que rompe com o modelo monarquista e desde sempre se comporta como um entusiasta do modelo republicano, pois vê nesse o caminho possível para o desenvolvimento nacional em suas múltiplas vertentes, capaz de não apenas centrar esforços e atenções no centro-sul nacional. A modernidade na sua visão deveria abranger todos os rincões desse país como forma de efetivar de fato o crescimento nacional e transformar o país num frutífero espaço para o progresso, como asseverado em *Solidariedade sul-americana*². Assim, o papel do Estado, centrado claro nas ações de suas elites políticas em face da busca desse desenvolvimento nacional que privilegie a inserção de espaços e sujeitos periféricos na construção dessa ressignificação do país. Entretanto, como verificaremos, esse entusiasmo primeiro sobrevive a poucos eventos históricos e modifica o pensamento que o referido autor passa a deter para o regime que se iniciava, o republicanismo.

Selecionado Euclides da Cunha como porta voz dessa nova concepção de construção amazônica, resta agora selecionar o nosso *corpus*. Assim, observando a densidade literária na qual estão inseridos os escritos euclidianos sobre a Amazônia, permanecemos com a obra *À margem da história* (1909) como *corpus* da presente tese doutoral, de modo que, através dessa leitura que Euclides da Cunha imprime sobre o espaço amazônico buscaremos evidenciar a concretude ou não da nossa hipótese. De logo, enfatizamos que o enfoque será dado nas crônicas que reluzem abordagens a respeito dessa realidade eleita para análise, quais sejam: *Impressões gerais*, *Rios do abandono*, *Um clima caluniado*, *Os caucheros*, *Judas-Asvero*, “*Brasileiros*” e *A Transaccreana*,

² CUNHA, Euclides. **Contrastes e confrontos**. In: CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Vol. 01. Org. Paulo Roberto Pereira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009, p. 3-128.

todas essas presentes na primeira parte da obra, esta intitulada *Terra sem história (Amazônia)*.

Para desenvolvimento das argumentações, trazemos como objetivo geral reconhecer como Euclides da Cunha, a partir do contexto sócio-político-ambiental nacional, ressignifica a proposta filosófica determinista mediante as particularidades do Brasil do Século XIX-XX. Já em relação aos objetivos específicos, adotamos *a)* discutir o proveito abusivo do capital em relação à natureza e ao homem; *b)* identificar a retomada da subjetividade da natureza como sendo uma extensão também para aqueles grupos vulneráveis igualmente excluídos e *c)* responder como a crítica ao estado omissor, nos escritos euclidianos sobre o espaço amazônico, pode ser analisada como uma releitura da proposta determinista e uma adequação no solo brasileiro.

A hipótese norteadora perpassa a assertiva que o estado nacional brasileiro corresponde a uma entidade em permanente inércia, esta modificada apenas pelos detentores do poder e em busca de manutenção ou constante ampliação das suas benesses. Ressalvada essa hipótese, o estado nacional, seja na etapa monárquica ou mesmo na republicana que se iniciara, permanecia na cultura da omissão. Tal atitude que apenas alimentou o caos ambiental e social patrocinou a marginalização dos homens e dos espaços físicos que não restavam inclusos no projeto de nação capitaneado pelas elites nacionais do centro-sul.

No plano metodológico, adequamos a pesquisa a partir das seguintes diretrizes. A pesquisa em destaque possui amparo no método hipotético-dedutivo, visto que buscaremos confirmar ou não uma hipótese que norteia a proposta de estudo. Devido a essa tentativa de falseamento da proposta de hipótese, o método proposto por Karl Popper³ se adequa como melhor traço metodológico. Avançando e alcançando as tipologias de pesquisa, o nosso estudo, quanto à abordagem, é de cunho qualitativo, posto que se volta para a discussão de ideias e de discussões amparadas nos estudos literários, sem aqui se preocupar com análise de números ou de dados estatísticos. Já quanto à

³ POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

natureza, o nosso estudo tem viés aplicado, por contemplar análise a partir de uma perspectiva interdisciplinar e inclusiva. Pesquisa exploratória, quanto aos objetivos, pois o problema será bem discutido com o levantamento bibliográfico e discussão de conceitos e pressupostos desenvolvidos por pensadores que analisam as temáticas que permeiam tanto a literatura, a sociologia e quanto o meio ambiente. Bibliográfico é como definimos o nosso estudo quanto aos procedimentos, porque baseamos as nossas considerações a partir de estudos, pesquisas, análises coletadas e compiladas em artigos, livros, dissertações, teses e demais mecanismos de circulação do saber produzido quanto à matéria em análise.

Com efeito, a presente tese resta organizada a partir de três momentos. O primeiro, intitulado *O agente explorador e a sociedade dos explorados*, o conceberemos a partir do alicerçar de discussões teórico-críticas que evidenciam uma perspectiva filosófica e sociológica de como esses dois sujeitos, homem e natureza, são modulados mediante o interesse capitalista, pouco importando elementares como dignidade, respeito, preservação. Servirão de sustentáculo para a construção capitular as considerações emanadas por Alier⁴, Sachs⁵, Leff^{6 e 7} e tantos outros. Esse capítulo apresenta mais três subdivisões, quais sejam: *a)* Enquadrando os sujeitos socialmente vulneráveis e a natureza enquanto explorados pelo capital desenfreado; *b)* Discutindo a pobreza; *c)* O estado como agente fomentador de segregações: um caminho literário.

Posteriormente, no segundo momento, nomeado de *A retomada da natureza como subjetividade*, centraremos discussão na necessidade de readequação do pensamento social contemporâneo que permeia posições que refutam o antropocentrismo e o androcentrismo, condutas estas que têm gerado tamanho descompasso na relação entre homem e meio ambiente. Repensar essas estratégias de ações é o que aponta a teoria

⁴ ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de Maurício Waldman. 2ª ed. 3ª impressão. São Paulo: Contexto, 2017.

⁵ SACHS, Ignacy. Sociedade, cultura e meio ambiente. **Mundo & Vida**. Niterói, v. 2, p. 7-13, 2000, p. 7.

⁶ LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁷ LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

ecossocialista, de modo a reenquadrar socialmente a natureza, a vendo não mais como mercadoria útil às necessidades humanas, mas sim como parceira para a própria vida da sociedade como um todo. Para esse momento, traremos as contribuições de Boff⁸, Hannigan⁹, Löwy¹⁰ e demais estudiosos da temática. O capítulo aqui anunciado contará com três momentos: a) Da necessidade de reenquadramento social da natureza; b) Natureza, repensar do antropoceno e suas particularidades; c) Marxismo como método capaz de revalorar a natureza na sociedade contemporânea.

Alcançando o momento que culmina com a interface entre problematização inicial – exploração da natureza e do homem pelo capital, além da retomada da natureza como subjetividade –, partiremos para o terceiro momento, este intitulado *Descompasso estatal e denúncia do caos ambiental e social em escritos euclidianos sobre o espaço amazônico*, estágio este que passaremos a analisar o *corpus* aqui proposto através do que fora abordado anteriormente. Como veremos, o trabalhado anteriormente dialogará com a teoria da ecocrítica. Essa teoria permite uma primeira releitura dos escritos e, conseqüentemente, dos estudos euclidianos. A aludida teoria se faz importante porque permitirá, juntamente com as considerações postas em primeiro e segundo momentos, aferir a hipótese norteadora da tese, juntamente a partir da leitura dos escritos euclidianos como sendo uma crítica ao estado omissivo em relação aos espaços e sujeitos periféricos. Para essa aferição, utilizamos as contribuições de estudiosos como Garrard¹¹, Rosso¹² e Ventura¹³. O presente capítulo abrangerá três etapas: a) Ecocrítica: o enlace entre literatura e meio ambiente; b) Reinterpretando a escrita euclidiana; c) Crise do sistema, crise do estado e omissão do poder público garantindo a exclusão: a crítica euclidiana ao estado republicano brasileiro e às elites nacionais.

⁸ BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

⁹ HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

¹⁰ LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

¹¹ GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

¹² ROSSO, Mauro. **Escritos de Euclides da Cunha**: política, economia, etnopolítica. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2009.

¹³ VENTURA, Roberto. Euclides e a República. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 10, n. 26, 1996.

2 O AGENTE EXPLORADOR E A SOCIEDADE DOS EXPLORADOS

O reger, o conduzir, o ditar caminhos corresponde a um dos principais desejos da humanidade, pois já aqui demonstra uma condição clara de dominação. Somado a isso, a perspectiva individualista que quantifica tudo e todos implica o início de um problema que vem resultar na desarmonia dessa sociedade que, para o bom desenvolvimento, deveria se pautar em práticas coletivas de ação e de resultados. A evolução histórica, bem como o intuito de prover melhores condições de vida e de felicidade, fez com que o ser humano acabasse por adentrar numa bolha de realidade que nesta só viesse a caber um só elemento: ele próprio¹⁴.

Desta feita, todos os demais elementos presentes no globo terrestre estariam sumariamente excluídos, sejam eles outros humanos, os não-humanos e a natureza de modo geral. Com a proposta de individualização e consequente exclusão, a sociedade foi estratificada em incontáveis segmentos. Entretanto, para produção de uma discussão integral, adotamos a perspectiva do explorador e dos explorados, no momento que compreendemos que, no fim, todos os viventes nessa sociedade contemporânea, uns mais

¹⁴

O inter-relacionamento entre as forças individuais e coletivas, bem como os embates produzidos em prol de uma satisfação qualitativa e não meramente quantitativa das demandas sociais em prol de uma sustentabilidade orgânica de comum são analisadas em FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

e outros menos, correspondem a explorados. Assim, buscamos definir como explorador o mecanismo de mercado criado pelo próprio homem e que, no fim, acaba por escravizá-lo, qual seja o capital.

Essa política desenfreada de ação do capital acaba por causar uma sequência de males não só sociais, mas também ambientais. Demonstramos que um mal está diretamente ligado ao outro, posto a sua política de interdependência marcada na difusão da pobreza. Elemento veiculado como oposto ao avanço e sucesso capitalista, a pobreza, como focalizamos, implica no elemento de sustentação dessa prática que mortifica humanos, não-humanos e natureza uma vez que retira do homem a sua própria governabilidade. Sem garantias mínimas de sobrevivência, o indivíduo se encontra refém dos dizeres e das vontades daquele que detém o que ele primeiro almeja: o alimento. Sem o alimento, sem saneamento básico, sem emprego, sem garantias básicas de vida, a humanidade estará assujeitada a toda forma de espoliação. População vulnerável corresponde a nação vulnerável que implica em natureza vulnerável. Devido ao fator pobreza das populações e países em desenvolvimento é que assistimos de modo constante eventos de degradação ao meio ambiente, afinal a política ambiental e social são frouxas já que, a toda sorte, buscam atrair empregos e industrialização para os seus territórios.

O capital, ao mesmo tempo que explora humanos, não-humanos e natureza e apresenta a pobreza como seu mecanismo primeiro de condução de suas vontades frente essa sociedade de explorados, conduziu, conduz e conduzirá, até o momento que a sociedade, em ação coletiva, propuser um basta à subalternização histórica da natureza. É cediço que a nossa casa comum precisa de auxílio para que seja possível até mesmo a nossa própria sobrevivência.

2.1 Enquadrando os sujeitos socialmente vulneráveis e a natureza enquanto explorados pelo capital desenfreado

O homem é um animal idealizado para viver em sociedade, posto que o mesmo se apresenta biologicamente como um ser social que carece da ambientação para bem desenvolver as suas habilidades. Caso contrário, no isolamento, o homem estaria destinado ao fracasso, à morte. Ao enfatizar essa necessidade de estabelecimento de elos, Aristóteles¹⁵ já reforçava que essa interação não diz respeito exclusivamente ao contato com outros homens, mas também com os animais, que aqui lemos como não humanos, e com as plantas. Todavia, ao mesmo tempo que o aludido autor evidencia essa condição de existência para o gênero humano, é perceptível, na mesma obra, o endosso para outra característica desse animal social: a necessidade de estratificar essa sociedade, não apenas com o condão de organizar e bem gerir esse sistema, mas sim com o fito de estabelecer diferenciações e, conseqüentemente, hierarquias para consolidar dominações. Ao determinar enquadramentos específicos para helenos, mulheres, escravos e bárbaros, ocorre então o estabelecimento de uma política de subalternização e ingerência em alguns grupos sociais já a partir da compreensão filosófica. Desse modo, a sociedade iniciava a construção de um pensamento próprio em prol das desigualdades e das subalternizações, justificando assim a proposta de inferiorização dos diferentes em favor daqueles compreendidos como privilegiados em determinado recorte social e historiográfico.

Esse pensamento aristotélico foi contemplado no berço da civilização e, com a proposta expansionista, fora difundido para outras civilizações, sejam elas ocidentais e orientais¹⁶. E é com a gênese dessa reflexão de diferenciação de grupos sociais que se consolida esse perfil de sociedade que busca diuturnamente estabelecer novos grupos de explorados. A prática de segregação não surge e encerra na Antiguidade, produz ramificações que, relidas e reescritas, alcançam até os dias atuais atingindo não somente os grupos sociais mais variados, mas também a natureza. Ao discutir segregação, é importante partirmos da ideia que é da essência humana demonstrar poder. E é com esse exercício do poder que sintetiza os males dessa sociedade, pois, a partir dessa ação, o homem deixa de propor ações que beneficiem o coletivo e fixa atenção em materializar

¹⁵ ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

¹⁶ Difundido aqui não tem a significação de implementação, mas de divulgação.

atos para si próprio e para o seu grupo privado. Quebrando a premissa do bem-estar coletivo, a humanidade passou a desenhar um enredo que tem se mostrado como danoso a todos de forma indistinta, mas que alguns ainda insistem em patrocinar.

Considerando a Idade Moderna, algumas observações para o estabelecimento do agente explorador e da sociedade dos explorados são necessárias. É nesse recorte historiográfico que há uma importante ruptura social: o declínio do estado feudal e o surgimento do estado moderno¹⁷. Com esse momento de rediscussão social, o estado iniciava a sua separação com a igreja e, com isso, buscava uma nova forma de pensar a sua própria construção enquanto instituição. Dissociado da religião, o estado necessitava de outros mecanismos para consolidação do seu poder, seja interno ou externo, e um desses fatores que auxiliaram a edificação dessa nova configuração estatal correspondeu a urgência em conquistar novos mercados, como possibilidade de aquecer a economia local e conquistar novos espaços. Com esse escopo, surgem as grandes navegações que evidenciam a primazia e a relevância do estado português nesse novo momento vivido pela sociedade europeia. Os burgos começam a ser instaurados e a organização social passa a consistir não mais na obediência e focada na realeza, mas sim na ótica do comércio, do mercado; estamos aqui diante da figura do mercantilismo ou do capitalismo mercantil. Essa nova maneira de organizar a economia foi capaz de promover também a organização dos estados. Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Itália, estes mercados pelas figuras dos mecenas, dos comerciantes e de uma formação territorial propícia ao comércio marítimo, se constituem como espaços experimentais desse modelo econômico que em momentos posteriores restaria impresso como capitalismo de mercado e contagiaria todo o mercado global.

Inúmeras expedições foram lançadas ao mar e alcançaram territórios dos mais variados, desde americanos até asiáticos. Observado o sucesso da empreitada, o estabelecimento de laços comerciais, como os exercitados com os povos árabes, foi logo refutado e a proposta que se intensificou, principalmente em relação aos espaços

¹⁷ FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do estado moderno no ocidente. **Lua Nova**. São Paulo, v. 71, p. 11-39, 2007.

americanos e africanos, foi o de exploração, exploração dos povos locais, bem como do território que, por sequência, representa a sua flora e fauna. Novamente aqui é conveniente ressaltar o pensamento aristotélico que, ao explanar sobre a sociabilidade humana, expõe que o diálogo com a natureza, com os animais, aqui lidos como não humanos, e com as plantas também compõe essa condição de interlocução com seres de condição diversa da sua. Contudo, a interação sempre marcada entre homem e a natureza resta também discutida pela cultura da subordinação. Tal assertiva é plenamente verificável quando relembramos o processo de colonização ocorrido nas terras brasileiras. Os povos aqui viventes foram escravizados e compreendidos então como mercadorias interessantes para a coroa portuguesa. O não compreender pelos europeus de como os nativos viviam de forma tão diferente dos costumes sociais até então reconhecidos fez iniciar uma tese de culturas superiores e culturas inferiores, correspondendo então a mais um mecanismo de estratificação e diferenciação entre sujeitos sociais. Michel de Montaigne, ao discutir a cultura indígena, marcado principalmente na ritualística do canibalismo, afirmou:

Não me pesa acentuar o horror bárbaro que tal ação significa, mas sim que tanto condenemos suas faltas e tão cegos sejamos para as nossas. Penso que há mais barbárie em comer um homem vivo que morto, dilacerar com tormentos e martírios um corpo ainda cheio de vitalidade, assá-lo lentamente e arrojá-lo aos cães e aos porcos, que o mordem e martirizam (como vimos recentemente, e não lemos, entre vizinhos e concidadãos, e não entre antigos inimigos, e, o que é pior, sob pretexto de piedade e de religião) que em o assar e comer depois de morto¹⁸.

Subordinado o nativo, subordinada foi também a natureza do território conquistado, afinal tudo agora passava a ser visto sob a ótica do mercado. Tudo que era analisado como passível de precificação, logo era concebido como mercadoria. E assim nossa madeira começou a ser direcionada para o continente europeu para consolidar a indústria marítima que se encontrava pujante, os nossos seres não humanos começaram a

¹⁸ MONTAIGNE, Michel. **Ensaaios**. Tradução de J. Brito Broca e Wilson Lousada. São Paulo: Nova Fronteira, 1978, p. 24.

ser traficados e as nossas riquezas minerais também foram subtraídas, pedras preciosas começavam a enfeitar a realeza europeia e a financiar a Revolução Industrial que posteriormente seria consolidada nas terras inglesas.

O homem historicamente retextualiza a sua pretensão de dominação em relação aos iguais, outros homens de outras culturas, bem como expande o seu anseio de dominação em relação aos diferentes, fauna e flora. Se é incapaz de respeitar e buscar uma relação harmoniosa junto aos seus semelhantes, não será uma construção utópica buscar ver esse mesmo sujeito humano em diálogo e interação equitativa com aqueles que a ele são diferentes?

Associada à natureza humana de dominação, toda essa construção narrativa histórica que buscamos aqui sintetizar traz consigo uma premissa: o surgimento de um modelo econômico baseado no lucro desenfreado constitui uma sociedade desarmônica e autofágica. Mesmo com a ocorrência de movimentos inicialmente sociais em prol de uma reorganização social, como foi o caso da Revolução Francesa que ensinou ao globo os preceitos de Liberdade, Igualdade, Fraternidade¹⁹, o mercado vem moldando as ações da sociedade para a primazia do capital. Sociedade marcada por essa lógica não combate a desigualdade, não combate a pobreza, não estimula o reconhecimento da alteridade e não compreende a natureza como um *outro* que deve ser respeitado e protegido. Frente a isso, o lema francês resta presente apenas no plano discursivo e, mais de dois séculos passados, se verifica que pouco fora compreendido e aprendido com o mesmo. O movimento burguês francês consolidou, de modo concomitante, a proposta de governo democrático, que retirava do monarca o poder de ditar a vida social, e o modelo capitalista, sistema que viu no mercantilismo a sua etapa primeira e que viria a se constituir como modelo econômico hegemônico a partir do advento das duas grandes guerras mundiais.

Os helenos, as mulheres, os escravos e os bárbaros da sociedade aristotélica hoje são transmutados. De um lado temos banqueiros, industriais, ruralistas, políticos e demais grupos sociais detentores do poder. Do outro lado, marginalizados socialmente, estão

¹⁹ VOVELLE, Michel. A Revolução Francesa e o seu eco. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 6, p. 25-45, 1989.

mulheres, negros, pobres, índios, sem-terra, ecologistas, refugiados e todos aqueles que são renegados em virtude da questão econômica, ressaltando, evidentemente, a própria natureza que é analisada pelo mercado sempre como mercadoria e, conseqüentemente, dinheiro possível e futuro. Novos grupos surgiram, outros foram dissipados, entretanto o que persiste é a cultura da separação e da luta incessante por dominação. Essa dominação é plenamente verificável a partir da ruptura de harmonia defendida pelos ideais iluministas, em prol do subjugar, do hierarquizar sem qualquer finalidade social, aqui compreendida como função social, como relevância para e em prol do coletivo. A sociedade contemporânea insiste em reproduzir esse modelo de estratificação social que é construído na separação dos sujeitos que, apesar de separados por esse muro invisível, interagem de modo indispensável. Sem a busca em solucionar as divergências, inevitavelmente iniciam as tensões entre esses grupos, posto que interesses, direitos e deveres começam a entrar em colisão. Com o enfrentamento intensificado, outro fenômeno é verificável: o corporativismo, este que é marcado na busca por representação e hegemonia de determinado grupo. Com isso, a ideia de coletividade é rompida e o caos é instaurado na sociedade, restando a essa mesma sociedade a condição de produtora de exclusão, produto este que se apresenta como combustível e regulador das demais mazelas sociais que surgem de forma exponencial.

Vencido esse momento de demonstração de como é constituída essa sociedade dos explorados e qual vem a ser o agente explorador, importante é afunilar como a compreensão da exploração da natureza pelo capital. Esse exercício de transformação dos elementos naturais em mercadoria e, por óbvio, em moeda corresponde a uma problemática global e que deve pautar as discussões contemporâneas, pois, como evidencia a encíclica *Laudato si*, a preocupação em prol de um meio ambiente equilibrado deve ser da comunidade em geral, afinal a natureza corresponde a nossa casa comum, vejamos:

Depois dum tempo de confiança irracional no progresso e nas capacidades humanas, uma parte da sociedade está a entrar numa etapa de maior consciencialização. Nota-se uma crescente sensibilidade

relativamente ao meio ambiente e ao cuidado da natureza, e cresce uma sincera e sentida preocupação pelo que está a acontecer ao nosso planeta²⁰.

O fragmento em destaque corrobora as reflexões anteriormente trazidas, o estabelecimento de um capitalismo sem qualquer preocupação com o bem-estar coletivo e com o cuidado com a natureza contribui e maximiza os problemas de ordem social e natural que enfrentamos na atualidade. A cultura do pôr para debaixo do tapete não é mais permitida, pois os reflexos dessas condutas promovidas por gerações passadas e até pela geração vigente são sentidas no hoje. É primordial enfrentar a questão, promovendo medidas, sejam elas de políticas públicas, educacionais ou judiciais, que tragam em si o objetivo primeiro de readequar o modo de relacionamento para com a natureza, pois, um meio ambiente prejudicado gera homens sem perspectivas e homens sem perspectivas geram um meio ambiente prejudicado. Essa nova abordagem corresponde a uma obrigação urgente e coletiva imposta pelos tempos modernos, já que proteger o meio ambiente é proteger o ser humano e a sua perpetuação no planeta. E, de forma complementar, mas anterior a esse pensamento emitido pelo Papa Francisco, o Papa Bento XVI já afirmara:

A Igreja sente o seu peso de responsabilidade pela criação e deve fazer valer esta responsabilidade também em público. Ao fazê-lo, não tem apenas de defender a terra, a água e o ar como dons da criação que pertencem a todos, mas deve sobretudo proteger o homem da destruição de si mesmo. Requer-se uma espécie de ecologia do homem, entendida no justo sentido. De fato, a degradação da natureza está estreitamente ligada à cultura que molda a convivência humana: quando a « ecologia humana » é respeitada dentro da sociedade, beneficia também a ecologia ambiental. Tal como as virtudes humanas são intercomunicantes, de modo que o enfraquecimento de uma põe em risco também as outras, assim também o sistema ecológico se rege

²⁰

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica *Laudato Sí* do santo padre Francisco sobre o cuidado da casa comum**, 2015, p. 18.

sobre o respeito de um projeto que se refere tanto à sã convivência em sociedade como ao bom relacionamento com a natureza.

(...) Os deveres que temos para com o ambiente estão ligados com os deveres que temos para com a pessoa considerada em si mesma e em relação com os outros; não se podem exigir uns e espezinhar os outros. Esta é uma grave antinomia da mentalidade e do costume atual, que avilta a pessoa, transtorna o ambiente e prejudica a sociedade²¹.

Tal reflexão, mais que teológica e filosófica, contém profundo teor sociológico porque denuncia a condição desregrada com que o homem trata as relações das quais participa promovendo uma ação danosa não somente ao espaço natural, mas a si mesmo. Ao evidenciar a preocupação da religião com a casa comum, os líderes religiosos, de igual forma, criticam os excessos praticados pelo homem moderno, sejam eles dispostos nas temáticas como sexualidade, matrimônio e família. O pensamento é que, estando o indivíduo em descompasso nos pequenos núcleos sociais, também estará desordenado nos demais e, inexistindo respeito para com o seu semelhante, inexistirá zelo, preocupação e cuidado com aqueles que são diferentes e com o ambiente natural. Diz o teólogo alemão que, para existir o respeito, leia aqui como ecologia, ao meio ambiente, antes deve estar consolidado o respeito ao semelhante, ao homem.

Dialogando com essa crítica às desenfreadas ações sociais e exaltando a necessidade do exercício do cuidado e do respeito para com os sujeitos e ambientes diferentes tão bem refletidos pelos Papas Francisco e Bento XVI, Sachs frisa a urgência em articular que não há uma ação eficiente contra a pobreza que não tenha igual resultado no plano ambiental. Todavia, reflete mais à frente o estudioso que a política ambiental não traz resultados positivos se consigo não contemplar o progresso social. Assim, o binômio desenvolvimento e meio ambiente caminham lado a lado²². Entretanto, aqui cabe um destaque preciso: o desenvolvimento aqui enfatizado pelo economista polonês não

²¹ PAPA BENTO XVI. *Carta Encíclica Caritas in Veritate* do sumo pontífice Bento XVI aos bispos, aos presbíteros e diáconos, às pessoas consagradas, aos fiéis leigos e a todos os homens de boa vontade sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade, 2009, p. 36.

²² SACHS, Ignacy. Sociedade, cultura e meio ambiente. *Mundo & Vida*. Niterói, v. 2, p. 7-13, 2000.

resplandece aquela faceta defendida pelo capitalismo voraz, não alude quanto ao desenvolvimento econômico, mas sim o desenvolvimento social, que alcança todos os sujeitos sociais, não de igual forma, mas de maneira menos desigual, de modo que permite ao hipossuficiente suprir as suas necessidades básicas, que diminui as diferenças sociais garantindo acesso a direitos básicos e mínimos de sobrevivência. Para alcançar essa finalidade, Sachs acaba por identificar três critérios essenciais, sendo eles o social, o ecológico e o econômico e assim os sintetiza:

O objetivo é promulgar o bem-estar de todos, ou seja, é um objetivo social, baseado no princípio ético de justiça social e de solidariedade. O ecológico entra como uma condicionante, porque existe o perigo de crescer distribuindo, do ponto de vista social, os frutos deste crescimento de uma maneira relativamente equitativa, mas hipotecando o futuro através da incorporação predatória do capital da natureza do produto. Isso foi o que aconteceu nos anos gloriosos do pós-guerra nos países industrializados. Tivemos uma taxa de crescimento alta, tivemos pleno emprego, tivemos o estado de bem-estar mas os custos ecológicos deste crescimento forma altos. Foi um crescimento social benigno mas não foi desenvolvimento no sentido pleno da palavra²³.

Esse posicionamento marcado por Sachs inquieta a compreensão do mundo contemporâneo para o que é desenvolvimento e quais os limites para o capitalismo e a economia de mercado. Um desenvolvimento marcado em superávit, em balança comercial, em recordes sucessivos de produção de soja, de carnes, de minérios, bem como com produção campesina com a presença dos famigerados transgênicos, corresponde à continuidade atualizada da sociedade dos explorados, mas comandada pelo mesmo agente explorador, o vil metal. Uma reflexão sustentada por uma análise do que visualizamos de futuro para nós mesmos e para o futuro é extremamente precisa: uma sociedade que inobserva o hipossuficiente e de igual forma fixa pensamento para a natureza demonstra a sua doença, pois, a passos largos, trabalha para o seu próprio fim. Resgatar valores como

²³ SACHS, Ignacy. Sociedade, cultura e meio ambiente. **Mundo & Vida**. Niterói, v. 2, p. 7-13, 2000, p. 7.

justiça social, solidariedade e ética ambiental²⁴ corresponde a reinventar a sociedade atual, pensamento igualmente partilhado por Ramírez e Jácome²⁵.

Junto a essa reanálise e reorganização social que passa por conceitos próprios de justiça social e de solidariedade, Marques Filho – após anunciar uma série de causas motivadoras de crises ambientais sucessivas como a degradação das florestas, as más condições das águas e dos solos que resultam em insegurança alimentar, os lixos produzidos e não tratados pelas indústrias e pela sociedade como um todo, o uso desenfreado de carvão e dos combustíveis fósseis, a explosão demográfica nos grandes centros urbanos, as mudanças climáticas já como primeiro resultado dessa união de fatores que desarmonizam o espaço ecológico – agrega mais uma problematização: a de ilusão de um capitalismo sustentável. Para o referenciado autor, existem várias condicionantes que não permitem que o binômio capitalismo e sustentabilidade transitem no mesmo caminho, mas o que, na nossa análise, merece mais atenção diz respeito a impossibilidade de internalizar o custo ambiental, pois impossível é estabelecer um valor preciso para o patrimônio natural²⁶, daí, corroborando o pensamento de Marques Filho, surge a nossa crítica ao princípio constitucional brasileiro do poluidor-pagador, impresso no artigo 225, §3º da Constituição da República Federativa do Brasil a partir dos seguintes dizeres: “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”²⁷.

O legislador primeiro trouxe uma análise protetiva para o meio ambiente, como bem assevera o *caput*²⁸ do mesmo artigo constitucional pátrio. Todavia, se percebe que o

²⁴ Edward Wilson (**Diversidade da vida**. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2012) contesta esse pensamento da sociedade contemporânea que quantifica o processo de evolução social marcado na tecnologia em detrimento do meio ambiente e assim defende uma ética ambiental que ressignifique a natureza ao ponto que o homem, de fato, busque a preservação ambiental como condicionante para a sua própria preservação no globo terrestre.

²⁵ RAMÍREZ, Franklin; JÁCOME, Hugo. Naturaleza y crisis del capitalismo. **Íconos. Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 36, p. 13-17, 2010.

²⁶ MARQUES FILHO, Luiz César. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2ª ed. ver. e ampl. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

²⁷ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

²⁸ Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e

princípio constitucional destacado, ao invés de garantir proteção ao meio ambiente, tem tão somente privilegiado o poderio dos grandes conglomerados industriais que, frente aos danos ambientais causados, efetuam o pagamento de uma multa, muita das vezes aquém do dano causado, e que, num futuro próximo, retornam a praticar os mesmos atos ou até piores em desatenção ao meio ambiente, pois percebem que, diante da multa fixada, os seus lucros são estratosféricamente maiores. Assim, poluir, mesmo que pagando uma multa, é vantajoso economicamente. Uma análise aqui é pertinente e diz respeito a função social da pena que corresponde, em linhas gerais, a recuperar o agente causador do dano e, se possível, próprio dano, bem como disciplinar a sociedade, demonstrando que, em caso de reiteração da conduta, o causador será punido. Se o sujeito incide em crime ambiental, mas não é punido de forma que ouse a reiterar a conduta, essa punição é inócua. Então, o princípio constitucional que poderia colaborar com a proteção ao meio ambiente equilibrado com a perspectiva de manutenção do espaço para as presentes e futuras gerações corresponde a dificultador dessa filosofia, sendo ele próprio danoso ao meio ambiente que diz proteger.

Como amostra para essa questão, evoquemos um dos mais emblemáticos casos de desastre ambiental nacional: o rompimento da barragem de Fundão ocorrido no subdistrito de Bento Rodrigues nas proximidades da cidade de Mariana, em Minas Gerais, 2015. Tal acontecimento propiciou a contaminação de minério de ferro nas águas do Rio Doce, gerando assim inúmeros transtornos, a exemplo de turbidez na água, danos a fauna e à flora, crise hídrica, inviabilização de convívio dos populares que lá viviam, posto que necessária foi a saída para reconstrução do espaço que restou devastado pelas águas poluídas que varreram o distrito e o mais que alcançavam. O impacto foi tão violento que não só devastou a localidade próxima à barragem, mas toda a extensão do Rio Doce, e espaços entre Minas Gerais e Espírito Santo. Vencidos mais de três anos da tragédia que acabou com a cidade mineira, ainda o Poder Judiciário oferta prazos intermináveis para o Ministério Público Federal e para a Samarco, empreendimento que aglutina empresas de mineração que foi o causador do dano ambiental, para estabelecerem um projeto de ação

essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

em prol de minimizar os danos ambientais causados, isso lá em 2015. Frente a essa vagarosa ação das entidades judiciais em promover uma devida punição para o agente causador, os órgãos estaduais, judiciais e o próprio agente causador, a Samarco, um empreendimento que aglutina empresas de mineração, os danos permanecem e se ampliam já que a população se encontra desamparada por quem mais devia prezar por ela: a lei. Os danos são irreparáveis, pois a ação danosa não só atentou contra casas, estradas, hospitais, mas sim contra o próprio meio ambiente e contra agentes imateriais, como a própria memória afetiva dos cidadãos locais²⁹. A ausência de contribuição do aqui destacado princípio constitucional e a inércia dos órgãos competentes de fiscalização e de punição são tamanhos que, em 2018, desastre semelhante ocorre, agora no Pará: novamente minério de ferro, com vazamento em mineroduto operado pela Anglo American³⁰. Fato que ilustra ainda mais essa ação inócua do dispositivo legal que, sem punição exemplar, gera reincidência de ação danosa à coletividade e ao meio ambiente é o gerado pela empresa Vale, a mesma que detém a Samarco, em janeiro de 2019, novamente em Minas Gerais, agora na cidade de Brumadinho³¹. Muito mais danoso que o protagonizado em 2015, esse evento de 2019, até agora, registra mais de duas centenas de mortos e quase uma centena de desaparecidos. Esses três casos referendam a nossa análise: sem punição exemplar ou só com punição pecuniária, o meio social e o meio ambiente continuarão desprotegidos das garras do capital.

Ainda tratando da dicotomia entre ecologia e desenvolvimento sustentável frente ao capitalismo, Segrelles defende a condição de contradição insuperável, pois a cultura capitalista resta sacramentada pela prática individual em detrimento da coletiva, girando em torno tão somente da obtenção do lucro, maximizando-o a partir de capital de giro mínimo e transformando todos os elementos da sociedade em potenciais mercadorias para um mercado consumidor ansioso em deter novidades. Mercado marcado em produção, competição, distribuição e consumo não detém limites de ação, podendo a mercadoria em questão ser um bem industrializado por excelência ou até mesmo um bem natural à custa

²⁹ CARTA CAPITAL. **Desastre de Mariana**: ‘Perdemos o que o dinheiro não reconquista’, 2018.
³⁰ EXAME. **Anglo paralisa produção de minério de ferro por 90 dias após vazamento**, 2018.
³¹ FOLHA DE SÃO PAULO. **Imprensa internacional destaca tragédia em Brumadinho e relembra Mariana**, 2019.

de danos e predação natural. Devido a esse objetivo do mercado voltado apenas para a lucratividade é impensável, segundo o mesmo estudioso, desenvolver um meio termo, que seria um desenvolvimento sustentável, porque os agentes produtores produzem a partir da fórmula custo minorado e lucro maximizado e, se a preservação da natureza for se encaixar nessa equação, pode até ser que haja uma proteção ambiental, mas, se for necessário que o mercado mude o seu modo de agir e isso acarrete prejuízo financeiro, readequação para proteger a natureza não será realizada e o capitalismo, de modo tenaz, permanecerá a atentar contra o que é natural³².

A partir das ponderações aqui elencadas, se verifica a construção de uma sociedade, desde o período aristotélico até os dias mais contemporâneos, que ultrapassa as condicionantes de utilitarista, alcançando um viés autofágico ou até mesmo suicida, pois, sociedade que não zela pela casa comum, pela natureza que a ela tudo oferta, acabará por perecer. E, quanto mais acelerada é essa deterioração do espaço natural, mais rápido será esse processo de auto aniquilação. É imprescindível repensar essa sociedade que promova a perpetuação de sujeitos explorados, sejam eles humanos ou não humanos, bem como reanalisar o papel do capitalismo para essa mesma sociedade: quem deve servir a quem, o dinheiro ao homem ou o homem ao dinheiro? Esse repensar, esse reanalisar passa também por um recompactuar. É fundamental o estabelecimento de um contrato natural que não observe mais a natureza como um objeto a ser explorado, espoliado pelos desejos e gracejos humanos. Quanto a isso, preceitua Serres ao defender essa perspectiva:

Portanto, o retorno à natureza! O que implica acrescentar ao contrato exclusivamente social a celebração de um contrato natural de simbiose e de reciprocidade em que a nossa relação com as coisas permitiria o domínio e a posse pela escuta admirativa, a reciprocidade, a contemplação e o respeito, em que o conhecimento não suporia já a propriedade, nem a ação o domínio, nem estes os seus resultados ou condições estercorárias. Um contrato de armistício na guerra objetiva, um contrato de simbiose: o simbiota admite o direito do hospedeiro, enquanto o parasita – o nosso atual estatuto – condena à morte aquele

³²

SEGRELLES, José Antonio. La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 13, p. 126-143, 2008.

que pilha e o habita sem ter consciência de que, a prazo, se condena a si mesmo ao desaparecimento³³.

O conceito de sociedade, através de uma perspectiva colaborativa, do filósofo francês permite essa reanálise social que abandonará os critérios antigos de organização social de subordinação e segregação para uma visão de comunidade de solidariedade capaz de respeitar desde os sujeitos iguais até os sujeitos diferentes e com os modelos econômicos em seus devidos lugares, quais sejam de servirem à sociedade em prol de um bem-estar coletivo. Alcançando essa consciência, que para muitos podem soar como pensamento utópico e impossível, poderemos de fato passarmos de parasitas para sermos hospedeiros desse meio ambiente que tudo nos oferta, mas que pouco o agradecemos.

2.2 Discutindo a pobreza

(...) entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada, que « geme e sofre as dores do parto » (*Rm* 8,22). Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. *Gn* 2,7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos³⁴.

Nas ponderações iniciais promovidas pelo Papa Francisco na encíclica *Laudato si*, o pontífice evoca uma passagem bíblica para demonstrar a condição de sofrimento a qual a casa comum atravessa nos dias atuais. Ao mesmo passo que condiciona o homem como essencial da terra, devido existir no seu corpo os elementos físicos que constituem o planeta, aponta o mesmo como agente ativo e passivo desse cenário de destruição. Tal aferição, a partir de ser visível ao olho do senso comum, ainda vem a ser problemática

³³ SERRES, Michel. **O contrato social**. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Instituto Piaget, 1990, p. 65.

³⁴ PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica *Laudato Sí* do santo padre Francisco sobre o cuidado da casa comum**, 2015, p. 3.

por adeptos do “antiglobalismo”, perspectiva que chancela a nova ascensão da extrema-direita nos continentes europeu, asiático e americano. Tudo é explicado através da análise rasa que o marxismo corrompeu a ciência e busca, a toda sorte, arregimentar mentes para a sua proposta de governo global. Tenta uma sustentação marcada no nacionalismo exacerbado, o mesmo nacionalismo que gerou rupturas e guerras drásticas na nossa historicidade. Apesar de minoritária, essa perspectiva cresce e assusta, principalmente porque se mostra palatável no mundo líquido, imediatista e simplista da internet.

Todavia, não é apenas à casa comum que o bispo de Roma atribui essa mensagem. Os “pobres mais abandonados e maltratados” também encontram abrigo nessa reflexão. A partir da mesma, podemos refletir a condição de subalternização na qual se encontram a natureza e os pobres, ambos subjugados pelo capital que apenas apresenta a ambos a condição de escolha de serem explorados. Destarte, a proliferação da pobreza corresponde a fator primordial e de sobrevivência dessa prática de abuso contra os pobres e a natureza que historicamente é exercitada pela economia de mercado, pois o progresso advindo da modernidade não contempla esses dois sujeitos sociais, “em seu centro não estão a pessoa e os povos com suas necessidades e preferências, mas a mercadoria e o mercado aos quais tudo se deve submeter”³⁵. Afirmamos isso porque, sendo inexistente ou minimizada a pobreza, a comunidade hipossuficiente, bem como os países periféricos, estaria dotada de condições socioeconômicas para estancar os abusos praticados pelo mercado e pelos países desenvolvidos. Ofertar condições de auto governança faz cessar a dependência e, cessando a dependência, inviabilizado é o processo de subordinação aos ditames daquele que se vê privilegiado e capaz de ditar os caminhos para essa população e natureza oriundas de regiões carentes.

A pobreza corresponde a fator de sobrevivência dessa prática predatória contra o homem e contra a natureza, pois corresponde a força-motriz no subjugar e na aceitação do subjugar em busca de condições mínimas de sobrevivência. Com realidade impossibilitada de divergir dessa prática danosa à própria sobrevivência humana, os

³⁵ BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p. 156.

pobres e espaços periféricos acabam por serem as maiores vítimas do capitalismo que predadora a tudo e a todos, ao passo que destrói o meio ambiente, de fato prostitui os grupos minoritários ao bem querer dos agentes do mercado ou a outros similares. Enquanto imperar as desigualdades fomentadas pelo modelo atual de sociedade, permanecerão aquelas palavras de Marx dispostas na sua obra magna *O Capital* que explicitam quão explorados e aviltados são os trabalhadores das manufaturas e a natureza. Ao mesmo tempo que a economia de mercado atenta contra a saúde física e mental dos trabalhadores das fábricas, o mesmo mecanismo truca a natureza esgotando o seu solo, no que diz respeito a sua fertilidade, e atentando contra as suas espécies de fauna e flora³⁶. De igual forma, por recuperar a teoria do estudioso alemão, O'Connor, ao refletir mais a problemática ecológica na base marxista, expõe o capital como sendo o elemento primordial a inviabilizar o seu próprio exercício de poder. E, se pode inviabilizar a sua própria engrenagem de poder, de modo sucessivo, macula o meio ambiente³⁷. Isso ocorre porque a máxima do capital indica para a maximização do lucro, independentemente de fatores como sustentabilidade, bem-estar, saúde, futuras gerações. A ação imediatista acaba por prejudicar a sua própria atividade, visto que torna qualquer realidade econômica com prazo determinado de exploração, e sempre a curto prazo. Como exemplo posto em momento anterior, apontamos a questão das barragens de mineração. A exploração desenfreada gera mortes nas comunidades próximas, dano ambiental e redução e/ou extinção da atividade econômica, gerando desemprego, queda de arrecadação no município, ciclos migratórios e etc. O avanço da soja nos territórios amazônicos segue o mesmo ritmo. Com o uso do solo essencialmente para cultivo de monocultura, ocorre o desmatamento, a expulsão de comunidades locais e naturalmente o empobrecimento do solo com a escassez de determinados nutrientes. Assim, muito em breve, corremos o risco de vermos setores amazônicos transmutados de matas para desertos. Ambas as ações são exemplificações perfeitas desse processo degradante que a economia de mercado atribui a ela mesma e que são evidenciadas por O'Connor.

³⁶ MARX, Karl. **O capital**: crítica de economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

³⁷ O'CONNOR, James. **Causas naturales**: ensayos de marxismo ecológico. Traducción Patricia Reyes Baca. México: Siglo XXI, 2001.

Ademais, complementando os dizeres iniciais do pontífice romano, podemos suscitar as reflexões de Boff quando passa a problematizar e estabelecer bases entre a questão da pobreza e o caos ecológico que está instaurado na natureza mediante as ações nefastas promovidas pelo capital:

Hoje a Terra se encontra em fase avançada de exaustão e o trabalho e a criatividade, por causa da revolução tecnológica, da informação e da robotização, são dispensados e os trabalhadores excluídos até do exército de reserva do trabalho explorado. Ambos, terra e trabalhador, estão feridos e sangram perigosamente.³⁸

O destacado religioso aponta a negatividade do aparato tecnológico para a realidade contemporânea, sendo ela a mola propulsora de dois danos simultâneos: o dano social e o dano ecológico³⁹. O dano social se faz demonstrado e cada dia mais evidenciado no evento do desemprego, da informalidade e do subemprego, condições que ferem a dignidade humana, pois ataca no âmago do sujeito: na sua condição de subsistência. O dano ecológico, ousamos dizer – não em tom depreciativo, mas até de urgência prismática –, corresponde a uma ação imediatamente posterior, pois pode alcançar situações que inviabiliza a vida humana. Ambos estão somados com a ânsia humana de chefiar o meio ambiente, esse é o momento que o homem se põe acima das demais espécies habitantes do globo terrestre sempre com o afã de demonstrar poder e condição de ditar o caminho a ser enfrentado pelo planeta, a partir de uma perspectiva individual e de expansão do capital⁴⁰. Todavia, não observa o homem que, com esse exercício de ação, em nada contribui com a própria humanidade, mas sim apenas produz atos que inviabilizam a existência de sua própria espécie perante o meio ambiente, já que

³⁸ BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p. 23.

³⁹ BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

⁴⁰ LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Tradução de Jorge E. Silva. Revisão de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2009.

A vontade de tudo dominar nos está fazendo dominados e assujeitados aos imperativos de uma Terra degradada. A utopia de melhorar a condição humana piorou a qualidade de vida. O sonho de crescimento ilimitado produziu o subdesenvolvimento de dois terços da humanidade, a volúpia de utilização optimal dos recursos da Terra levou à exaustão dos sistemas vitais e à desintegração do equilíbrio ambiental⁴¹.

É de condição *sine qua non* para o bem-estar social a difusão de ideias, conceitos e práticas que versem sobre o desenvolvimento social capaz de promover a minimização das divergências econômicas existentes, e sempre com o fito de respeito ao natural. Afinal, respeitar e zelar pelo natural corresponde a preservar a sua própria existência. Essa perspectiva, como anuncia o mesmo Alier⁴² corresponde a importante mecanismo de minoração dos conflitos sociais que acabam por desdobrar em conflitos ambientais, enquanto que, para Löwy, a minimização dos conflitos se dará com a instauração de uma democracia socialista dotada de imperativos ecológicos⁴³. Por essa condição similar de subordinados aos ditames da exploração é que Alier apresenta os pobres como sujeitos possíveis de conduzir o planeta para um estágio de respeito e zelo ao meio ambiente. Pondera o economista espanhol a evolução dos movimentos ecológicos desde o culto à vida silvestre, passando pelo evangelho da ecoeficiência e alcançando a justiça ambiental e o ecologismo dos pobres⁴⁴. Cabe aos hipossuficientes promover uma sociedade que promova um pacto de bem-estar com a natureza. Para tanto, é necessário o estabelecimento de uma consciência que permita a diferenciação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, ideia que dialoga com os apontamentos de Sanchs⁴⁵ aqui anteriormente já mencionados. Alier evidencia a figura dos pobres como condutores originais desse processo de transição rumo a uma sociedade equilibrada para com o meio

⁴¹ BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p. 23.

⁴² MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de Maurício Waldman. 2ª ed. 3ª impressão. São Paulo: Contexto, 2017.

⁴³ LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

⁴⁴ MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de Maurício Waldman. 2ª ed. 3ª impressão. São Paulo: Contexto, 2017.

⁴⁵ SACHS, Ignacy. Sociedade, cultura e meio ambiente. **Mundo & Vida**. Niterói, v. 2, p. 7-13, 2000.

devido a condição das comunidades tradicionais de se verem como integrantes desse meio ambiente organizado, meio este que prove a comunidade em todas as suas carências reais, sem qualquer perspectiva mercantilista, o que inicia o processo danoso de destruição da natureza e do outro.

Em movimento contrário, a sociedade persiste em anunciar, financiar e comprar a falácia do desenvolvimento sustentável, ou até mesmo ecodesenvolvimento como tratado por alguns estudiosos ancorados na perspectiva ecossocialista. Essa adoção inibe o caminhar em prol do real trajeto capaz de realinhar sociedade e natureza. Nesse diapasão, são uníssonos os defensores da ecologia como adotam que o ecodesenvolvimento “apenas mascara a perversidade intrínseca do capitalismo e de seu paradigma de desenvolvimento. Sua lógica implica a não existência da ecologia e, se existe, a sua negação”⁴⁶. Löwy apresenta a alternativa do ecossocialismo como método capaz de contrapor o capitalismo, pois, segundo o mesmo filósofo brasileiro, “uma ecologia que não se dá conta da relação entre ‘produtivismo’ e lógica de lucro está fadada ao fracasso”⁴⁷. E qual a lógica atual, mesmo a apresentada pelo desenvolvimento sustentável? Respondemos, de unir capital com exploração, seja da natureza e/ou do homem.

Rechaçada a composição de um capitalismo que dialogue com o ecologismo, é necessário reforçar tal compreensão a partir de mais uma colocação: a proposta de subordinação de países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos. A pobreza aqui não só contempla os sujeitos hipervulneráveis, mas sim territórios de nações que, conseqüentemente, abrigam esses sujeitos. Nesse diapasão, Löwy aponta que

a luta contra o sistema de dívida e seus “ajustes” ultraliberais impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países do Sul, com conseqüências sociais e ecológicas dramáticas: desemprego em massa, destruição das

⁴⁶ BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p. 122.

⁴⁷ LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 46.

proteções sociais e das culturas de viveres, destruição dos recursos naturais para a exportação⁴⁸.

O compromisso do capital, diferentemente do pregado – da prosperidade, do sucesso e da riqueza –, na verdade é o da manutenção da pobreza e miséria humilhante nos cenários de subdesenvolvimento, nesses espaços compensa poluir e suprimir a natureza, afinal, nas condições menos desfavoráveis para essas regiões pobres, ocorreu o “mau desenvolvimento”, o marcado por deformidades no aparelho produtivo⁴⁹. Um exemplo problemático desse quesito corresponde às taxas de carbono delimitadas no Protocolo de Kyoto⁵⁰. É de compreensão uníssona que países desenvolvidos poluem mais do que países subdesenvolvidos, inegavelmente devido ao grau de industrialização alcançado por aqueles países. Indústria, até os dias de hoje, é sinônimo de poluição e de dano ambiental. Assim, em sua maioria signatários do acordo internacional, os países devem alcançar (ou restringir) níveis pré-estabelecidos no que diz respeito à poluição. Países subdesenvolvidos não alcançam essa barreira máxima, enquanto que países desenvolvidos ultrapassam e muito essa fixação. Eis então que surge um elemento “minimizador” dos danos, minimizador entre aspas porque, na verdade, em nada minora os danos ambientais causados pelas potências econômicas: as taxas de carbono. Essas mesmas taxas de carbono correspondem a títulos passíveis de compra e venda por países e instituições a outros países. Assim, em regra, o país desenvolvido, que ultrapassou a sua quota, adquire do subdesenvolvido, para manter o seu ritmo industrial. Bem parecido com aquele princípio constitucional brasileiro aqui já criticado: o poluidor-pagador. A sociedade que excede a quota limite adquire de outra parcela não usada. E assim, ao invés de minorar danos ambientais, o que ocorre é o rateio do dano. Não se deixa de ferir o meio ambiente, apenas a culpa é partilhada via aquisição de licenças.

Com uma política, em tese, de proteção ambiental global como temos, estamos diante de alguns impasses: a) os países desenvolvidos não diminuem suas atividades

⁴⁸ LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 60.

⁴⁹ LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Tradução de Jorge E. Silva. Revisão de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2009.

⁵⁰ FEARNSIDE, Philip M. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. Manaus: INPA, 2003.

poluentes ao meio ambiente, mesmo reconhecendo que são detentores de atividades danosas ao globo; b) explorar a incapacidade industrial e a consequente pobreza dos países subdesenvolvidos corresponde à ação legitimada e “ética” do capitalismo, pois adquirir taxas de carbono simboliza uma clara ação de fomento à desindustrialização de quem já não é industrializado. Sem condições mínimas de produção de serviços, os países subdesenvolvidos permanecerão como exportadores de recursos naturais para o desenvolvimento das potências econômicas já estabelecidas. Perdendo, nesses moldes, o seu recurso natural e a sua população, pois esta estará fadada à miséria. O ecologismo dos pobres corresponde à importante vertente ecológica pois valoriza o local de fala e a luta diária daqueles que são os primeiros atingidos pelos desmandos das operações que priorizam o capital em detrimento do meio ambiente, posto que “sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos”⁵¹. Todavia, como é salutar ressaltar, esses grupos não se autodenominam ecologistas, posto que, para eles, essa terminologia se mostra depreciativa. Ecologismo dos pobres atribui um sentido de pertencimento à causa por dela sentir os seus reflexos positivos ou negativos. Enquanto que, na visão desses grupos, os ecologistas estão preocupados com coisas mais abstratas, mas não menos importantes. Enquanto que os ambientalistas, nas críticas emanadas pelos pertencentes ao ecologismo dos pobres, estão preocupados com a morte de baleias, eles estão com a população média querendo resguardar o seu direito básico à alimentação. Ponderando sobre ações dos sujeitos, novamente aqui temos uma posição que converge aos argumentos apresentados por Löwy quando assim afirma que

Esses movimentos reagem a um agravamento crescente dos problemas ecológicos da Ásia, África e América Latina, em consequência de uma política deliberada de “exportação da poluição” pelos países imperialistas. Essa política tem, diga-se de passagem, uma “legitimação” econômica imbatível – do ponto de vista da economia capitalista de mercado – recentemente formulada por um eminente

⁵¹ ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução de Maurício Waldman. 2ª ed. 3ª impressão. São Paulo: Contexto, 2017, p. 34

expert do Bando Mundial. Lawrence Summers: os pobres custam menos caro!⁵²

Tal visão anunciada pelo Lawrence Summers expõe as incongruências dos pactos “pró-meio ambiente” até então fixados, o exemplo que analisamos como mais contrassenso diz respeito às taxas de carbono. Entretanto, não se encerram nele. As tragédias de Mariana e de Brumadinho referenciadas em páginas anteriores trazem consigo esse tom de tragédia anunciada: é mais cômodo, é mais barato, poluir no Brasil do que nos Estados Unidos da América; é mais prudente e conveniente poluir na República Democrática do Congo do que na França. Mais cômodo, barato, prudente e conveniente por inúmeros fatores. Cômodo porque vê na poluição proferida no outro hemisfério do globo, segundo essa ideia imediatista e desprovida de qualquer análise de conexão, um distanciamento da sua realidade, pensando que em nada serão atingidos, já que a paisagem “fica feia para os outros”, esquecendo que o globo é um sistema orgânico, indivisível e que, mais cedo ou mais tarde, o dano gerado no Sul será recepcionado pelo Norte. Barato porque, pela desvalorização cambial, qualquer indenização a ser paga será minimizada quando convertida na moeda global, o dólar. Prudente porque sabe que, ao fim das ações, poucas e mínimas serão as ações judiciais promovidas e sentenciadas contra os atos danosos ao meio ambiente local – no caso brasileiro, via de regra, são fixados termos de ajustes de condutas, onde os conglomerados acordam com o ministério público e com o poder judiciário não promoverem mais poluições em tamanha escala e fixam uma determinada importância financeira para “tentar recuperar os danos causados”, os valores são pagos em prestações a perder de vista, as comunidades atingidas permanecem desalojadas e sofrendo abalos das mais distintas ordens, sejam econômicos, sociais, familiares, emocionais, e o meio ambiente permanece poluído e ultrajado, vide Brumadinho que, mesmo com essas ações fixadas no pós-Mariana, existiu. Um modelo de atentado ao meio ambiente que ilustra a descrição aqui trazida é a poluição com vazamento de petróleo promovida pelos navios da Petrobrás na Baía da Guanabara, no estado do Rio de Janeiro. Apesar de inúmeros termos de ajuste de conduta fixados entre

⁵²

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 62.

a empresa, o ministério público e o poder judiciário, muitas foram as incidências de vazamento entre os anos 1990 e 2000. O resultado é a baía poluída, peixes mortos e meio ambiente degradado: um espaço ambiental que poderia muito bem ser usado pela coletividade para lazer, descontração e atrativo turístico, mas que, devido as ações antiecológicas, resta poluído. Essa ação das entidades governamentais em não promover de fato punição para aqueles que danificam o patrimônio coletivo faz dessas ações criminosas atos convenientes, pois sabem que, mesmo promovendo atitudes criminosas conforme a legislação pátria e que atenta ao bem-estar coletivo, não terão punição alguma. Dessa feita, assim como agentes privados e empresas, o estado se mostra como agente causador dos danos ambientais efetivados por aqueles sujeitos, afinal mantém conduta de inércia frente os danos, em nada age, seja mediante o braço judicial ou através de políticas públicas de reinclusão dos atingidos no meio social. Infelizmente, se constitui como prática secular do estado brasileiro agir pela omissão: fato esse a ser verificado em momento posterior a partir do *corpus* eleito. O estado brasileiro omisso que se criou na monarquia, passou pela república velha, pela república nova e se mantém “firme e forte” na república contemporânea, apenas privilegiando os já privilegiados e marginalizando os historicamente marginalizados. E é cediço que, qualquer tentativa de mudança desse enredo nefasto, é sumariamente reprimido. Afinal, a roda da exclusão deve girar sem qualquer interrupção mínima. É assim que exemplificamos Boff quando afirmava que “a mesma lógica do sistema imperante de acumulação e de organização social que leva a explorar os trabalhadores leva também a espoliar nações inteiras e por fim leva a depredar a natureza”⁵³. A pobreza assim corresponde a elemento primordial, talvez aí reside a razão da pouca batalha em minimizá-la.

Nessa relação entre sociedade, natureza e economia, ao problematizar o pensamento de Celso Furtado para a questão, Cavalcanti ressalta que alguns pontos de crítica do economista brasileiro para o crescimento econômico descomprometido com o homem e o meio ambiente, sendo eles:

⁵³ BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p. 155.

primeiro, do mito do desenvolvimento; segundo, do consumo e suas significações nos planos cultural, da concentração de renda e do ecossistema; terceiro, da dependência em termos da cultura e do setor tecnológico-produtivo; quarto, das desigualdades; quinto, da dimensão ambiental do processo de desenvolvimento; e, sexto, do caráter dos problemas da dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento. Furtado, preocupado com a preservação da identidade cultural em face das transformações econômicas, se detém em questões como o mimetismo cultural, a reprodução de padrões de consumo e os privilégios das minorias com seus estilos de vida de modernização mimética. Tratando dos impactos da economia no meio físico, ele se volta para a questão dos limites ao crescimento, para o caráter predatório do modelo de consumo do capitalismo (que, na verdade, o socialismo real tentou, sem sucesso, copiar), para o desperdício de recursos, para os custos não contabilizados da destruição ambiental, para os processos dissipativos embutidos na visão economicista do desenvolvimento⁵⁴.

Promover ações que visem ao bem-estar ecológico sincronizam também para a luta contra a pobreza, posto que é a permanência desta que alimenta esse regime de degradação ambiental e, antes de mais nada, de degradação humana. Com isso, não ousamos defender a riqueza irrestrita a todos os indivíduos, pois sabemos que essa é uma tese impraticável. Mas é necessário o estabelecimento de ações, sejam nacionais ou transnacionais, que ajam com o intuito de proteger os hipossuficientes, as populações carentes de todos os espaços, pois assim, de modo inevitável, protegeremos o meio ambiente. Proteger o pobre, antes de mais nada, é dar autonomia para que ele seja o regente de sua própria vida, satisfazendo também uma das carências do próprio mercado, pois o pobre corresponde também a um consumidor. Assim, para que o mercado esteja bem equilibrado e com fluxo frequente de ações de compra e venda, a população deve ter e exercitar o seu poder de compra e não há como ter poder de compra se imerso na miséria. Tendo essa condição básica de sobrevivência, será este um aliado na causa ecológica capaz

⁵⁴

CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 2, 2003, p. 81.

de efetivar muito dos quesitos que restam apenas registrados em livros e nas universidades.

2.3 O estado como agente fomentador de segregações: um caminho literário

A ação estatal em prol da segregação e foco no capital já fora apresentada nos momentos anteriores de modo que asseverou essa condição desde os primórdios da civilização, mas maximizada com o evento das grandes navegações e surgimento do capitalismo. Acompanhando o caminho historiográfico, muito perceptível é essa ação de enaltecimento e proteção dos que estão ou foram postos nos topos da hierarquia social pelas mãos invisíveis do estado, enquanto que a perseguição, a marginalização e o silenciamento dos vulneráveis também se fazem presentes. Esse caminho, de igual forma, pode ser rascunhado pela via literária, esta que, assim como as demais artes produzidas pelo homem, é materialização da voz de denúncia, voz daquelas minorias que, mesmo sendo quantitativamente maioria no espectro social, resta subjugada pelo grupo que detém poder, informação e acesso. Para não nos alongar mais nessa modalidade de abordagem que prima pela demonstração de hierarquização social que fomenta exclusão e subjugação de grupos humanos, não humanos e da natureza, pontuaremos discussões que, ao longo dos estilos de época que contempla a literatura nacional, são marcadas e denunciadas pelos nossos literatos.

No *Quinhentismo*, mesmo com a sua perspectiva inicial de demonstração do que fora encontrado nas terras brasileiras logo após a chegada dos portugueses, é demonstrável o olhar de superioridade do colonizador em detrimento ao habitante local quando, na sua carta, Pero Vaz de Caminha atesta:

A feição deles é serem pardos maneiras d’avermelhados de bons rostos e bons narizes bem feitos. Andam nus sem vergonha coberta, nem

estimam nenhuma coisa a cobrir nem mostrar suas vergonhas e estão acerca disso com tanta inocência como têm de mostra o rosto⁵⁵.

À medida que apresenta o índio demonstrando costumes outros, estes que já traçam um contraponto ao modo de vida europeu, Caminha centra olhares para a natureza e para a necessidade de catequizar os novos conhecidos.

Águas são muitas e infindas. E em tal maneira é graciosa que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente e esta deve ser a principal semente que vossa alteza em ela deve lançar⁵⁶.

A subordinação dos diferentes pelo instrumento da fé corresponde a outro mecanismo bastante difundido na expansão dos estados modernos, principalmente pelos países ibéricos. Não gozando da fé católica, do crer no Cristo como Salvador, todo o povo que restou encontrado era marcado como desconhecedor da verdade, o que, segundo o colonizador, representava a primeira e maior necessidade para efetivar o processo de colonização: salvar almas. Tudo, na verdade, recurso discursivo para maquiagem dos atos danosos do processo de colonização e promover o abuso frente a esse primeiro grupo minoritário nacional – o índio – e a natureza encontrada. Mesmo trazendo nos seus escritos uma perspectiva de civilização para esta terra recém encontrada, é possível atribuímos a leitura de inferiorização dos espaços e dos sujeitos diferentes para carta de Caminha. Verificável é a compreensão de natureza como sendo uma mercadoria útil para

⁵⁵ CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/conteudo/perovazcaminha/carta.htm>>. Acesso em 01 de março de 2019.

⁵⁶ CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/conteudo/perovazcaminha/carta.htm>>. Acesso em 01 de março de 2019.

esse novo modo de ver o novo mundo e do índio como um objeto, um adereço a essa mercadoria extremamente rentável para a coroa portuguesa.

Gregório de Matos Guerra evidencia, no *Barroco*, o caos institucional gerado pela coroa e pela fé católica perante o povo vivente no território baiano. A exaltação institucional paraiva apenas às elites da época juntamente à fidalguia. Guerra, como é de conhecimento extensivo, denunciava todos esses desmandos e a tentativa de silenciamento dos que não adentravam aos palácios. Como fixa Bosi, “a situação de ‘intelectual’ branco não bastante privilegiado pelos maiores da terra ainda mais lhe pungia o amor-próprio e o levava a estilecar às cegas todas as classes da nova sociedade”⁵⁷. Assim, críticas não eram poupadas, tudo isso de modo a denunciar as múltiplas desigualdades que eram alimentadas, sempre com o fito de manter privilégios e cercear direitos. *Juízo anatômico dos achaques que padecia o corpo da República, em todos os membros, e inteira definição do que em todos os tempos é a Bahia*⁵⁸, que aqui reproduzimos, sintetiza bem essa coletânea de críticas do Boca do Inferno. Crítica esta capaz de ser reproduzida ao estado atual brasileiro e às demais instituições evidenciadas quase que sem retirar colocações. Vejamos:

**Juízo anatômico dos achaques que padecia o corpo da República,
em todos os membros, e inteira definição do que em todos os tempos
é a Bahia**

Epílogos

1

Que falta nesta cidade?.....Verdade
Que mais por sua desonra?.....Honra
Falta mais que se lhe ponha.....Vergonha.

O demo a viver se exponha,
Por mais que a fama a exalta,

⁵⁷ BOSI Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 37.

⁵⁸ MATOS, Gregório. **Poemas escolhidos**. Seleção e organização de José Miguel Wisnik. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 41.

numa cidade, onde falta
Verdade, Honra, Vergonha.

2

Quem a pôs neste socrócio?.....Negócio
Quem causa tal perdição?.....Ambição
E o maior desta loucura?.....Usura.

Notável desventura
de um povo néscio, e sandeu,
que não sabe, que o perdeu
Negócio, Ambição, Usura.

3

Quais são os seus doces objetos?....Pretos
Tem outros bens mais maciços?....Mestiços
Quais destes lhe são mais gratos?...Mulatos.

Dou ao demo os insensatos,
dou ao demo a gente asnal,
que estima por cabedal
Pretos, Mestiços, Mulatos.

4

Quem faz os círios mesquinhos?...Meirinhos
Quem faz as farinhas tardas?.....Guardas
Quem as tem nos aposentos?.....Sargentos.

Os círios lá vêm aos centos,
e a terra fica esfaimando,
porque os vão atravessando
Meirinhos, Guardas, Sargentos.

5

E que justiça a resguarda?.....Bastarda
É grátis distribuída?.....Vendida
Que tem, que a todos assusta?.....Injusta.

Valha-nos Deus, o que custa,
o que El-Rei nos dá de graça,
que anda a justiça na praça
Bastarda, Vendida, Injusta.

6

Que vai pela clerezia?.....Simonia
E pelos membros da Igreja?.....Inveja
Cuidei, que mais se lhe punha?.....Unha.

Sazonada caramunha!
enfim que na Santa Sé
o que se pratica, é
Simonia, Inveja, Unha.

7

E nos frades há manqueiras?.....Freiras
Em que ocupam os serões?.....Sermões
Não se ocupam em disputas?.....Putas.

Com palavras dissolutas
me concluí na verdade,
que as lidas todas de um Frade
são Freiras, Sermões, e Putas.

8

O açúcar já se acabou?.....Baixou
E o dinheiro se extinguiu?.....Subiu
Logo já convalesceu?.....Morreu.

À Bahia aconteceu
o que a um doente acontece,
cai na cama, o mal lhe cresce,
Baixou, Subiu, e Morreu.

9

A Câmara não acode?.....Não pode
Pois não tem todo o poder?.....Não quer
É que o governo a convence?.....Não vence.

Que haverá que tal pense,
que uma Câmara tão nobre
por ver-se mísera, e pobre
Não pode, não quer, não vence.

O texto em tela exprime as articulações institucionais de modo a perpetrar a conduta de mais para os privilegiados e menos para os marginalizados. Os sujeitos sociais

que fugiam à matriz branca, como é o caso dos pretos, mestiços e mulatos, eram expostos como objetos, sejam doces, maciços, modo pelo qual a sociedade da época atentava a eles com total desprezo e coisificação, sempre na tentativa de imposição dos mesmos como sujeitos de segunda classe. Os agentes públicos, tais como os meirinhos, guardas e sargentos são compreendidos pelo poetas como representantes das ações nocivas do governo. A justiça, é vista como bastarda, vendida e injusta. A igreja, como praticante de simonia e de inveja.

A natureza passa a ser compreendida como local de refúgio e de inspiração para o fazer poeta no *Arcadismo*. O espírito bucólico do campo contagia as poesias e composições do período. Entretanto, a crítica à coroa também restava exercitada, principalmente durante o período da Inconfidência Mineira, como aponta o pensamento de Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto. O pensamento oriundo da Revolução Francesa contagiava os escritores da época que cobravam posições mais atuais da coroa. O lema da *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* inspirou o movimento mineiro que reivindicava o status da propriedade, bem como questionava o excesso de impostos cobrados pela monarquia. O peso da coroa se mostrava por demais oneroso para a sociedade, todavia, era mínima a contraprestação ofertada pelo regime. A sociedade, a grosso modo, vivia para sustentar o deleite da corte. Enquanto que uns poucos se mantinham no conforto, a plebe trabalhava para garantir o luxo dos palácios.

A voz da comunidade negra começa a ser expressada, de fato e de direito por quem a ela pertence, reconhece a carência de representantes e de quem encampe uma luta pelos seus, apenas no *Romantismo*, precisamente na terceira geração, esta compreendida como Condoreira. A primeira, Nacionalista, apresentava a urgência de construção de uma identidade nacional por meio da literatura como mecanismo capaz de dar o combustível necessário para o crescimento do Brasil enquanto espaço autônomo, não mais ligado aos ditames europeus, principalmente portugueses, franceses e ingleses. A natureza aqui é

exaltada como ponto distintivo do local em relação a outros espaços, principalmente europeus, como é bem perceptível em *Canção do exílio*⁵⁹, de Gonçalves Dias:

Canção do exílio

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer eu encontro lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar –sozinho, à noite–
Mais prazer eu encontro lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Durante o tempo em que o saudosismo para com a terra brasileira é cantado pelo eu-lírico, o demonstrar das qualidades naturais do ambiente ressaltam ainda mais esse

⁵⁹

DIAS, Gonçalves. **Canção do exílio**. In: DIAS, Gonçalves. Obra completa. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

anseio pelo retorno à sua casa. Assim, a natureza passa de mercadoria, exposta no *Quinhentismo*, para qualidade diferenciadora que o território brasileiro tem a apresentar para as demais comunidades, estas mesmas que impõem a quem daqui sai o desejo frequente de voltar, posto que, nada fora daqui é igual, seja o simples cantar do sabiá, a beleza das flores, dos bosques e imponência das palmeiras. Como segundo momento do *Romantismo*, temos a Ultrarromântica, esta voltada para o intimismo e inquietudes do eu, das subjetividades dos indivíduos que vivenciavam conflitos internos.

Centrando agora atenção a terceira geração, a Condoreira, apontamos dois personagens de extrema relevância para o momento, quais sejam: Luís Gama e Castro Alves, ícones da luta em prol da representatividade negra no movimento. A crítica social nessa etapa se mostra como força motriz. O modo pelo qual os grupos vulneráveis eram visualizados pelo estado produz uma série de críticas. Ressaltemos aqui a problemática da escravidão, ainda nesse tempo presente nas terras brasileiras. O movimento condoreiro foi decisivo para pôr o ponto na pauta de discussão da sociedade, no momento que criticava o governo por permanecer com essa prática nefasta de comércio e força de trabalho. *Navio negreiro*⁶⁰ corresponde a uma crítica por demais incisiva ao tráfico e comércio de negros. Todavia, destaquemos a crítica ao estado como produtor de desigualdades por meio do seu braço que, em compreensão idealista, deveria ser o provedor da equidade, da justiça, contra a segregação e exclusão. Essa crítica resta impressa em *Quem sou eu? (I)*⁶¹, de Luís Gama:

Dou de rijo no pedante
De pílulas fabricante,
Que blasona arte divina,
Com sulfatos de quinina,
Trabusanas, xaropadas,
E mil outras patacoadas,
Que, sem pinga de rubor,
Diz a todos, que é DOUTOR!

⁶⁰ ALVES, Castro. **Os melhores poemas de Castro Alves**. Seleção e apresentação de Lêdo Ivo. São Paulo: Global, 1983.

⁶¹ SILVA, Júlio Romão da. **Luiz Gama e suas poesias satíricas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1981, p. 177-181.

Não tolero o magistrado,
Que do brio descuidado,
Vende a lei, trai a justiça
— Faz a todos injustiça —
Com rigor deprime o pobre
Presta abrigo ao rico, ao nobre,
E só acha horrendo crime
No mendigo, que deprime.
- Neste dou com dupla força,
Té que a manha perca ou torça.

A justiça aqui é denunciada pelo eu-lírico como sendo uma das ações de manutenção de poder e de castração de direitos dos vulneráveis, no momento que é demonstrada toda a sua insatisfação com o magistrado que inobserva a aplicação da lei, de modo intencional, para prestigiar o rico, enquanto que, para o pobre, a lei volta a ser imposta com o seu mais absoluto rigor. Enquanto que a ação do rico é compreendida como mero deslize, a do pobre é extremamente condenável e necessária é a coerção.

O *Realismo* amadurece a crítica apresentada na terceira geração romântica de modo, principalmente por meio da escritura machadiana, a expor as múltiplas hipocrisias da sociedade carioca. Mais do que a insatisfação com o modo de viver piegas dos que se mantinham próximo ao poder, a crítica machadiana versava sobre quão prejudicial era aquela política exercitada entre os governantes da época, essa mesma que se demonstrava ultrapassada e voltada apenas para um núcleo específico. De modo claro e preciso, Machado de Assis desnudou a sociedade carioca apresentando a mesma como é, desde os imponentes casarões dos poderosos, até mesmo a simplicidade da vida da população comum. O cinismo, como destaca Bosi⁶², corresponde a ferramenta primordial na composição prosaica de Machado. É em *Memórias póstumas de Brás Cubas* “quando o romancista assumiu, naquele livro capital, o foco narrativo, na verdade passou ao defunto-autor Machado-Brás Cubas delegação para exhibir, com o despejo dos que já nada mais temem, as peças do cinismo e indiferença com que se via montada a história dos

62

BOSI Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 45ª ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

homens”⁶³. Em período similar, mas agora no *Naturalismo*, Aluísio de Azevedo, em *O cortiço*⁶⁴, expõe a bestialização social na qual a população mulata e mestiça era submetida nos ambientes mais insalubres como nos cortiços.

Finalizando o século XIX e alcançando o século XX, temos o advento do *Pré-Modernismo*, etapa esta que congregou uma efervescência de questões políticas e sociais que fomentaram ainda mais a problematização que já se fazia presente no meio literário: o questionar das ações governamentais, o pleito por inserção de espaços periféricos no cenário nacional, bem como de sujeitos sociais pertencentes a esses meios. Para esse momento literário, destacamos três sujeitos: Euclides da Cunha, Lima Barreto e Monteiro Lobato. Em espaço externo a essa escritura de tese, apresentamos resenha crítica à Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, da Universidade de Brasília, sobre a obra *Lima Barreto: triste visionário*⁶⁵, de Lilia Moritz Schwarcz. Na mesma, pontuamos:

Assim como Euclides da Cunha, Lima Barreto via no monarquismo o reflexo do atraso brasileiro movido, essencialmente, pela forma concentrada como a Coroa imperial destinava seu ato de governar. O Rio de Janeiro continuava sendo sua grande joia e merecia os melhores cuidados, disponibilização de estruturas grandiosas e marcas de desenvolvimento, mesmo que primitivo, enquanto o resto do país permanecia esquecido, apenas produzindo para dar sustentáculo a essa realidade opressora. A mudança de ventos e a adoção do republicanismo eram analisadas por ambos como o nascedouro de uma nova realidade nacional, amparada no espírito público e de inclusão dos marginalizados, pois, com a inclusão, seria possível reconstruir um país que evidenciasse sua marca de pluralidade de cores, de espaços e de realidades. Todavia, o que ocorreu não foi a transmutação do velho para o novo, mas um maquiagem, um redesenhar do velho que continuava arraigado no modo de fazer política e de pensar a brasilidade entre aqueles que detinham a condição de colocar a nação na perspectiva de edificar em prol do bem público e da coletividade, mas que nada fazia e permitia que as práticas continuassem idênticas às de outrora:

⁶³ BOSI Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 45ª ed. São Paulo: Cultrix, 2010, p. 177.

⁶⁴ AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 30ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

⁶⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

obsoletas e marcadas pelos privilégios de alguns poucos em detrimento do esforço de todos. Euclides da Cunha já denunciava seu distanciamento com o sistema republicano desde 1902, quando foi editado *Os sertões* e, ao condenar o *modus operandi* na Guerra de Canudos, sentenciava que “aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (Cunha, 2002, p. 9). Também em 1909, em *À margem da história*, Euclides da Cunha continuou sua crítica ao modelo “novo”, quando refletia a omissão estatal perante o povo que vivia na região amazônica e cobrava a adoção urgente de “medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos” (Cunha, 1999, p. 16)⁶⁶.

Em relação a Monteiro Lobato, afirmamos:

Essa crítica à tentativa de importar uma realidade que não nos pertence é o que une as perspectivas de Lima Barreto e de Monteiro Lobato. Este último asseverou que “O Brasil de amanhã não se elabora, pois, aqui. Vem em películas de Los Angeles, enlatado como goiaba. E a dominação *yankee* vai se operando de maneira agradável, sem que o assimilado perceba” (Lobato, 2008, p. 37)⁶⁷.

É verificável a crítica ao estado que subjuga uns enquanto que enaltece outros. Essa era a crítica enunciada por aqueles que se mostravam contrários ao regime monárquico. Assim, o modelo republicano era esperado como uma alternativa que, de fato, viria a pôr o país nos trilhos, por meio de uma gestão voltada para a imparcialidade, esta que promoveria um choque de realidade, finalizando a etapa do compadrio e efetivando o estado como coisa pública para todos. Entretanto, o escrito não foi refletido na prática, e assim o personalismo, o coronelismo e a república dos privilégios e exclusões foram efetivados.

⁶⁶ VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de. Lilia Moritz Schwarcz - Lima Barreto: triste visionário. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, n. 54, p. 477.

⁶⁷ VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de. Lilia Moritz Schwarcz - Lima Barreto: triste visionário. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, n. 54, p. 480.

A nossa pretensão era promover esse resgate dentro da historiografia literária até o momento do pré-modernismo, pois é nele que Euclides da Cunha, autor que aqui discutiremos está marcado pela crítica literária nacional. Todavia, até mesmo pelos acontecimentos últimos que evidenciam ainda mais o descaso ambiental e a omissão estatal frente ao meio ambiente e aos grupos socialmente vulneráveis, resolvemos, devido aos acontecimentos mais recentes que refletem em danos ambientais, alcançar o modernismo brasileiro e destacar Carlos Drummond de Andrade em:

Lira itabirana

I
O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.

II
Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!

III
A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.

IV
Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?⁶⁸

⁶⁸

Publicado no Jornal O Cometa Itabirano, em 1984.

Aqui, o poeta mineiro expõe o caos da atividade da mineração que se volta apenas para quantitativos e numerários que definem a quantidade de toneladas de ferros extraídas e exportadas. A preocupação se dá em relação às empresas e às dívidas. Enquanto que atenção às vidas são inexistentes, sejam elas a da natureza ou a da comunidade que beira essas imensas barragens. Compreendidos hoje como uma visão de Drummond para o descaso da atividade de mineração para os danos ambientais e sociais possíveis, no atual ano de 2019 com o desastre protagonizado em Brumadinho, os versos editados ainda em 1984 demonstram como a desatenção do poder público não vem de hoje e que, ao tempo que é omissa, é criminosa, pois o seu silêncio foi capaz de matar mais de três centenas de vidas humanas.

3 A RETOMADA DA NATUREZA COMO SUBJETIVIDADE

Com efeito, a natureza torna-se um puro objeto para o homem, uma coisa útil. Não é mais reconhecida como uma potência. A inteligência teórica das leis naturais tem todos os aspectos de um estratagema que procura submeter a natureza às necessidades humanas, seja como objeto de consumo, seja como meio de produção⁶⁹.

Urge a necessidade de ressignificação da natureza e dos aspectos naturais frente a sociedade atual. Essa ressignificação perpassa pela compreensão da subjetividade da natureza que vem sendo negada desde tempos pretéritos. Incluir a natureza na pauta de discussões das ações humanas, antes de mais nada, implica na defesa da sobrevivência minimamente qualitativa da espécie humana. Pode existir uma peça sem um cenário mínimo, mas, mesmo na sua ausência, o cenário estará lá, terá uma conotação que dialogará com a proposta da peça. Diferentemente da peça teatral que ainda consegue dialogar com o nada, com o cenário ausente, o homem, mesmo que não esteja disposto a refletir sobre, tem a sua vida inviabilizada e anulada sem a presença da natureza, pois o mesmo nela está inserido e dela carece para exercer ações básicas para garantir suas

⁶⁹

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 25.

necessidades e sua felicidade. Diante dessas premissas, como pensar a sociedade sem o meio ambiente?

Ao passo que a reconsideração do que é a natureza e a sua relevância para o viver em sociedade é imprescindível, a percepção das ações decorrentes do antropocentrismo deve ser avaliada como um dos pontos que maximizam essa tensão do homem em relação à natureza. Devido a isso marcas que buscam entender o mundo de modo mesquinho e pequeno devem ser sufocadas em prol de uma proposta mais coletiva e agregadora que de fato verifique o homem como espécie que se relaciona, de modo permanente com outras espécies e com a natureza. Essa mudança de visão de mundo evita, inclusive, a propagação do machismo e do escanteamento do feminino por meio do androcentrismo, um estágio mais radical do antropocentrismo. É verificável por meio da vasta literatura e das práticas sociais transportadas pelos séculos que a mulher detém um enlaçamento singular com a natureza, pois, semelhante a esta, aquela também possui a condição de gerar vida e, desde os princípios, sobre a tentativa de dominação e silenciamento.

Os modelos econômicos até então vigentes na realidade global terrestre fracassaram. Fracassaram porque, em nenhum momento, atribuiu à centralidade de suas ações o respeito à natureza e ao sujeito humano. Seja qual for o modelo pensado, vigorou apenas a sanha de autoritarismo, dominação ou aniquilação em prol da acumulação, da ampliação numerária e do estabelecimento de produção de bens de consumo. É urgente o reestabelecimento da re-ligação entre homem e meio ambiente. É o homem aquele que mais pode colaborar com o meio ambiente para o estabelecimento de uma unidade colaborativa que preserve a todos e garanta vida. Todavia, o individualismo e o ideário de supremacia devem ser sustados das ações humanas. Enquanto que o capitalismo apresenta uma visão flexibilizada de suas ações, qual seja o desenvolvimento sustentável – o que na prática corresponde apenas a um *slogan* que vende a ideia de relativização dos danos causados –, alguns pensadores mais à esquerda revisitaram o marxismo e hoje apresentam como alternativa o ecossocialismo, este pautado no respeito aos sujeitos vulneráveis e na produção conforme a necessidade humana.

3.1 Da necessidade de reenquadramento social da natureza

Apresentado por Boff⁷⁰ e ⁷¹ como um superorganismo vivo – a Gaia –, o planeta no qual vivemos corresponde a um grande corpo detentor de inúmeras realidades autônomas que, para o seu excelente desenvolvimento, carece que as partes menores estejam em sintonia uma com as outras. Para o estabelecimento dessa compreensão, uma analogia com o nosso próprio corpo pode ser estabelecida. Assim, como precisamos que a nossa saúde esteja plenamente estabelecida para gozar de boas condições de vida, o globo igualmente necessita que os seus elementos constitutivos estejam em constante parceria e sincronia. Elementos constitutivos aqui não indicam apenas aqueles primeiros ar, terra, fogo e água, mas sim as suas espécies de vida mais variadas, contemplando aqui toda a sua fauna e toda a sua flora. Esse diálogo é necessário e se mostra demasiadamente produtivo posto que indica o fazimento de atos e ações que mantêm a ordem preestabelecida, este que, em razão das suas próprias carências determina o momento pertinente para promover mudanças. Todavia, assim como a ordem, existe o caos. Esse caos aflora na realidade global quando passa a existir a desarmonização das energias precisas para o pronto desenvolvimento da vida. Lembremos aqui que, ao falar de vida, falamos de natureza, mas também de homem e de sociedade.

Sendo então um organismo hiperdimensionado, a natureza deve ser compreendida e respeitada como tal, pois, em caso contrário, reflexos existirão. Eis aqui uma constatação elementar, mas que, em dias atuais, pode ser recebida como apocalíptica diante das reações naturais que visualizados, a bem dizer, diariamente nos mais variados espaços do globo. A mensagem aparentemente ecoa como nota que difunde uma alusão aos fins dos tempos, mas não é verdade. Corresponde a uma constatação a partir da própria ação e omissão da sociedade. Somado a isso, o homem implica em desconhecer a natureza como ser autônomo e subjetivo capaz de promover mudanças em sua vida.

⁷⁰ BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

⁷¹ BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

Esse desconhecimento corresponde a ato de distanciamento entre sujeito e meio ambiente. Contudo, nem sempre foi assim. A história nos mostra momentos em que o homem atravessou períodos de mãos dadas com a natureza, unidos por uma sintonia marcada no respeito mútuo e na compreensão que a natureza era a sua casa, de onde retirava o seu sustento e de que podia contar para manter a sua vida. O distanciamento então surgiu como elemento segregador desses dois sujeitos e aqui aponta Leis a secularização da vida moderna como fator determinante:

O processo de secularização da vida moderna cria uma sociabilidade especial, ligada às esferas econômicas e políticas, que desvaloriza a sociabilidade tradicional (entendendo esta como laços familiares e locais, e como valores de tipo moral e religioso).⁷²

Com a secularização, a evolução, mas, com ela, também uma gama de involuções e, dentre essas, a tentativa de subjugar o meio ambiente, essa subjetividade que permanece a dar condições de sobrevivência à espécie humana. Dentre essa constatação, podemos elencar o fator industrialização, que abarca as esferas econômicas e políticas, como ponto de fissura entre sociedade e meio ambiente. Insatisfeito com o que recebia da natureza e com o anseio absurdo de evoluir e dominar esse outro, o homem inicia seu processo de industrialização e fomento à tecnologia. Com a tecnologia, esta que deveria ser o ponto de comunhão entre progresso e resguardo do meio ambiente, a humanidade decretou a sua separação da natureza, posto que, “no sistema atual hoje mundialmente integrado, a tecnologia não é socialmente integrada”⁷³. Em contrapartida a essa industrialização dissociada da realidade ambiental, Leff⁷⁴ marca a compreensão da racionalidade ambiental como diretriz basilar para o estabelecimento de uma atividade

⁷² LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideo: Coscoroba Ediciones, 2004, p. 65.

⁷³ BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p. 94.

⁷⁴ LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

que, sendo conjuntamente benéfica ao homem, produza efeitos positivos para a luta ecológica.

A produção e aplicação de conhecimentos com o fim de satisfazer as necessidades sociais das comunidades rurais, respeitando seus valores culturais e desenvolvendo o potencial produtivo de seus ecossistemas e de seus saberes práticos, implica a necessidade de construir novos princípios de produtividade sustentável, integrando ao conceito de produção os processos ecológicos e culturais que lhe servem de suporte. Uma racionalidade ambiental, fundada nas condições ecológicas para aproveitar a produtividade primária dos ecossistemas e de dar bases de sustentabilidade aos processos de industrialização, deve integrar os processos ecológicos que geram os valores de uso natural, com os processos tecnológicos que os transformam em valores de uso socialmente necessários através da produção e da apropriação dos conhecimentos, saberes e valores culturais das comunidades para a autogestão de seus recursos produtivos⁷⁵.

Realidade que esteja dissociada de uma perspectiva ecológica estará fadada aos acontecimentos decorrentes da ação de mortificação das espécies que habitam o globo: superaquecimento, desertificação, alagamentos, aqui para marcarmos atenção em três exemplos rápidos, correspondem a reações desse superorganismo as ações decorrentes desse uso tecnológico ao arrepio do cuidado ao meio ambiente, que vem sendo renegado e minorado, diante da inobservância de sua grandiosidade pelo ser humano. A desordem corresponde a um estágio necessário ao meio ambiente para que ele, de modo particular, reestabeleça as ações, mas, para que isso ocorra de modo pleno, a interferência humana deve ser ínfima e, mesmo assim, em sintonia com essa macro entidade. Ao ser vítima de ações como essas que expressam destruição e morte, a natureza precisa agir de modo enérgico para reequilibrar o que foi desarmonizado, daí os reflexos das ações humanas serem em níveis elevados. Os três exemplos aqui trazidos apontam para mais do que atos de reorganização do meio natural, refletem para ações danosas da sociedade que, num

⁷⁵

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. Revisão de Paulo Freire Vieira. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 89.

primeiro plano atenta contra a natureza, mas que recebe como reflexo a inviabilização da saúde ou da própria vida humana e que, mesmo sendo danoso a sua existência, o homem prioriza o processo de modernização incessante e descabido.

El proceso de modernización, guiado por el crecimiento económico y el progreso tecnológico, se ha apoyado en un régimen jurídico fundado en el derecho positivo, forjado en una ideología de las libertades individuales que privilegia los intereses privados. Este orden jurídico ha servido para legitimar, normar e instrumentar el despliegue de la lógica del mercado en el proceso de globalización económica. Esa inercia globalizadora, que se convierte en modelo de vida, pensamiento único y medida de todas las cosas, niega y desconoce a la naturaleza; no como un orden ontológico y una organización material de la que emerge la vida, sino en su constitución como una “ecología productiva” y como condición de sustentabilidad de todo orden económico y social. La naturaleza es cosificada para ser dominada; se transforma en recurso natural, como materia prima de un proceso productivo; pero se rompe la trama ecológica de la naturaleza, de la que dependen los equilibrios geofísicos, la evolución de la vida y la productividad ecológica del planeta⁷⁶.

Enquanto que o homem se apresenta apenas como disposto a depredar a sua casa, por meio de um processo de modernização que não fixa atenção numa perspectiva coletiva de ação, que destrói a natureza e inviabiliza a sua própria sustentabilidade⁷⁷, o universo “se encontra numa solidariedade de origem e também de destino com todos os demais seres”⁷⁸. Nada o universo destrói, tudo ele reorganiza. Enquanto isso, o homem exercita a sua ação predatória para com os outros e para consigo, já que “ele se sente *sobre* as coisas e não *junto* e *com* as coisas. Imagina-se um ponto isolado e único, fora da

⁷⁶ LEFF, Enrique. **Los derechos del ser colectivo y la reapropiación social de la naturaleza**. In: CUNHA, Belinda Pereira da; AUGUSTIN, Sérgio; LIMA, Letícia Gonçalves Dias; COSTA, Nálbia Roberta Araújo da. (Orgs.). Os saberes ambientais, sustentabilidade e olhar jurídico: visitando a obra de Enrique Leff. Caxias do Sul: EducS, 2015, p. 12.

⁷⁷ LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Tradução de Jorge E. Silva. Revisão de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2009.

⁷⁸ BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p. 40.

natureza e acima dela. Arrogantemente se dispensa de respeitá-los”⁷⁹. É, a partir dessa premissa que Hannigan⁸⁰, ao evocar Marx, sentencia a relevância em “humanizar a natureza” ao problematizar o desenvolvimento de um diálogo social marcado em exercícios empáticos dotados de características “ecocêntricas”. Resgatando Boff, temos aqui um desafio para o homem mediante esse cenário de destruição:

Aqui se coloca o desafio à liberdade humana. O ser humano pode acolher essa situação, aceitar a sua mortalidade. Pode doar vida a Alguém maior que pode realizar o seu desejo de vida sem fim. A morte não é uma negação da vida, nem ausência de relação. É passagem para outro tipo de relação e de vida. O ser humano se transforma através da morte. Na verdade, não vivemos para morrer. Morremos para viver mais e melhor, para ressuscitar.

Ou o ser humano pode rebelar-se contra esta condição. Quer a todo custo a imortalidade impossível, sem ter que passar pela morte. Rompe com a solidariedade básica de todas as coisas do universo que emergem, fazem o seu percurso e morrem, e ao morrer se transfiguram. A morte não seria perda, mas passagem necessária que a vida realize seu projeto e viva num outro nível do processo evolucionário. A morte seria uma forma superior de re-ligação com a totalidade⁸¹.

Nesse momento, o filósofo brasileiro problematiza esse desejo incontrollável do homem em dominar e ferir a natureza como sendo decorrente da frustração da mortalidade. Ao subjugar, o homem assim procede pela compreensão de ser imagem e semelhança do criador, conforme descrição bíblica, o que a ele atribui, por reflexo, a condição de divindade. A partir dessa compreensão, surge o ideário de superioridade da espécie humana frente as demais. Sendo divino e superior, o homem cai num dilema que o fulmina: a imortalidade. Nesse jogo de ilusões, apenas perdem a natureza e o próprio homem que, ao invés de zelar pela casa comum, permanece na condenação total de todos.

⁷⁹ BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p. 101.

⁸⁰ HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Tradução de Annahid Burnett. Petrópolis: Vozes, 2009.

⁸¹ BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p. 120.

Boff apresenta o evento morte como importante elemento de ressignificar essas atuações desastrosas do homem, pois, atentando para a sua mortalidade, passaria a exercitar a alteridade por meio do entendimento que é apenas uma dentre milhares de espécies que merecem viver num ambiente ecologicamente equilibrado e saudável.

Todavia, eis o impacto maior que sustenta a ação destruidora do homem: a ausência de alteridade, esta que, à luz de Zaldívar é vista como o obstáculo da modernização por aqueles que a desejam⁸². Essa ausência implica em ações tipicamente antinaturais, pois subjuga o meio em busca do benefício próprio sem ver na natureza a face de um outro que, como o próprio ser humano, também possui as suas necessidades mais que capitais, vitais. A crise ambiental corresponde ao fim dessa linha que marca a atuação do homem voltada para a individualidade e opressão do meio natural. É o momento de recompartuar, de reorganizar o que está em desordem.

La crisis ambiental es el signo y el síntoma más fuerte de ese límite de la modernidad. La crisis ambiental es en el fondo la manifestación de los modos dominantes y hegemónicos de organización del mundo moderno. Es en este sentido radical que la cuestión ambiental llama a una reconstitución de las ciencias sociales y una refundamentación de los modos de habitar el mundo. Ésos son los desafíos para una nueva sociología ambiental y las líneas de fuerza y de tensión que atraviesan el campo de la ecología política. Esta comprensión de la cuestión ambiental hace que la sociología ambiental a la que apuntamos no se reduzca a una nueva rama de la sociología, sino que remite a los fundamentos del pensamiento sociológico sobre el orden social. A diferencia de las sociologías de la modernización reflexiva y la modernización ecológica, la cuestión ambiental no se reabsorbe en el orden de la racionalidad de la modernidad, sino que remite a otro orden de racionalidad, al de una racionalidad ambiental⁸³.

⁸² ZALDÍVAR, Víctor Bretón Solo de. Etnicidade, desarrollo y 'buen vivir': reflexiones críticas em perspectiva histórica. **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, Amsterdã, n. 95, p. 71-95, 2013.

⁸³ LEFF, Enrique. **La apuesta por la vida: imaginación sociológica e imaginários sociales em los territorios ambientales del sur**. México: Siglo XXI, 2014, p. 27.

No fragmento acima destacado, importantes apontamentos são trazidos à discussão. A crise ambiental, de primeiro plano, é denunciada como fruto da modernidade sem limites de ação. Associados a essa modernidade desordenada e despreocupada com a realidade socioambiental estão os grupos hegemônicos que já pontuamos em momento pertinente como causadores desse equilíbrio que, no fim, também os engloba. A reconstrução e refundação dos meios de habitar o mundo correspondem aos anseios contemporâneos daqueles que lutam pelo reestabelecimento da subjetividade da natureza enquanto sistema autônomo. Diferentemente do que a frente será suscitado, observamos que Leff aqui apresenta uma visão que dialoga desenvolvimento de mãos dadas com a ecologia. Outros estudiosos questionam porque apresentam o entrave que tenciona a harmonia entre economia de mercado e respeito ao ecologismo. Todavia, se faz necessária a ação da sociedade e do superar de um desafio como aduz Leis:

O desafio da humanidade não é tanto encontrar soluções que tenham como pressuposto uma imaginária igualdade, entre os seres humanos e entre estes e o resto das espécies, mas aceitar a realidade tal como ela é, entendendo como tal a complexidade da reciprocidade hierárquica existente. São poucos os que enxergam corretamente que o reducionismo antropocêntrico foi reforçado na modernidade porque os indivíduos tornaram-se sujeitos de direito ao serem considerados todos relativamente iguais, sendo impossível então atribuir o mesmo direito àqueles que, evidentemente, não são “tão” iguais a nós. O aumento da separação com o mundo natural acontece, em consequência, porque a modernidade tende a obscurecer (ou a assumir como transgressão) qualquer relação não-racional entre os seres humanos⁸⁴.

Leis aqui dialoga com última passagem de Boff aqui destacada. No momento que Boff aponta a morte como elemento capaz de readequar as ações humanas, assim como Leis nesse fragmento, discorre sobre a igualdade entre os seres humanos e os não-humanos e, de igual modo, denunciam a marca de antropocentrismo que corrói essa relação entre homem e natureza. Cabe então ao homem abandonar essa ilusão de ser

⁸⁴

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideo: Coscoroba Ediciones, 2004, p. 142.

divino, supremo e imortal e buscar ações que apresentem a possibilidade de estabelecimento de um mundo ecologicamente melhor, capaz de dialogar ações humanas com ações naturais, pois, segundo Boff:

O ser humano e o resto da criação mostram uma profunda interdependência e re-ligação. O atraso do ser humano no seu amadurecimento implica o atraso da criação. Seu avanço implica um avanço da totalidade. Ele é um instrumento de libertação ou de emperramento do processo evolucionário⁸⁵.

Assim como evidencia o religioso brasileiro, é necessário reavaliar e reposicionar o local da humanidade diante desse espaço maior no qual está inserida. A interação entre todos os sujeitos sociais e ambientais é inegável e imprescindível. Entretanto, para o bom desenvolvimento dessa comunicação cabe ao homem conduzir toda a criação para um momento de satisfação. Para a realização desse momento, atitudes elementares devem ser tomadas, mas todas munidas de uma filosofia maior: a solidariedade para com os demais. O egoísmo, o individualismo, a perspectiva de lucro e de subordinação dos pobres e da natureza não podem encontrar guarida. Caso isso ocorra, nada de novo estará sendo executado em prol da história da própria humanidade e caminharemos a passos largos rumo à destruição total. O ponto inicial para o reenquadramento social da natureza assim perpassa o empoderamento do meio ambiente via a interface do próprio homem posto que “é a Terra mesma que através de suas expressões – a espécie humana – assume uma direção consciente nesta nova fase do processo evolucionário”⁸⁶, bem como a percepção que a “natureza converte-se assim num meio de produção, objeto de uma apropriação social, atravessado por relações de poder”⁸⁷. Cabe à humanidade exercer o papel de guardião, de protetora desse imenso

⁸⁵ BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p. 119

⁸⁶ BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p. 149.

⁸⁷ LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 66.

jardim que não nos garante apenas rosas, mas principalmente ar, água e alimento, condições básicas para o estabelecimento de nossas próprias vidas⁸⁸.

Tomando as rédeas do processo evolucionário, até mesmo por ser ele detentor de ciência em relação aos seus próprios atos, o homem tem a obrigação de fomentar a retomada da natureza enquanto subjetividade, respeitando as suas singularidades, as suas necessidades e compreendendo a mesma como ser autônomo capaz de impactar na vida do homem e do globo como um todo. Nesse pensamento, Boff apresenta considerações importantes para adoção dessa análise

Recusamo-nos a rebaixar a Terra a um conjunto de recursos naturais ou a um reservatório físico químico de matérias-primas. Ela possui sua identidade e autonomia como um organismo extremamente dinâmico e complexo. Ela, fundamentalmente, se apresenta como a Grande Mãe que nos nutre e nos carrega. É a grande generosa Pacha Mama (Grande Mãe) das culturas andinas ou um superorganismo vivo, a Gaia, da mitologia grega e da moderna cosmologia⁸⁹.

E, logo a frente, complementa o mesmo autor:

Na base dessa nova perspectiva sente-se a necessidade de uma utilização nova da ciência e da técnica *com* a natureza, em *favor* da natureza e *jamaiz* contra a natureza. Impõe-se, pois, a tarefa de ecologizar tudo o que fazemos e pensamos, rejeitar os conceitos fechados, desconfiar das causalidades unidirecionadas, propor-se ser inclusivo contra todas as exclusões, conjuntivo contra todas as disjunções, holístico contra todos os reducionismos, complexo contra todas as simplificações⁹⁰.

⁸⁸ FEARNSSIDE, Philip M. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. Manaus: INPA, 2003.

⁸⁹ BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p. 28.

⁹⁰ BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p. 29.

Exercer uma consciência ecológica que prime por uma ciência *com* e a *favor* da natureza como assinalado por Boff corresponde ao exercício pleno do diálogo dos saberes, enunciado por Leff⁹¹, e rupturas compostas que ele reconstrói velhas práticas exercitadas em novas realidades sociais em prol de um futuro sustentável, dentre essas velhas práticas, o antropocentrismo.

3.2 Natureza, repensar do antropoceno e suas particularidades

Como ponderado no momento anterior, a natureza corresponde ao outro mais vitimado pelas ações provenientes do modo pelo qual o homem se enxerga diante dessa relação complexa que é a vida no planeta. Destarte, repensar esse modo de compreensão das relações é salutar. O homem, apesar de representar uma espécie dentre inúmeras viventes no globo, tem a compreensão que se encontra no centro, que todas as demais entidades surgiram para maximizar as suas próprias capacidades. Como enfoca Boff, esta corresponde a uma visão muito distorcida da realidade bíblica, precisamente do Gênesis, quando fixada atenção de que o homem foi criado à imagem e semelhança do divino. Ao realizar a crítica, o filósofo apresenta uma versão mais ecocêntrica para essa passagem no momento que enfoca na apresentação de uma divindade criadora, e que assim pode ser compreendida como “verde”, sendo incompatível a confecção de criaturas destinadas à destruição⁹².

Como se faz necessário repensar a interpretação atribuída à literatura bíblica, de igual modo é preciso reanalisar as práticas humanas produzidas ao longo de sua existência de modo a aglutinar a natureza em suas discussões a partir da leitura de um ponto de análise por demais valioso: o homem pensar a sua existência a partir do pressuposto que ele pertence a uma espécie animal. Esse ponto de partida, sem dúvidas, gera uma confusão

⁹¹ LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

⁹² BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

mental para aquele que se analisa como regente maior de uma ópera que entoia a música conforme as diretrizes de sua batuta, sendo ele o gestor de toda criação divina para ser usada e gozada ao seu bel prazer. Esse choque de realidade é produzido por uma questão simples e que, de certo modo, prejudica o andamento de modo satisfatório da pauta ecológica nos mais variados espaços do globo: o ideário de supremacia da espécie humana.

Nós, humanos, nunca nos experimentamos como espécie. Podemos apenas compreender intelectualmente ou inferir a existência da espécie humana, mas nunca experimentá-la como tal. Não poderia haver nenhuma fenomenologia de nós mesmos como espécie. Mesmo se nós nos identificássemos emocionalmente com uma palavra como humanidade, não saberíamos o que é ser de uma espécie, pois, na história das espécies, os humanos são apenas um exemplar do conceito espécie, como, com efeito, seria qualquer outra forma de vida. Mas ninguém experimenta a condição de ser um conceito⁹³.

Devido a essa compreensão de superioridade, o homem se blinda na realidade castelar para impor aos demais a condição de inferiores. Todavia, ao ser capaz de ver a complexidade da dimensão que o problema ambiental exige, ao descer alguns degraus desse altar que se auto colocou, o homem percebe, enfim, que é apenas mais uma espécie animal que povoa a terra. Inclusive, a espécie mais danosa por sinal, já que consegue produzir segregação na sua própria espécie. A partir dessa análise complexa, filosófica e existencial, mas que aqui abordamos num tom exemplificativo, mas não reducionista, o homem passa a olhar o meio que o cerca de modo diferente. Sim, verdadeiramente passa a observá-lo de modo mais assustado, pois visualiza o mal que provoca a esse cenário que “apenas” o possibilita viver.

Como esperamos deixar claro ao longo da nossa construção textual, a nossa perspectiva ecológica corresponde a um meio termo que vigora entre a corrente do

⁹³ CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. **Sopro**, n. 91, 2013, p. 21.

desenvolvimento sustentável e o da *deep ecology*⁹⁴. Assim, nem humanistas que apenas verifiquem na espécie humana a completude das ações em prol do meio ambiente, mas também não ultrarradicais que igualam toda forma de vida. Nesse sentido, nos aproximamos da observação proferida por Löwy, quando assim aduz que

Enfim, nas correntes ditas “fundamentalistas” (ou *deep ecology*), vemos esboçar-se, sob o pretexto de combate ao antropocentrismo, a recusa do humanismo, o que leva a posições relativistas que põem todas as espécies vivas no mesmo nível. É realmente necessário considerar que o bacilo de Koch ou o mosquito anófeles têm o mesmo direito à vida que uma criança tuberculosa ou com malária?⁹⁵

Destarte, necessário é um caminho de meio, que nem adote o ser humano como uma espécie suprema acima do bem ou do mal, e nem uma que relativize toda forma de vida pondo-as em igual patamar. É preciso refletir que o homem não deve depredar a natureza e as demais espécies de animais não-humanos nela viventes, mas também não é concebível um ambientalismo radical que venha a comprometer a qualidade de vida humana. Assim como Löwy utilizou os exemplos do bacilo de Koch e do mosquito anófeles, suscito as nossas próprias exemplificações. É realmente necessário considerar esporte a caçada de elefantes no continente africano ou as touradas nas terras hispânicas ou as vaquejadas nas terras brasileiras? Também como foram negativas as indagações de Löwy, ao menos para um humano sensato, acreditamos que igualmente foram negativas as respostas para as nossas perguntas. Então, isso aponta para um quesito maior: hipóteses que discutam a sobrevivência da espécie humana.

Constitui-se como necessário para a sobrevivência da vida humana um sujeito sair do seu lar nos Estados Unidos da América, embarcar em um avião, atravessar, na melhor das hipóteses, dois continentes para chegar em solo africano, burlar legislações

⁹⁴ GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

⁹⁵ LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 47.

locais, sacrificar um elefante em vias de extinção, tirar uma fotografia e pô-la, com a devida marcação, em rede social? Acreditamos que não. Isso não é ação de sobrevivência, mas sim de marca de imposição da sua espécie frente as demais com o objetivo de ver a assujeitação de outra espécie como um mecanismo de satisfação pessoal de modo descompromissado com as questões ambientais. Na contrapartida, é extremamente relevante a criação de vacinas e métodos medicamentosos para aniquilar parasitas, bactérias e microrganismos que, em contato com o homem, compromete a sua saúde e a da sociedade.

Interpretamos que, mais valoroso do que os extremos praticamos no exercício do pensamento ecológico contemporâneo, nas suas múltiplas vertentes, o mais relevante para a edificação e difusão da plataforma de ação é promover o “deslocamento do ponto de vista de que há diferentes perspectivas sobre uma realidade objetiva e universal para um reconhecimento de múltiplos mundos/realidades”⁹⁶, pois essa visão de mundo encontra base na alteridade.

Ao contrário da racionalidade ocidental tradicional e dos paradigmas representacionais (nos quais há uma separação entre nossa experiência do mundo, o mundo em si e o conhecimento do mundo), trata-se de um refletir sobre nossas conexões parciais com materialidades humanas e não humanas⁹⁷.

Cabe ao ser humano realizar o movimento de deslocamento da sua zona de conforto e, apesar de toda a dificuldade, se pôr no lugar do outro e sentir, no olhar do outro, o efeito das ações que pratica. Essa é uma possibilidade para o encaminhamento de uma sociedade ambientalista, mas, antes de tudo, consiste no direcionar para uma

⁹⁶ LIMA COSTA, Cláudia de; FUNCK, Susana Bórneo. O antropoceno, o pós-humano e o novo materialismo: intervenções feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 903-908, 2017, p. 904.

⁹⁷ LIMA COSTA, Cláudia de; FUNCK, Susana Bórneo. O antropoceno, o pós-humano e o novo materialismo: intervenções feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 903-908, 2017, p. 904.

comunidade mais humana, pois, como estamos diante de cenários de racismo ambiental⁹⁸, ainda somos vítimas dos “ismos” anteriores: racismo, machismo, sexismo... O exercício da alteridade assim mais do que educar ambientalmente a sociedade, rememora o que ela vem esquecendo ao longo da história: o próprio humanismo, no sentido de espírito de reconhecimento no outro. Este esquecimento que pode ser definido como marca desenvolvimento econômico descompromissado com o social e com o ecológico que em nada, como afirma Boff, refletem as suas ações que implicam em níveis absurdos de pobreza e de desgaste ambiental⁹⁹.

Além de estabelecer uma nova realidade crítica sobre a posição da natureza na sociedade contemporânea, uma reanálise que ponha de lado os primados do antropocentrismo é mister, segundo o mesmo Boff,

Pensar cosmocentricamente e agir ecocentricamente. Quer dizer, pensar na cumplicidade do inteiro universo, na constituição de cada ser e agir na consciência da inter-retro-relação que todos guardam entre si em termos de ecossistema, de espécies a partir das quais se situa o indivíduo. Importa, pois, deixar pra trás como ilusório e arrogante todo antropocentrismo e androcentrismo. São pecados ecológicos capitais¹⁰⁰.

Boff toca numa terminologia interessante para entendermos o caos social e ecológico no qual estamos presos: o androcentrismo. Igualmente danoso como é o antropocentrismo, o andocentrismo vem afunilar ainda mais essa perspectiva de exclusão na qual caminha o homem contemporâneo. Inicialmente aqui foi dialogada a relação homem e natureza mediante a subordinação desta última ao primeiro, o que desencadeia no antropocentrismo que diz respeito a essa relação de poder com o fito de subordinar e apequenar. Agora, com o androcentrismo invade a unidade de espécie humana para agora

⁹⁸ ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de Maurício Waldman. 2ª ed. 3ª impressão. São Paulo: Contexto, 2017.

⁹⁹ BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

¹⁰⁰ BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p. 41.

promover a segregação entre os iguais. A ruptura está marcada no gênero feminino e masculino, este asfixiando o primeiro. Tais marcas de exclusão são provenientes da cultura machista e patriarcal de aniquilamento social daquele que foge ao estereótipo masculino. Assim o religioso brasileiro aponta o androcentrismo como um desdobramento ainda mais eivado de mácula do antropocentrismo. Enquanto que a mulher e a natureza detém uma ligação cosmológica decorrente da possibilidade de gerar vida, as duas, de igual modo são vistas pelo homem como capazes de ser dominadas, esse entendimento é o que formou a crítica feminista, que busca a igualdade de gêneros de modo a não haver dependência de um em razão do outro, e o desdobramento dentro da teoria ecocrítica, o braço ecofeminista.

Ambos os sistemas de dominação devem ser extirpados da sociedade em prol de um real desenvolvimento humano e natural. Técnicas são defendidas para a realização dessa proposta. Podemos enumerar a ecotecnologia, com a perspectiva de gestão tecnológica verde visando à preservação ambiental e à recuperação de danos já proliferados contra populações nativas e espaços naturais. A ecopolítica, uma justiça pautada na implementação de políticas públicas estatais que fomentem ações de populares em prol da preservação ambiental solidária, posto que o meio ambiente corresponde a uma unidade comum a todos e o seu desequilíbrio gera impactos de modo irrestrito. A interação campo-cidade e seus desdobramentos sociais dizem respeito a uma ecologia humana e social, também de suma importância para o reestabelecimento de uma unidade coletiva. O modo pelo qual o indivíduo se encontra harmonizado interiormente corresponde a ecologia mental, está que detém significativo predomínio sobre as demais modalidades, posto que, sem sintonia interior, impossível é o estabelecimento de uma comunhão exterior. Ética ecológica prima pelo estabelecimento de um paradigma que imponha limites aos anseios da coletividade, anseios meramente consumeristas e que, de modo significativo, gera danos ao meio ambiente; para isso, basta imaginarmos os reflexos do consumo, o lixo, e suas consequências para a vida humana e não-humana. Dialogada com a ética ecológica está a ecologia profunda que nos provoca a partir da

seguinte indagação: qual a razão e qual o destino desse progresso desmedido e desarrazoado?¹⁰¹

Seja por mecanismos de opressão, de subordinação ou de manutenção de hegemonia, esses dois sistemas de castração das individualidades e subjetividades, quais sejam o antropocentrismo e o androcentrismo, se demonstram como facetas de um poder danoso. No momento em que o homem faz vistas grossas para as experiências do universo feminino para um bom estabelecimento relacional com a natureza, está ocorrendo a quebra de uma possibilidade de realinhamento com o natural. Quando ocorre um silenciamento e desconhecimento da natureza como um outro dotado de subjetividade, o homem aceita o caminho sem volta da destruição de si.

O repensar do antropoceno é condição primeira para o crescimento real social e ambiental, posto que se constitui como regime que legitima as exclusões historicamente propagadas. Caso contrário, o caos será mantido e fomentado por práticas antropocêntricas que se desencadeiam em androcêntricas. O patriarcado assim demonstra não só o seu viés machista e impositor de desigualdades entre seres humanos, mas reforça o seu caráter destrutivo da humanidade no momento que se mostra como uma das bases de sustentação dessa filosofia moderna que compreende o meio natural como um inimigo a ser domesticado e assujeitado aos seus desejos mais particulares e mesquinhos. É devido a essa sujeição dupla, do natural e do feminino, que a vertente ecofeminista de luta social vem ganhando adeptos e pautas de expressão mundial, pois é ela que compreende o patriarcado como fato gerador do silenciamento da mulher e da destruição ambiental incondicionada¹⁰².

3.3 Marxismo como método capaz de revalorar a natureza na sociedade contemporânea

¹⁰¹ BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

¹⁰² LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Nunca mais um companheiro nosso vai derramar o sangue do outro; juntos nós podemos proteger a natureza, que é o lugar onde nossa gente aprendeu a viver, a criar os filhos e a desenvolver suas capacidades, dentro de um pensamento harmonioso com a natureza, com o meio ambiente e com os seres que habitam aqui¹⁰³.

Diante do abuso do capital frente à sociedade humana e ambiental, Löwy¹⁰⁴ adota os pressupostos teóricos da corrente marxista como método filosófico possível de revalorar o status da natureza na sociedade contemporânea. Para tanto, e antes disso, o filósofo brasileiro contextualiza o processo de união histórica, aqui no Brasil, entre a proposta socialista de vida comunitária com a perspectiva ecológica que vê no respeito ao meio ambiente a condição de manutenção do alimento e da vida humana. Essa marcação orbita a figura histórica e precursora de Chico Mendes.

Homem da floresta, Chico Mendes põe sua vida em prol da luta ambientalista, após denunciar com presteza os desmandos ocorridos no Norte do Brasil com o intuito de subjugar os povos marginalizados e a natureza em razão do mercado capitalista. A luta protagonizada por Mendes, diferentemente dos grandes grupos interessados em saquear o território amazônico, era exercitada de modo pacífico por meio dos “empates”, verdadeiras trincheiras humanas que uniam homens, mulheres, crianças das comunidades, de braços unidos, contra qualquer avanço do maquinário daqueles que viam no chão amazônico cifras rentáveis. Devido ao ato de não incorporar as armas rivais e estar sempre pautado na conscientização do respeito ao natural e de proteção, por consequência, do próprio homem que da natureza dependia, muitos daqueles que eram comandados para oprimir as florestas, acabam por se redimir e adotar o movimento como mecanismo de luta contra o agronegócio que ganhava força naquela região do país.

¹⁰³ Discurso de Chico Mendes, citado por Ailton Krenak, coordenador da União das Nações Indígenas, in *Chico Mendes*, Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri, Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, janeiro de 1989, p. 26.

¹⁰⁴ LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

A partir do fragmento que abre a presente seção de discussão, podemos verificar a união de diferentes sujeitos na luta ambientalista e um verdadeiro pacto de não agressão entre esses mesmos sujeitos. Resgatando a histórica povoação da Amazônia Brasileira, é possível verificar as constantes tensões entre os índios nativos da região e os nordestinos que para lá imigraram para buscar o seu sustento durante o Ciclo da Barracha¹⁰⁵. Naquele momento, o seringueiro correspondia a um outro desconhecido e que, como mecanismo para sua própria sobrevivência, demonstrava poderio frente aos locais indígenas. Superado esse embate e resgatando a fala de Chico Mendes, o fim do século XX, nas terras brasileiras, correspondeu a um processo de união dos defensores dos aspectos naturais frente ao descaso que ameaça com mais força não só o meio ambiente, mas também os povos lá viventes. É por necessidade de resposta ao agente externo que Mendes conclama a Aliança dos Povos da Floresta. Esse movimento uniu movimentos sociais à esquerda que defendiam a luta em prol da terra, os seringueiros e os povos indígenas. O conflito entre os sujeitos locais deveria ser cessado, motivado principalmente na questão de sobrevivência dos grupos que viam na natureza uma entidade capaz de prover o que eles necessitavam.

Marcadas por Löwy como “social e ecológico, local e planetário, ‘vermelho’ e ‘verde’”¹⁰⁶, as ações promovidas por Mendes encontravam esteio na perspectiva marxista de compreender a sociedade. Essa visão de mundo apresenta um efeito cadeia porque um elemento dialoga com o outro de modo complementar, assim, se um estiver fora de linha, compromete os demais. Vejamos: Ao exercitar uma ação que defendia o meio ambiente equilibrado, respeitado e preservado, Chico Mendes, de modo sucessivo, concomitantemente que pregava o discurso ambientalista, prezava pelo social que se encontrava incluído no espaço amazônico – seringueiros, índios, pobres, mulheres, crianças que dependiam da floresta fonte não só de renda, mas de vida, já que dela tudo provinha para as suas sobrevivências mais básicas. Sua ação pautando as necessidades locais e sendo plenamente acatadas e defendidas, ecoariam no planeta, posto que estamos

¹⁰⁵ Momento este discutido em VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de. **Uma visão euclidiana da Amazônia: À margem da história**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

¹⁰⁶ LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

numa grande comunidade global onde os impactos aqui gerados são sentidos no outro extremo do planeta. Já o ‘verde’ está atrelado ao movimento ambientalista, enquanto que o ‘vermelho’ ao socialismo, posto que as suas atuações em defesa da natureza estavam direcionadas ao comunitário de modo irrestrito. O exemplo de Chico Mendes, aqui sem abranger suas ações partidárias, apenas de modo de compreensão de uma sociedade justa, que defenda os seres não-humanos e a natureza como necessários para uma possível sobrevivência humana, reflete ideais marxistas de luta em defesa de um mundo menos desigual e que respeite as diferenças.

Superado o exemplo maior brasileiro de ambientalismo, Löwy sentencia que “a crítica do capitalismo de Marx e Engels é o fundamento indispensável de uma perspectiva ecológica radical”¹⁰⁷ e assim o é, pois ecologia não dialoga com um capitalismo que tudo monetariza, que tudo flexibiliza e publiciza em nome de um desenvolvimento econômico, de superávits e de balanças comerciais. A ecologia vai na contramão do capitalismo, pois defende o uso dos recursos naturais de modo consciente e ponderado, de modo que não haja acumulação de bens, mas sim de uso daquilo que se demonstra necessário para o regular estabelecimento da vida humana. Como conciliar a abundância desnecessária com o uso consciente? O uso consciente arruína de uma só vez a política capitalista de acumulação que é vendida pelo mercado como riqueza ou bem-estar de um sujeito perante os seus.

Nesse embate entre natureza e ações humanas de abundância desnecessária, Engels aponta o homem como ser hipossuficiente no que tange ao medir forças com o aspecto natural. Ao questionar a incessante ânsia humana em se opor à natureza, sentencia:

Mas não nos regozijemos demasiadamente em face dessas vitórias humanas sobre a Natureza. A cada uma dessas vitórias, ela exerce a sua vingança. Cada uma delas, na verdade, produz, em primeiro lugar, certas consequências com que podemos contar; mas, em segundo e

¹⁰⁷

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 19.

terceiro lugares, produz outras muito diferentes, não previstas, que quase sempre anulam essas primeiras consequências¹⁰⁸.

O posicionamento crítico de Engels sintetiza todas as ações pretéritas, presentes e futuras do homem contra a natureza. Sempre, a curto prazo, são esplêndidas e repletas de um sucesso coletivo aparente. Todavia, a médio e longo prazo, demonstram como nocivas ao próprio homem. São verdadeiras ilusões de um sucesso que, na primeira dificuldade enfrentada, cai todo o construído por terra. Cabe ao homem, enquanto sujeito pensante de sua vida privada e da vida em comunidade, delimitar ações que de fato tragam no bojo um viés futurista, que preserve o meio ambiente e a continuidade da espécie. Caso contrário, permaneceremos rumo ao abismo, podendo cairmos a qualquer momento. Esse redirecionar de ações, assim como questionar a cultura da abundância desnecessária, deve focalizar na maximização da vida humana, na possibilidade de gerar ao sujeito melhores condições de exercitar, e aqui reside mais uma convergência da perspectiva de Marx e dos pressupostos ecológicos. O ser em detrimento do ter, a disposição de uma vida marcada no humanismo e não no desenvolvimento tecnocrata que alcançou verdadeiros níveis de aprisionamento do homem, pois deixa de exercitar o qualitativo para se acorrentar ao quantitativo.

Essa reflexão do ser em contraposição ao ter, no âmbito ambiental, com o entrelaçamento das ideias ecológicas e socialistas alcança o ideário ecossocialista de pensar o problema de modo que termo como “lucro” e “acumulação” não estejam no ponto de pauta, posto que estes elementos se encontram ancorados na proposta capitalista de compreender o mundo, o homem e a natureza, no momento que os quantifica. Destarte, para esse recorte crítico, o conflito ideológico entre economia moral e economia capitalista de mercado é questão de suma relevância. Dizemos isso porque uma está voltada para atender o desenvolvimento social da economia, enquanto que a outra vertente se volta para a preocupação de gerar numerários.

¹⁰⁸

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 223.

O socialismo moderno vê na questão comunitária a sua razão de existência, não mais apegado tão somente à necessidade de controlar os meios de produção. Controlá-los com o mecanismo até então vigente simboliza apenas repetir a receita de bolo que vem dando errado há séculos. Retextualizar o modelo foi preciso, agora o socialismo resta focado no termo “justiça social”. Nessa expressão resta resguardada toda a necessidade humana e ambiental de sobrevivência, desde preservar o meio ambiente *lato sensu*, até militar diuturnamente contra a permissão de inserção de agrotóxicos nas mesas de nossas famílias.

Continua Löwy¹⁰⁹ edificando essa ética ecossocialista a partir de alguns pilares elementares, mas de suma importância.



O primeiro momento versa sobre a ética social, no qual o indivíduo enquanto sujeito inserido numa sociedade plural deve ser educado para zelar pelo ambiente no qual está alocado. Cabe a ele prezar por políticas de ação individual que o coloque como sujeito

¹⁰⁹

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

consciente de seus atos, a exemplo de uma política contra o desperdício. Mais do que mostrar falta de educação alimentar, ação como esta denuncia descomprometimento ecológico, mas se o sujeito não possui esta ética, repensar o seu exercício a partir do olhar social que vê no outro um potencial desassistido daquilo que, para ele, é o extra. O segundo momento condiz com uma ética igualitária marcada no princípio da solidariedade, contra a desigualdade entre sujeitos e regiões que “visa uma redistribuição planetária da riqueza, e um desenvolvimento em comum dos recursos, graças a um novo paradigma produtivo”¹¹⁰. A ética democrática é o terceiro momento dessa ética ecossocialista, movida na coparticipação da sociedade nas ações do estado – mecanismo similar ao adotado no estado da Paraíba com o orçamento democrático que, mediante a feitura de plenárias regionais, decide como o orçamento destinado àquela localidade será efetivado.

Devido as bases anteriores, se vislumbra uma ética radical, moldada na ruptura com quaisquer outros regimes anteriores; tal ação se faz necessária para problematizar todos os elementos estruturantes da sociedade, caso contrário, o risco de permanecer nutrido os erros passados é iminente. Congregada a essas quatro éticas, ainda temos a ética responsável, munida do princípio da responsabilidade que extingue de vez o mantra ecológico até então praticado: de ser necessário proteger o meio ambiente como mecanismo único de salvaguardá-lo para as futuras gerações; a realidade da vez prega a defesa do meio ambiente mais utilitarista, mais próximo de todos nós, mais urgente: temos que proteger o meio ambiente por conta de nós mesmos, por conta da nossa sobrevivência. Diferentemente de séculos anteriores que o impacto gerado só viria a ser sentido incontáveis anos à frente, hoje os impactos das queimadas na Califórnia são perceptíveis em Nova Iorque, logo após poucos dias de fogo. Se o ser humano é incapaz de pensar no meio ambiente, nos animais, na preservação das espécies, no seu descendente que ainda está por vir, então, que pense em si daqui a poucos anos de vida. E assim sintetiza Löwy que “para ter um significado ético verdadeiro, não pode referir-se unicamente ‘à natureza’

¹¹⁰

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 74

como abstração, mas antes ao meio ambiente natural da vida humana: o antropocentrismo é aqui sinônimo de humanismo”¹¹¹.

Como qualquer pensamento acadêmico, Löwy pode muito bem ser questionado pelas correntes mais radicais do ecologismo, compreendidas como *deep ecology*, todavia, a pragmática exige ações concretas e que de fato mudem a realidade tenebrosa na qual estamos envolvidos. Pensar a natureza pela natureza, no atual cenário global e local no qual estamos inseridos demonstra ser tão ou mais utópicos do que os próprios socialistas. Precisamos voltar a política e a educação ambiental por razões práticas e de sobrevivência, nem que para isso seja necessário nos desprendermos de nossos livros, dos nossos escritos e encamparmos lutas juntamente com aqueles que aprenderam o que vem a ser ecologismo com mãos nas terras, com cheiro dos animais, com ferimentos físicos decorrentes dos desastres ambientais provocados por nós mesmos, pelos homens. Precisamos conscientizar não apenas o pobre atingido pelas técnicas mortíferas em primeiro grau, de modo mais imediato, quando perde sua casa pelo desastre, quando perde um filho morto por ação de posseiros, mas também aqueles que, das suas salas e do frescor do seu ar-condicionado, financiam pesquisas com elementares transgênicos com o intuito de maximizar a produção em pequeno espaço e acelerar a maturação de sementes para assim alcançar recordes sucessivos nas suas contas bancárias. Essa é uma perfeita ilustração da guerra perdida, mas que pensamos que fomos vitoriosos. A produção é maximizada, o solo é estuprado no máximo de suas produções, a rentabilidade bate recordes, mas, muito em breve, seremos uma nação com déficit no sistema único de saúde devido a essa ganância transgênica que resultará milhões de vitimados de câncer, podendo alcançar inclusive aquele que financiou a pesquisa do transgênico.

É nesse cenário de destruição frequente e imperceptível dos olhos da economia capitalista de mercado que temos que mensurar e analisar se o modo pelo qual a sociedade como um todo dialoga com o meio ambiente resta em ações produtivas. Até agora, o que vem sendo demonstrado é a coletânea de atos que desmorona qualquer tentativa de construção de sociedade global que genuinamente respeite o meio ambiente e a sua

¹¹¹ LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 77.

própria espécie. É devido a essa necessidade de insurgência contra o modelo estabelecido que o marxismo corresponde a pressuposto teórico importante para a pauta ambiental, capaz de traçar uma ressignificação urgente para a problemática. Será o ecossocialismo capaz de encampar a luta e modificar a estratificação social marcada na cultura do consumismo e do desperdício? Não sabemos. Apenas saberemos se tentarmos. E se não fracassarmos? Ao menos tentamos mudar esse regime que consome a todos no planeta por séculos.

A inércia do hoje será cobrada no amanhã, este bem próximo. Qual a razão do levantar de grupos ecológicos nos países desenvolvidos, naqueles países mesmos que poluem e arruinam o meio ambiente dos países pobres? É apenas o sentimento que os males provocados estão se aproximando de grupos socialmente privilegiados que antes só eram tomados conhecimentos via rádio ou televisão. O mal ambiental provocado está na nossa frente, não está escondido mais nas comunidades pobres do continente africano, não está mais esquecido no Caribe ultrajado por tantos ciclones, não está somente no sul global diariamente vilipendiado pelas nações mais ricas. O descaso de anos anteriores, patrocinado com recursos dos desenvolvidos, alcança o ar norte-americano, derrete as geleiras do norte, alongam os dias europeus e assim alcançam temperaturas nunca antes atingidas. Os crimes ambientais de antes e de hoje agora perturbam os reais causadores dessa mazela global. Agora não há mais como poluir o pobre, fechar os olhos e limpar a consciência por meio do acordo indenizatório. A poluição chegou na porta dos poluidores.

Educação é o caminho para minimizar todos esses males e apresentar uma sociedade mais justa, que pense no ser humano e na casa comum a qual habita. É esse ponto, da atuação da educação em prol de novas ações ambientais que trataremos na seção posterior. A convergência entre os estudos ecológicos e os estudos literários ganha a terminologia de ecocrítica. A adoção do método ecocrítico, como aporte na teoria literária, como veremos no momento seguinte, é um mecanismo capaz de ressignificar a literatura e mudar o modo cultural que carregamos por séculos. Destacando desde já a efetividade do método, não apenas nas discussões teóricas, podemos vivenciá-lo na prática. Nesse ponto, podemos fazer um paralelo com o ensino em direitos humanos, que

prega o acesso irrestrito de todos os sujeitos aos direitos básicos para o exercício de uma vida em plenitude. Direitos civis, direitos sociais, direitos difusos e coletivos, estes congregam a síntese do humanismo. É de uma urgência ímpar a inserção de tal conhecimento em nossas escolas básicas. Reconhecendo o preço da liberdade individual, da moradia, da saúde, da própria educação, bem como do meio ambiente, construiremos uma sociedade que vivencie a alteridade em sua plenitude.

4 DESCOMPASSO ESTATAL E DENÚNCIA DO CAOS AMBIENTAL E SOCIAL EM ESCRITOS EUCLIDIANOS SOBRE O ESPAÇO AMAZÔNICO

Alcançando o terceiro momento de discussão de *Inércia estatal e denúncia do caos ambiental e social em escritos euclidianos sobre o espaço amazônico* será possível verificar o nexo causal das discussões anteriores com a teoria da ecocrítica. De base marxista, a referida teoria traz consigo o zelo de investigar como se dá o discurso ecológico nos estudos literários. Dessa feita, as preocupações anteriormente travadas como exploração de grupos minoritários, voracidade do capital, rediscussão do local social da natureza, repensar da relação entre homem e natureza e demais outros encontram refúgio nos estudos ecocríticos. Aqui também será verificada a reinterpretação dos escritos euclidianos ao ponto de ser possível a adjetivação dos mesmos como ecocríticos. Verificada a nossa abordagem possível para tais textos, alcançamos a aferição de como Euclides da Cunha tece ferrenha crítica ao estado republicano brasileiro, precisamente a sua omissão no espaço amazônico, o que acarreta abandono ao meio ambiente, a parcela do território nacional, bem como aos sujeitos nele viventes. Essa reflexão permite uma releitura do determinismo imputado ao autor, pois o mesmo não se apresenta como mero

reprodutor do já discutido, mas sim, por meio da crítica à omissão estatal, apresenta uma nova perspectiva para analisar as singularidades presentes no modo de pensar e de construir a identidade nacional brasileira, esta quase sempre marcada pela adoção de critérios que estabelecem privilégios e sonoridade para determinados grupos e espaços sociais em detrimento de outros. O focar no olhar euclidiano a partir dessa premissa, nos permite, através do viés ecocrítico, tecer considerações que ressignificam e fortalecem o modo como o escritor pré-modernista enxergava a nação e quais caminhos a mesma deveria trilhar, a partir de decisões de seus governantes, rumo ao progresso e desenvolvimento regional.

4.1 Ecocrítica: o enlace entre literatura e meio ambiente

Diante do cenário de impasse e de destruição causados pela ação humana principalmente nos últimos séculos de existência e de contato com o meio natural, cabe à sociedade como um todo tecer estratégias de contenção desse sistema lesivo de produção de progresso e de riqueza. Toda essa mutação será encampada após a plena conscientização dos sujeitos na promoção de atenção para com o espaço físico o qual habita. Entretanto, essa nova maneira de perceber os fatos históricos não ocorrem de um dia para a noite e muito menos de modo automático. É necessária ação, uma ação que dialogue teoria e prática. Teoria porque é preciso desenhar o plano de operação pretendo de uso. Prática uma vez que é perceptível que só as linhas contidas em livros e artigos não possuem uma medida tão pedagógica quanto o exemplo. Essa ação compreendemos como sendo os pressupostos ecocríticos, esses capazes de promover uma ressignificação e novo trato nas relações entre o ser humano e o espaço ambiental, pois, como veremos adiante, é essa releitura que promove o questionar entre capital, silêncio estatal e vulnerabilidades.

Inicialmente e de modo básico, a ecocrítica surgiu após a união dos termos “ecologia” e “crítica” com o intuito de promover um estudo ecológico a partir da leitura do texto literário. A menção primeira a ecocrítica é registrada em meados dos anos oitenta

do século passado e corresponde a uma proposta teórica gerada em países anglófonos. O escopo primeiro dos estudos ecocríticos versa em promover uma releitura da ordem preestabelecida por meio da difusão de visões de mundo que favoreçam o reconhecimento da natureza e dos seus elementos constitutivos como outros dotados de uma subjetividade e assim detentores de voz, de expressão e de função social junto a realidade coletiva global.

É importante perceber a abordagem ecocrítica como um desdobramento possível a partir dos estudos pós-estruturalistas, posto que se apresenta como crítica ao comportamento adotado pelo homem em relação à natureza e o papel que esta detém na tessitura social. Sendo assim, pode ser compreendida como um braço dos estudos culturais, pois, como os estudos ligados a raça, gênero, sexualidade, expõe temas caros ao mundo marcado pelo antropocentrismo e androcentrismo. O homem aqui perde todo e qualquer protagonismo possível. Permanece como objeto de estudo porque agora o relevante se constitui através dos seus laços estabelecidos, e pela qualidade desses, com o meio ambiente. Ao conceito de ecocrítica se encontram atreladas todas as discussões pretéritas aqui realizadas, devido a isso importante foi nos delongarmos em temas sociais que, aparentemente e primeiramente, se mostravam tão distantes, e agora esta natureza antes condicionada a cenários ilustrativos de ações do personagem passa a ser analisada como elemento relevante no constructo de nossa prática social. É nessa compreensão global que Glotfelty e Fromm, ao deter esforços no desenho da ecocrítica para os estudos norte-americanos, a define como:

O que é ecocrítica, então? Dito em termos simples, a ecocrítica é o estudo entre a literatura e o ambiente físico. Assim como a crítica feminista examina a língua e a literatura de um ponto de vista consciente dos gêneros, e a crítica marxista traz para sua interpretação dos textos uma consciência dos modos de produção e das classes econômicas, a ecocrítica adota uma abordagem dos estudos literários centrada na Terra¹¹².

¹¹²

GLOTFELTY, Cheryll & FROMM, Harold. **The ecocriticism reader**: landmarks in literary

A partir dessa definição breve de elo entre os estudos literários e o meio ambiente estabelecida pelos estudiosos norte-americanos, observamos, como já marcamos ênfase, desdobramentos da própria ecocrítica, seja quanto aos estudos de gênero – o ecofeminismo, seja quanto aos estudos marxistas – o ecossocialismo. Isso representa um passo irremediável e incapaz de ser desconsiderado: o impacto e o relevo que o meio ambiente detém no viver da sociedade contemporânea. Tudo permeia as discussões ambientalistas, muito devido pelo esquecimento histórico que a natureza recebeu do homem.

Outro ponto basilar para a perspectiva ecocêntrica de como enxergar o meio ambiente nos estudos literários corresponde à crise ambiental. Desdobramento do individualismo e da proposta dominadora em relação aos demais seres, o homem correspondeu ao protagonista nesse filme de terror de que participamos. Diante disso, os estudos ecocríticos trazem como pressuposto necessário

rastrear as ideias e as representações ambientalistas onde quer que elas pareçam, enxergar com mais clareza um debate que parece vir ocorrendo, amiúde parcialmente encoberto, em inúmeros espaços culturais. Mais do que tudo, a ecocrítica procura avaliar os textos e as ideias em termos de sua coerência e utilidade como respostas à crise ambiental¹¹³.

Perpassando o conceito e o efeito gerado que fundamenta a concepção ecocrítica de análise dos textos literários, Garrard sentencia a íntima ligação dos estudos literários e culturais com a ecologia, aduzindo que “a definição mais ampla do objeto da ecocrítica é a de estudo da relação entre o humano e o não-humano, ao longo de toda a história cultural

¹¹³ Ecology. Athens/London: University of Georgia Press, 1996, p. 19.
KERRIDGE, Richard. **Small rooms and the ecosystem**: environmentalism and DeLillo's *White Noise*. In: KERRIDGE, Richard; SAMMELLS, Neil. (Org.). *Writing the environment*. Londres: Zed Books, 1998, p. 5.

humana e acarretando uma análise crítica do próprio termo ‘humano’”¹¹⁴, enfocando que o modo pelo qual o homem estabelece os seus vínculos com o ambiente natural é ditado por questões culturais, sociais e econômicas, vínculos estes sempre registrados na literatura. A literatura aqui surge como elemento de reflexão capaz de endossar ou refutar a prática exercitada ao longo dos séculos. Esse entendimento marcado em Garrard é igualmente defendido por Guattari quando assevera que “mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura, e precisamos aprender a pensar ‘transversalmente’ as interações entre ecossistemas, mecosfera e Universo de referências sociais e individuais”¹¹⁵. A relação entre humanos e não-humanos, ao longo do processo histórico, como amplamente aqui demonstrado, fora permeada de abusos e má-condições, o que geraram problemas ambientais das mais variadas ordens e magnitudes. Por isso, mais do que uma atitude, uma resposta científica de recomposição dos danos causados, faz mister a resposta realmente efetiva para o problema: a resposta cultural, a mudança de ação para que, de fato, a nossa casa comum seja resguardada.

Aqui poderíamos tecer novas linhas sobre o já tratado em seções anteriores, todavia, para não passar despercebido e reforçar o diálogo entre tudo aqui narrado, destaquemos pontuações interessantes da obra de Garrard. Elas são salutares até mesmo para fechar o entendimento sobre a relevância dos capítulos anteriores no presente estudo, de modo a verificar que a crítica ao capitalismo como agente explorador e criador de uma sociedade de explorados, bem como a necessidade de estabelecimento de uma retomada da natureza a partir da sua subjetividade constituem como elementos primordiais na teoria ecocrítica. Nos momentos anteriores, partimos de outras fontes. Agora vejamos e verifiquemos como a reflexão que outrora trouxemos dialoga perfeitamente com o que aduzem os pressupostos ecocríticos:

- a) Mercado contra a natureza:

¹¹⁴ GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, p. 16.

¹¹⁵ GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990, p. 25.

Os economistas e os demógrafos do livre mercado encontram-se entre seus mais eloquentes defensores intelectuais e argumentam que o dinamismo das economias capitalistas gerará soluções para os problemas ambientais à medida que eles surgirem, assim como sustentam que os aumentos populacionais acabarão produzindo a riqueza necessária para bancar o custo das melhorias do meio ambiente¹¹⁶.

Todavia, mesmo sendo essa a explanação e defesa do mundo capitalista, é cediço que há a primazia do lucro em detrimento de qualquer outra elementar ou condicionante social. Sendo assim, qualquer proposta capitalista que ventile uma união entre capital e meio ambiente, já na sua origem, é viciada, pois, como já tratado anteriormente, a natureza e tudo que ela congrega é visualizado como mercadoria e, sendo mercadoria, é quantificado e precificado. Num mundo monetizado, o meio natural sempre será compreendido como empecilho pro desenvolvimento, leia-se lucro.

b) Despreocupação com o meio ambiente:

Uma objeção mais séria é que os cornucopianos demonstram pouca ou nenhuma consideração pelo meio ambiente não humano, exceto na medida em que ele possa ter um impacto na riqueza ou no bem-estar humanos. A natureza só é valorizada em termos de sua utilidade para nós¹¹⁷.

Dando continuidade ao defendido anteriormente, aqui vemos uma ressalva e atenção ao meio ambiente. Entretanto, essa condicionante é apenas considerada quando coloca em risco o homem e sua capitação financeira. Lembremos também, de discussões anteriores, que esse homem aqui tratado não diz respeito a qualquer sujeito social que

¹¹⁶ GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, p. 33.

¹¹⁷ GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, p. 35.

habita qualquer espaço social. Diz sim respeito àquele homem que está habituado a colonizar, a ditar regras e subjugar outros homens e a natureza em geral. Aqui a natureza continua a ser vista como serventia humana, única utilidade real que é defendida pelo pensamento marcado no antropoceno. Toda e qualquer instância da natureza deve lá estar para servir, mesmo que esse servir seja marcado pelo abuso, como ocorrido de modo contundente nas colonizações ocorridas nas Américas e em África. O meio natural deve ser respeitado quando o seu mal-estar prejudicar o bom viver dos colonizadores, ou neocolonizadores. Devido a isso, é mais em conta poluir e saquear a natureza dos países pobres, como aqui também já tratado. Entretanto, esquecem esses defensores que, de todo modo, são atingidos pelos malfeitos realizados, não importando quão distantes estejam do dano patrocinado e provocado.

c) Ambientalismo, indústria e a proposta *soft*:

O ambientalismo, portanto, é muito difundido e, em certos aspectos, muito poderoso. Os partidos políticos têm de enaltecê-lo, pelo menos de boca para fora, e as indústrias reagem de maneiras que vão desde modificações dispendiosas de processos de produção até medidas “verdes” meramente cosméticas, destinadas a atrair ou aplacar ambientalistas. Ao mesmo tempo, o ambientalismo, ou o “ambientalismo superficial”, como tem sido chamado, é atacado pelos críticos radicais, em função de suas posturas de transigência para com a ordem socioeconômica dominante¹¹⁸.

O ambientalismo, ao longo do tempo e das lutas difundidas, passou a ser assimilado pelo capitalismo, pois a bandeira de defesa da natureza passou a ser compreendida por muitos como uma defesa moral. Desse modo, o capitalismo comprou esse modo de pensar e, assim como a própria natureza, fez da luta uma coisa vendável.

¹¹⁸ GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, p. 36.

Seja propagando a possibilidade de um ambientalismo dialogado com o desenvolvimento capitalista ou até mesmo com venda de produtos selados como ecologicamente corretos. O mercado enxergou nesses produtos a possibilidade de ainda mais maximizar seus lucros, pois, apelando para o inconsciente e para a moral subjetiva do indivíduo, difunde esses novos produtos e os vende, mesmo quando muitos desses custam números bem mais avantajados que os não ecologicamente corretos. Não é à toa que, como apontado por Alier¹¹⁹, significativa parcela de comunidades primitivas que encampam movimentos de proteção à natureza e aos recursos naturais visualizam com maus olhos o emprego do termo “ambientalista” para as suas lutas. O vocábulo já se encontra impregnado de conotação negativa e, para muitos, não significa mais o que significou outrora.

d) A pobreza como reflexo dos problemas ambientais

Os adeptos da ecologia profunda defendem a redução populacional ao longo prazo, no mundo inteiro. A combinação letal é a que se dá entre o rápido aumento populacional dos países em desenvolvimento, que exacerba os problemas ambientais associados à pobreza, como a pressão pela terra e o desmatamento, e o rápido crescimento econômico dos países desenvolvidos, que exacerba os problemas associados à riqueza, como a eliminação do lixo doméstico e as emissões de gases causadores do efeito estufa¹²⁰.

O uso desmedido dos recursos naturais gera duas consequências nocivas para a própria natureza e para a sociedade em geral: a) pobreza e b) danos ambientais. Desenvolvimento descomprometido com a sociedade provoca o aparecimento de um lucro que não será aplicado naquela localidade, vide as explorações nos territórios

¹¹⁹ ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de Maurício Waldman. 2ª ed. 3ª impressão. São Paulo: Contexto, 2017.

¹²⁰ GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, p. 39.

americanos e africanos. As empresas privadas adentram aos solos e matas, obtém lucros absurdos derivados da extração de recursos naturais e nada aplicam nas localidades geradoras dos respectivos bens de consumo. Exportam, além dos bens, os valores coletados e para os espaços sociais restaram a pobreza da natureza e da sua população, acrescido dos danos ambientais presentes ou futuros.

e) Necessidade de realinhamento entre homens e natureza:

Muitos adeptos da ecologia profunda consideram que o primeiro desses pontos distingue sua postura do ambientalismo; enquanto que as abordagens “superficiais” têm uma visão instrumental da natureza, defendendo a preservação dos recursos naturais apenas em prol dos seres humanos, a ecologia profunda exige o reconhecimento intrínseco da natureza. Ela identifica a separação dualista entre os seres humanos e a natureza, promovida pela filosofia e pelas culturas ocidentais, como origem da crise ambiental, e exige o retorno a uma identificação monista primária entre os seres humanos e a ecosfera¹²¹.

Correntes de pensamento como as apontadas nos capítulos anteriores, bem como a teoria da ecocrítica aqui assinalada, defendem um realinhamento entre sociedade e natureza, entre homem e recursos naturais, isso como oportunidade de reconhecimento do outro, mas também de si. Preservando a natureza, coletando apenas o necessário e resguardando o excedente, o homem estará, na verdade, não apenas protegendo a natureza, mas sim dando sobrevida a nossa espécie, já que necessitamos mais da natureza que ela de nós.

¹²¹ GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, p. 39.

f) Relação mulher e natureza sob a prisma da opressão:

A ecologia profunda identifica o dualismo antropocêntrico humanidade/natureza como fonte suprema das crenças e práticas antiecológicas, mas o ecofeminismo também culpa o dualismo *androcêntrico* homem/mulher. A primeira distingue os seres humanos da natureza com base em alguma suposta qualidade, como a posse de uma alma imortal ou da racionalidade, e presume então que essa distinção confere superioridade aos seres humanos. O segundo distingue os homens das mulheres com base em alguma suposta qualidade, como o tamanho maior do cérebro, e presume então que essa distinção confere superioridade aos homens¹²².

Mais do que revisitar e apresentar uma releitura ao antropoceno, de modo a retirar essa superioridade inexistente do homem em relação ao meio natural, se faz necessário também extirpar a perspectiva androcêntrica que permeia as nossas relações sociais, pois, assim como o homem não tem supremacia em relação à natureza, esse mesmo homem não está em patamar de superioridade para com a mulher. Homem, mulher e natureza devem estar compreendidos como elementos necessários para o bom estabelecimento de uma relação de harmonia, preservação e cuidado, onde cada ator tem a sua devida importância no palco da vida.

g) Ecofeminismo e justiça ambiental

O ecofeminismo enfatiza a justiça ambiental em grau muito maior que a ecologia profunda. A lógica da dominação está implícita na

¹²²

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, p. 41.

discriminação e na opressão baseada na raça, na orientação sexual e na classe social, bem como na espécie e no gênero¹²³.

Devido a essa urgência também de realocar a mulher como atriz desse processo de estabelecimento de harmonia entre sociedade e meio ambiente, o ecofeminismo, ramificação dos estudos ecocríticos, surge como corrente filosófica capaz de pleitear uma justiça ambiental marcada no gênero, capaz de inserir na luta outras temáticas sensíveis ao mundo marcado na primazia do masculino.

h) A escassez como sustentáculo da economia de mercado

(...) “escassez” não é um simples fato objetivo do mundo natural, mas uma função da vontade e dos meios do capital: dos fins que norteiam a produção e das tecnologias que a facilitam. Modificando-se a estrutura política da sociedade, para que a produção destinada a atender às necessidades reais substitua a produção para a acumulação de riqueza, afirma-se, desaparecerá o problema ecológico dos limites produzidos pela necessidade estrutural de crescimento perpétuo que tem o capital¹²⁴.

De modo aparentemente desconexo, a perspectiva ecocrítica aponta a escassez como exigência do mercado para o seu regular funcionamento. Numa primeira leitura, poderíamos ver um disparate em tal afirmação. Entretanto, temos que verificar a quem essa escassez é destinada. Nunca sendo irrestrita, a escassez é destinada àqueles que não têm condições de suprir as suas necessidades, sejam as básicas ou as de acumulação de bens. A existência de escassez no mercado produz mais uma divisão social: de um lado,

¹²³ GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, p. 45.

¹²⁴ GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, p. 48.

os dotados do bem em questão; do outro, os que apenas detêm o anseio em possuir o bem que já não mais existe. Essa divisão imprime e reforça o grupo dos privilegiados e marginaliza o grupo dos desprovidos. A dicotomia é a base do capitalismo e, não mais existindo a divisão, ele, por si só, cairia.

i) A proposta ecomarxista para resolução dos conflitos:

Os ecomarxistas e os ecologistas sociais, portanto, não são monistas nem dualistas. Uma das consequências dessa visão é que os problemas ambientais não podem ser claramente divorciados de coisas mais comumente definidas como problemas sociais, tais como a precariedade da habitação ou a falta de água potável. Isso confere a tais posturas uma clara afinidade com os movimentos de justiça ambiental que protestam contra a associação comum da degradação ambiental aguda e da poluição com a pobreza.¹²⁵

Demarcadas as questões anteriores suscitadas, a proposta socialista adentra às questões ambientais como forma de demonstrar que a problemática em si não diz respeito apenas à pauta ambiental, mas que, na verdade, reflete nela uma sequência de repartições da sociedade, seja na questão de gênero, etnia, financeira, social. Com efeito, a luta é global e multifacetada, fazendo com que teóricos e críticos dessa problemática enxerguem na abordagem marxista o campo possível de discutir e enfrentar essas dicotomias. Surge assim a proposta ecossocialista ou ecomarxista.

j) Ecomarxismos e os movimentos sociais:

¹²⁵

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, p. 49.

O ecomarxismo, atualmente, parece ser uma força marginal na política verde das nações ricas, embora seu papel nos movimentos de justiça ambiental do Terceiro Mundo seja mais significativo. Entretanto, ele sofre da associação do com os horrores ambientais perpetrados pela antiga União Soviética e por seus satélites do Leste Europeu. Por outro lado, a ecologia social e o anarquismo, em linhas mais gerais, parecem vir experimentando um ressurgimento nos movimentos antiglobalização e biorregionais. O anarquismo tem a vantagem de não exigir um esquivo proletariado revolucionário para a sua realização e, claramente, é receptivo a uma gama de movimentos centroculturais. Não obstante, os marxistas têm razão de enfatizar o poder e o alcance penetrantes do capital global, bem como a provável inutilidade de atos de rebeldia praticados por indivíduos ou por pequenos grupos, frouxamente afiliados, contra um punhado de seus símbolos, mas não contra qualquer de suas estruturas essenciais¹²⁶.

Os movimentos sociais organizados têm se mostrado como relevantes estruturas sociais no questionar da ordem pré-estabelecida. Geralmente munidos de pauta direcionada, correspondem ao exercício real de transmissão da voz de setores da sociedade em relação a determinados temas sensíveis e para os quais o estado se mostra carente. Na vertente ambiental, essa se constitui como uma verdade, sendo verificados inúmeros grupos sociais em defesa do meio ambiente, de sua flora e de sua fauna. A atuação de Chico Mendes, aqui já comentada, corresponde a uma ação de movimentos sociais, precisamente marcados na proposta ecomarxista e que representa até hoje uma referência positiva, tanto nacional quanto internacional, de cobrança de intervenções estatais para defesa do espaço amazônico.

¹²⁶

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

Não nos detivemos e tampouco agora nos deteremos a esmiuçar cada apontamento de Garrard aqui citado, posto que, de modo exaustivo, um a um já encontra contemplado nas seções anteriores quando, de modo particularizado e ancorado em estudiosos como Boff¹²⁷ e ¹²⁸, Engels¹²⁹, Leff^{130, 131 e 132}, Löwy¹³³, Marx¹³⁴, Martinez Alier¹³⁵, fomos construindo uma reflexão de base religiosa, filosófica, sociológica e política a respeito da compreensão natural ao longo da história. A construção dos capítulos anteriores, a partir de visões filosóficas, sociológicas e antropológicas se deu com o fito de tercer uma abordagem que desaguasse no modo ecocrítico de compreender as relações entre ser humano e o meio ambiente. O apoio de variadas bases da construção do conhecimento apenas confirma o viés multi-inter-transdisciplinar da perspectiva ecocrítica de pensar os estudos literários, mas, mais do que pensar a literatura, essa proposta corresponde a apresentar uma proposta de visão de mundo, que realoca a natureza, pondo-a no seu devido espaço de destaque nas discussões.

4.2 Reinterpretando a escrita euclidiana

Ao promover um resgate sobre a histórica amazônica registrada nos traços da nossa literatura brasileira, Furtado¹³⁶ apresenta nomes significativos para a compreensão daquela região que permaneceu por muitos anos distante da brasilidade narrada pela ótica

¹²⁷ BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

¹²⁸ BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

¹²⁹ ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

¹³⁰ LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. Revisão de Paulo Freire Vieira. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

¹³¹ LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

¹³² LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Tradução de Jorge E. Silva. Revisão de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2009.

¹³³ LÖWY, Michel. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

¹³⁴ MARX, Karl. **O capital: crítica de economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

¹³⁵ ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução de Maurício Waldman. 2ª ed. 3ª impressão. São Paulo: Contexto, 2017.

¹³⁶ FURTADO, Marlí Tereza. Abgvar Bastos e Dalcídio Jurandir: vozes modernas na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Niterói, v. 25, p. 94-109, 2014.

do Sudeste. Dentre os nomes que influenciam esse novo pensamento para com a região amazônica está a figura emblemática de Euclides da Cunha. Como destacamos em momento anterior¹³⁷, o autor d'*Os sertões*, com o sucesso desta obra que representou os conflitos de Canudos, bem como com a experiência obtida em relatar para o jornal o Estado de S. Paulo o ocorrido *in loco*, recebeu convite do então Barão do Rio Branco para chefiar a expedição brasileira no Alto Purus. O objetivo da mesma expedição era representar a delegação nacional no exercício de demarcação das áreas fronteiriças com o Peru.

Com o aceite da proposta realizada pelo governo central, a expectativa com o cenário inóspito surgiu. Logo veio o interesse do literato em registrar o que vira nessa nova realidade com o foco duplo: promover o relatório para o qual fora contratado e, em momento posterior, editar *Paraíso Perdido*, obra que devido ao seu falecimento precoce acabou por não ser concluída. *À margem da história*, editada em 1909, contempla as muitas narrativas produzidas por Euclides da Cunha durante essa empreitada. A relação dúbia que vivera com a natureza amazônica restou igualmente registrada, a partir da exposição de como a mesma se mostra opulenta, capaz de proteger os seus e, ao mesmo tempo, como condena aqueles que buscam a sua destruição, ou mesmo a alteração do seu modo autônomo de sobreviver às alterações comuns que o tempo realiza. O descaso estatal para com a mesma também encontrou resguardo nas suas linhas, assim como os homens nordestinos largados à sorte que igualmente foram retratados.

Devido a isso, podemos considerar a natureza e a sociedade como elementos preferidos da composição literária euclidiana, posto que os referidos elementos se encontram como eixo basilar das suas narrativas, ação esta não iniciada no narrar o espaço amazônico, mas introduzida já quando expôs as irregularidades do governo central contra o espaço nordestino. É a partir do seu narrar que observações e análises podem ser construídas sobre a atual situação política do país: o republicanismo. O republicanismo, inicialmente compreendido por Euclides da Cunha como solução para o atraso no qual

¹³⁷ VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de. **Uma visão euclidiana da Amazônia: À margem da história**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

vivia as terras brasileiras, passa, já n'Os *sertões*, como continuação desse problema político¹³⁸. Isso é verificável nas narrativas euclidianas a partir de como a omissão do estado nacional é representada como problema que majora a realidade de dificuldades vividas pelo povo nordestino já marcado pelo mal-estar ambiental e natural. Essa mesma radiografia se encontra também elaborada nos registros sobre a sociedade e a natureza amazônica. O estado, ao invés de colaborar com a minimização dos danos e garantir melhores condições de vida para o povo sofrido nordestino e nortista brasileiro, vê na omissão o seu melhor posicionamento. E quando pressionado, já que a população nordestina baiana, devido a pobreza, não tem condições mínimas de sobrevivência e vê no messianismo de Conselheiro o seu único caminho para amenizar as dores terrenas advindas da fome, resolve aniquilá-la ao promover, como registrado por Ventura¹³⁹, um fratricídio. Na realidade nortista anunciada por Euclides da Cunha, o aniquilamento populacional, diferentemente da demonstrada anteriormente, não vem pela ação estatal, vem pela omissão. Quando o estado autoriza a extração do látex sem qualquer regulação, sem qualquer estrutura para assim proceder, age com omissão. Direitos trabalhistas inexistentes, condições de salubridade inexistentes, condições de vida inexistentes. Eis o retrato da brasilidade construída ao longo dos séculos: abandono à própria sorte.

Ainda com uma perspectiva utópica, mesmo já experimentado o viés republicano que se solidificaria no nosso país no evento de Canudos, Euclides da Cunha observava no Brasil um protagonismo no plano regional quando, por meio da crônica *Solidariedade sul-americana* aponta que, mediante a inércia das nações irmãs sul-americanas, não cabe ao Brasil permanecer à espera para buscar o crescimento econômico. Assim, o isolamento regional corresponde à saída plausível. O crescimento nacional é defendido por Euclides da Cunha em razão da existência da Amazônia em nosso território¹⁴⁰. Com essa marca de centralidade da Amazônia como elemento

¹³⁸ ROSSO, Mauro. **Escritos de Euclides da Cunha**: política, economia, etnopolítica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2009.

¹³⁹ VENTURA, Roberto. (**Roberto Ventura** [2003]). In: GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides da Cunha: edição crítica e organizada de Os sertões. Fortuna crítica: vários autores. Fotos: Flávio de Barros. São Paulo: Ubu Editora / Edições Sesc São Paulo, 2016, p. 675-676.

¹⁴⁰ CUNHA, Euclides da. **Solidariedade sul-americana**. In: CUNHA, Euclides da. Obra completa. Vol. 01. Org. Paulo Roberto Pereira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009, p. 71-74.

primordial para o desenvolvimento nacional brasileiro, o autor d’*Os sertões* aponta o seu viés ambiental. A preocupação com o homem que se encontra na atividade de extração também apresenta essa perspectiva que liga elementos sociais ao ecológico. Desse modo, mostra uma posição à frente da sua época que via na natureza apenas uma visão estática, meramente de cenário no qual a sociedade realizava as alterações pertinentes para o seu desenvolvimento. Para Euclides da Cunha, até mesmo devido a sua grandiosidade e por conseguir subsistir sem o auxílio humano por incontáveis períodos, a natureza deveria ser respeitada na sua individualidade, posto que, em caso contrário, ela agiria de modo a mostrar ao homem a sua capacidade de reação¹⁴¹. Já aqui podemos atribuir uma leitura ecocrítica para a reflexão do autor no momento que preza pelo respeito à subjetividade da natureza, esta que, pelo fato de ser uma entidade diversa da humana, não tem a prerrogativa de ser dominada e usada conforme os anseios unilaterais do homem. A natureza, entretanto, aos olhos de Euclides da Cunha, deve ser uma parceira do homem em prol do desenvolvimento econômico. Como já comentamos em momentos anteriores, essa é a visão de desenvolvimento que, de fato, constrói uma nova realidade para a sociedade, pois há aqui um pacto de auxílio mútuo: o homem respeita a natureza, o que, de modo consequente, resultará em respeito da natureza ao homem. O desenvolvimento aqui não ocorreria apenas no plano quantitativo, mas também no plano qualitativo, havia em Euclides da Cunha uma preocupação contínua em alinhar a busca pelo progresso associada à preservação ambiental¹⁴². Para aferir tal visão euclidiana, nos basta a leitura de *Os caucheros*. A narração de como os seringueiros brasileiros procediam com a extração do látex, em detrimento das ações tomadas pelos caucheros, apresenta também um olhar em defesa do homem brasileiro que via na natureza a continuação do seu sustento, enquanto que o homem peruano não percebia essa ação de oferta gerada pela natureza ao homem.

É perceptível, ao longo dos escritos euclidianos, menções ao termo “dominar” ligando o homem à natureza. Todavia, seria demais forçar um entendimento de

¹⁴¹ CUNHA, Euclides da. **Rios do abandono**. In: CUNHA, Euclides da. À margem da história. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 16-28.

¹⁴² ROSSO, Mauro. **Escritos de Euclides da Cunha**: política, economia, etnopolítica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2009.

subjugação da natureza pelo homem. Seria demais imprimir um viés antropocêntrico ao discurso euclidiano. Certo que marcado historicamente na escola determinista, entretanto, defendemos o mesmo como um intelectual brasileiro que não buscou incutir no cenário nacional as diretrizes teórico-críticas desenvolvidas no plano europeu. Euclides da Cunha discutiu como ninguém o determinismo brasileiro, não apenas condicionando o homem como um produto do meio, mas sim como um produto social no qual elementos outros e importantes devem ser levados em consideração, a exemplo do papel do estado na condução das relações naturais e principalmente sociais. A monarquia correspondeu a um evento político no qual vivia para si. O mesmo ocorreu e ocorre com a república. Igualmente viciados, os modelos em nada servem para a melhoria de vida e dos espaços naturais nacionais. Devido a essas críticas mais do que contundentes e precisas, Euclides da Cunha ganhou a marca de determinista. Eis uma necessidade que a crítica literária precisa reponderar quando discutir os estudos euclidianos: o tom determinista que é incutido nos escritos euclidianos.

Mais do que determinista, Euclides da Cunha correspondia a um intelectual inconformado com as elites nacionais, de como os destinos da nação eram determinados sem a participação de todos os espaços nacionais, bem como de todos os representantes da sociedade. Defensor de uma união em prol do desenvolvimento nacional, é incompatível não o compreender como um pensador que zelava pela comunhão dos sujeitos, da natureza e dos espaços por mais variados que sejam. O viés tecnológico, de igual forma, era questionado pela perspectiva euclidiana de compreensão da ciência porque, assim como entendia o meio destruidor possível da técnica, via nela a chance de redenção, de minimizar os efeitos naturais que correspondiam como danosos à vida humana, como quando discute a transacreativa como mecanismo capaz de apresentar o progresso à região. Aqui reside outra convergência de Euclides da Cunha com a perspectiva ecocêntrica de compreender as relações entre homem e natureza: a compreensão integradora que analisa o estado como ente responsável pela integração real de todos os sujeitos sociais, diante desse silenciamento, denunciava então os abusos e correspondentes desmandos disparados para com os homens e o meio ambiente.

Lembremos aqui dos pontos já ventilados anteriormente. Qual a razão do abuso contra homens e espaço natural? A extração desmedida da borracha no espaço nortista brasileiro correspondeu a uma migração descomunal para a realidade pátria nacional. Centenas de milhares de nordestinos faziam caravana para o eixo-norte em busca de sobrevivência, de vida e de alimento que não mais encontravam na sua região. Quem os abusavam? Os donos dos seringais, munidos da intencionalidade de produzir mais e mais cifras monetárias, exploravam os homens famintos e deslocados da região nordestina, muitos desses pobres já chegavam nos seringais com dívidas impagáveis, muitos morriam e a dívida não era paga, isso demonstra o grau de vulnerabilidade desses sujeitos frente à indústria de empobrecimento e de morte que se construía. Qual era o resultado dessas ações protagonizadas pelos agentes exploradores? Fome e morte. Descritos por Euclides como escravos¹⁴³, os seringueiros correspondiam a bravos guerreiros que diariamente venciam a batalha da fome, do desespero, da saudade de casa e da esperança por dias melhores.

A ilustração aqui traduzida nessas três breves perguntas expostas e sinteticamente respondidas a partir da realidade nortista apresentada nas narrativas euclidianas justificam a feitura dos momentos anteriores que focalizaram na explicitação do agente explorador e da sociedade dos explorados por meio da discussão e enquadramento dos vulneráveis, do evento da pobreza e da subalternização histórica da natureza pelo capital. Os pobres correspondem àqueles que, assim como a natureza, são explorados nessa terra ao longo de mais de cinco séculos e que, de modo primeiro foram gravados nas linhas da literatura por meio da escritura de Euclides da Cunha, como evidencia Rosso quando enfatiza que “ninguém antes de Euclides dedicou-se com tanta ênfase, profundidade e esforço – inclusive vivenciando graves vicissitudes – e em especial pioneirismo, à Amazônia”¹⁴⁴.

¹⁴³ CUNHA, Euclides da. **Impressões gerais**. In: CUNHA, Euclides da. À margem da história. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 1-16.

¹⁴⁴ ROSSO, Mauro. **Escritos de Euclides da Cunha**: política, economia, etnopolítica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2009, p. 43.

Apesar dessa visão afinada com o discurso ecológico contemporâneo marcado no respeito à subjetividade da natureza, Euclides da Cunha não tinha nada contra o progresso, à industrialização e à civilização. É dele a frase “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desapareceremos”¹⁴⁵. Esse pensamento reforça a compreensão de vida comunitária na qual o homem está sentenciado a viver, mas em nada apresenta menosprezo ao meio ambiente, muito pelo contrário. Esse elo entre homem e natureza é constatado por Santana desde os escritos sobre Canudos, quando o destacado crítico observa o evento antropomorfização da natureza como característica presente no texto euclidiano. Na descrição dos embates gerados entre nordestinos e a guarda do governo central, o meio ambiente é retratado como o mais poderoso aliado dos sertanejos, tão imponente que gera terror aos desconhecidos. Assim, a natureza corresponde a um terceiro sujeito na luta de Canudos, se junta aos sertanejos contra os militares, seja entrando em combate, fornecendo munição ou possibilidade de camuflagem¹⁴⁶. Aqui a natureza é vista não mais como um cenário, como era compreendida pelos autores anteriores ao pré-modernista, a natureza se dinamiza, ganha contornos que exaltam a sua subjetividade e suas ações que acabaram por colaborar com os sertanejos e dificultar ao máximo a percepção de luta dos militares em confronto. A harmonia entre natureza e sertanejo está textualmente expressa, materializada pela cumplicidade e pelo reconhecimento de pertencimento existente no momento de combate. E assim o meio ambiente, na percepção euclidiana era destacável pois a virgindade, a primitividade e o isolamento correspondiam a condições que reforçavam o poderio da natureza¹⁴⁷.

Compreender a natureza como um ser autônomo, como um outro sujeito social dotado de particularidades distintas corroboram as premissas da ética ecocrítica

¹⁴⁵ CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 2003.

¹⁴⁶ SANTANA, José Carlos Barreto de. **Ciência e arte**: aspectos da construção do discurso científico em Os sertões. In: BERNUCCI, Leopoldo M. Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

¹⁴⁷ ABREU, Regina. **Natureza, cultura, sertões: o encontro de Euclides da Cunha e Araripe Júnior**. In: XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu (MG). 1998.

evidenciada nos postulados de Glotfelty e Fromm¹⁴⁸ e de Garrard¹⁴⁹. Diante do cenário de crise ambiental que vivenciamos nos últimos séculos, cabe ao homem o reestabelecimento da re-ligação historicamente perdida com o meio natural¹⁵⁰. Mais do que um pressuposto ecocrítico, esse voltar às origens corresponde a um imperativo categórico de sobrevivência do próprio homens daqui a uns poucos anos. A compreensão de mundo baseada na interdisciplinaridade, até mesmo devido a sua formação humanística, permitiu a Euclides da Cunha transcender o seu período histórico, o que podemos deferir como primeiro ecocrítico brasileiro a denunciar os desmandos e descasos do estado nacional contra os pobres nordestinos e nortistas e contra o meio ambiente vulnerável.

Sentenciando a ligação de Euclides da Cunha com o que posteriormente compreenderia os estudos ecocríticos, Nielson aponta o pensador brasileiro como o principal no seu exemplificar daqueles que, do cânone literário nacional, podem ser compreendidos como afiados com essa filosofia ecocêntrica de reconhecer as relações entre homens e natureza enquanto que demonstra as tensões existentes entre a proposta neoimperialista brasileira e a sua consciência de natureza pautada na resiliência. E assim continua o brasilianista:

O reconhecimento da complexa inter-relação que define os sistemas ecológicos faz com que Euclides Cunha se mostre consciente das limitações de enxergar o meio ambiente pelo prisma das divisões políticas nacionais. Apesar do impulso neoimperialista que aparece aqui e acolá no seu trabalho, esta passagem revela uma impressionante imaginação hemisférica, que critica a ficção das fronteiras nacionais enquanto assinala o relacionamento ecológico do Brasil com o resto das Américas. Na verdade, talvez uma das razões pelas quais a obra de

¹⁴⁸ GLOTFELTY, Cheryll & FROMM, Harold. **The ecocriticism reader**: landmarks in literary Ecology. Athens/London: University of Georgia Press, 1996.

¹⁴⁹ GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

¹⁵⁰ BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

Cunha tenha alcançado tal poder de influência sobre a cultura brasileira e continue a ser lida, seja a qualidade poética da sua análise científica¹⁵¹.

Madan corresponde a outra pesquisadora que estabelece o diálogo entre os escritos euclidianos e ecocríticos. Para a destacada estudiosa, a marca da literatura de Euclides da Cunha está ancorada nos universos capitalista e de reconhecimento da alteridade, da própria natureza enquanto sujeito social. Civilização e natureza também encontram respaldo quando problematizadas pela mesma são anunciados pelo autor os procedimentos de extração, a técnica utilizada pelos seringueiros brasileiros e pelos caucheros peruanos. Madan enfoca a técnica dos brasileiros como passível de compreensão como sustentável. A necessidade de uma ecocrítica voltada para os problemas vivenciados pelos países do sul também é apresentada¹⁵². O nacionalismo de Euclides da Cunha está partilhado com a perspectiva de preservação e respeito ao meio ambiente, o que propõe um nacionalismo próprio brasileiro, pautado no que mais de destaque o Brasil tem a oferecer para o mundo: o seu espectro natural.

Um Euclides da Cunha preocupado com os efeitos da comercialização da borracha estabelecida no norte do país, que defendia o povoamento das regiões marginalizadas pelo poder central nacional, mas que vociferava fortes críticas para uma economia descompromissada com o social e que promovia o colapso no meio ambiente sintetiza uma convergência de modo ético, moral, filosófico e prático para a perspectiva ecocêntrica de entender as relações sociais. Isso aponta para um pensador à frente do seu tempo, capaz de antever os problemas nacionais e globais e, desse modo, receber os reflexos oriundos da impossibilidade dos seus pares ou do próprio estado de possuir uma visão de futuro. Ao mesmo tempo que defendia o meio ambiente, Euclides da Cunha prezava por um desenvolvimento humano marcado numa condição de vida digna capaz

¹⁵¹ NIELSON, Rex P. Ecocritical thought in Euclides da Cunha's correspondence and writings about the amazona. **Revista Interdisciplinar de Literatura e Ecocrítica**, João Pessoa, v. 01, n. 1, p. 49-75, 2019.

¹⁵² MADAN, Aarti Smith. **Mapmaking, rubbertapping**: cartography and social Ecology in Euclides da Cunha's The Amazon land Without History. In: SLOVIC, Scott. Ecombiguity, community and development toward a politicized ecocriticism. United States of America: Lexington Books, 2014, p. 161-177.

de garantir o seu sustento e dos seus familiares. Defender uma condição digna de trabalho do seringueiro, correspondia a uma prática ecocrítica, pois, sendo o homem dignificado nas suas atividades, terá ele consciência de zelar pelo meio ambiente, garantidor do seu trabalho e da sua renda. Defender o povoamento dos espaços periféricos com apoio do governo central indica uma perspectiva ecocêntrica porque busca o apoio de quem tem condições de propiciar um desenvolvimento demográfico marcado na ordem e no respeito à natureza, evitando assim superpopulação, caos habitacional e violência, tudo isto, mediante a inércia do estado, foi verificado nos canteiros de extração do látex. Mas, mais do que a ação do estado, vigorou a consciência daquele que primeiro dependia da natureza para sobreviver: do seringueiro. Euclides da Cunha, corresponde ao primeiro ecocrítico da literatura brasileira, mas, graças a sua sensibilidade, foi possível constatar a existência de outro ecocrítico brasileiro: o seringueiro. Aquele que, posteriormente, marcado na figura de Chico Mendes, viria a encampar a luta em prol do meio ambiente a nível global.

4.3 Crise do sistema, crise do estado e omissão do poder público garantindo a exclusão: a crítica euclidiana ao estado republicano brasileiro e às elites nacionais

Ressignificar o tom determinista que é incutido nos escritos euclidianos constitui uma ação emergencial como escopo da crítica atual que dedica esforços e estudos para a obra do escritor pré-modernista. Em outro momento, já afirmamos isso. E, de modo bastante peculiar, essa inquietude nossa, essa visão de rediscutir a marca determinista nos escritos euclidianos é o que constituiu como ação primeira para o desdobramento do presente estudo. Durante o aprofundamento das discussões sobre o pensamento euclidiano, nos detivemos a procurar, ler e entender o que dizem os principais críticos do autor d' *À margem da história*. Assim como os primeiros momentos em que detemos à observação para a obra de Euclides da Cunha e verificamos uma escrita rebuscada, um pensamento bem articulado e que carecia de bastante atenção e carga de leitura para compreender o que lá estava trazido para nós, a sua crítica não é diferente. Todavia,

identificamos um ponto destoante. Um ponto que, mesmo verificada a abrangência temática e multifacetada de Euclides da Cunha, ainda o via como um escritor que não compreendia os pensadores do seu tempo. Essa crítica que nos inquietou trata de Costa Lima, precisamente em *Terra ignota: a construção de Os sertões*¹⁵³. Ao longo da sua obra, Costa Lima frisa que Euclides da Cunha não acompanha o pensamento construído à época pelos europeus, os mesmos que lia e de que era contemporâneo. Ao não seguir o estabelecido pelos estudiosos, Costa Lima não prioriza uma tessitura argumentativa que enfoca o pensamento euclidiano surgido como uma corrente autônoma, mas sim como uma corrente menor, derivada de um não entendimento do que era dito à época. Vejamos alguns fragmentos:

Ou porque não tivesse outras ideias a explorar ou porque temesse a incompreensão de sua tese, Gumpłowicz a repete por todo o livro. Mas, apesar de seu cuidado, **Euclides não o entendeu**. Seria por acaso a **incompreensão** dependente do uso do termo ‘singenetismo’? (negrito nosso)

(...)

O desentendimento de Euclides parece não bastante estranho. É ainda mais intrigante porque se baseia exatamente na passagem que condensa toda a tese de Gumpłowicz: “*A luta das raças pela dominação*, pelo poder, a luta sob todas suas formas, sob uma forma confessada e violenta ou latente e pacífica, é portanto o *princípio propulsor* propriamente dito, a *força motriz da história*; mas a própria dominação é o pivô em torno do qual giram todas as fases do processo histórico, o eixo em torno do qual elas se movem pois os amálgamas sociais, a civilização, a nacionalidade e todos os fenômenos mais elevados da história só se revelam em decorrência de organizações de poder e por meio dessas organizações” (*ib.*, 217). (negrito nosso)

¹⁵³

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: a construção de Os sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Portanto, ainda que se confesse discípulo do sociólogo polonês – “sou um discípulo de Gumplowicz, aparatadas todas as arestas duras daquele ferocíssimo gênio saxônico” (*sic*) (Cunha, E. da: 1903^a, II, 624) – e seu constante leitor – “[...] passo o melhor da vida às voltas com o gárrulo H. Heine ou com o Gumplowicz terrivelmente sorumbático” (Cunha, E. da: 1904, II, 648) –, **Euclides não soube perceber** a singularidade de sua posição, a qual, entretanto, teria sido capaz de provocar, por seu antibiologismo, a emersão de um prisma completamente diverso da história particular da guerra e geral do país¹⁵⁴. (negrito nosso)

Esse recorte da obra de Costa Lima demonstra uma crítica ferrenha do autor às leituras promovidas por Euclides da Cunha em relação ao sociólogo Gumplowicz, ao ponto de enfatizar que o escritor brasileiro não o entendeu. Ao lermos essas primeiras linhas de discussão sobre o pensamento euclidiano, desde o início as enxergamos como problemáticas, pois, o crítico, ao modo que expressou, buscava que Euclides da Cunha, pelo fato de ser um leitor da teoria europeia que surgia, promovesse uma verdadeira aplicação no solo nacional sem qualquer adequação às nossas particularidades. Ao mesmo tempo que critica o autor, pois na sua ótica, o mesmo não entende, gera desentendimentos, não soube perceber singularidades: o mencionado crítico inobserva o próprio escrito euclidiano que destacou, já que o próprio Euclides da Cunha literalmente diz ser seguidor de Gumplowicz, apesar de ressalvas. As ressalvas indicadas pelo literato já deveriam ser compreendidas pelo crítico como uma remodulação daquilo que fora proposto pelo polonês. Se não constam textualmente explícitas as ideias próprias do pensador brasileiro, cabe à crítica a percepção através do discurso exposto. Dessa feita, desde o primeiro momento em que realizamos leitura desses apontamentos frisados por Costa Lima, ousamos compreendê-los como problemáticos. Problemáticos ao ponto que os marcamos como ponto inicial e materializador da presente tese. Todavia, as críticas disparadas ao pensamento euclidiano e à incapacidade do autor, na análise de Costa Lima, de realizar um verdadeiro transpor literal das ideias difundidas no continente europeu para a realidade nacional continuaram:

¹⁵⁴

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: a construção de Os sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 30.

A clareza de Gumplowicz não o impedia de ser um estranho darwinista. Desde logo porque, como assinalava Durkheim em resenha doutro livro seu, não acreditava no progresso. Fazendo jus à tese do sociólogo polonês de que a luta pelo poder, a guerra em suma, é o fator dinâmico nas relações entre os povos, Durkheim o criticava justamente por isso: a dinâmica das sociedades era estimulada por um fator apenas externo, a guerra; tirante a guerra, as sociedades se manteriam sempre iguais (Durkheim, É.: 1885, 334-354). Poder-se-ia pensar que o sociólogo polonês abandonara a explicação étnico-biológica e que teria combinado sua adesão a Darwin com a influência de Nietzsche, sem entretanto, e aqui entraria o reparo de Durkheim, fazer que esta iluminasse as lutas pelo poder internamente processadas. Seria interessante desenvolver esta via capaz de provocar um novo interesse em um autor que, na bibliografia estrangeira, se torna objeto de meras notas de pé de página. Mas ela só aumentaria o embaraço que causa a leitura feita por Euclides¹⁵⁵. (sublinhado e negrito nossos)

Em nenhum momento da crítica formulada por Costa Lima é estimulada a compreensão de um pensamento autônomo e primeiro a ser desenvolvido no país, sempre é demonstrado como uma confusão, algo menor que Euclides da Cunha, devido a sua incapacidade de compreensão, gerou. Entretanto, não é essa visão que trazemos para o presente estudo. Como restará visualizada, a partir da adoção da leitura ecocrítica acrescida da rediscussão do estado como força omissa de todo processo histórico registrado por Euclides da Cunha, o que se dá nas linhas do escritor pré-modernista é uma ressignificação das teorias da sua geração, o que, mais à frente, compreenderemos como o surgimento de um determinismo à brasileira, e assim a definiremos porque a todo momento o estado é apresentado como um elemento dificultador de realidades, da realidade humana já vivenciada perante um meio ambiente que, devido à falta de amparo governamental, se mostra hostil à população pobre, mas também da realidade ambiental, posto que, com o silêncio do governo central, impede o alcance do progresso às regiões menos povoadas ou menos privilegiadas pela ordem econômica vigente. Enquanto que o

¹⁵⁵

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: a construção de Os sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 31.

nordeste passava a viver o esquecimento por parte do estado nacional, o norte, até então, não era observado. Essas ações e omissões de descaso geram também um prejuízo ambiental, pois acaba por resultar numa ocupação predatória para os recursos naturais e muitas vezes precária para o homem.

Finalizando a sua crítica para “a leitura errônea” provocada por Euclides da Cunha em relação aos postulados defendidos por Gumplowicz, Costa Lima sentencia:

Quaisquer que sejam as reservas quanto à sua interpretação, é inegável que Euclides foi o escritor que mais se empenhou em tentar compreender o país, não se deixando para isso enredar por vantagens e compromissos. Sem a desleitura, portanto, de Gumplowicz, os impactos da afirmação da “rocha viva” da nacionalidade e, indiretamente, da denúncia da “civilização de empréstimo” arraigada no litoral seriam nenhum. **Escoimar o erro interpretativo ou de alguma maneira neutralizá-lo comprometeria a obra que o acolhera; a diminuiria em mero documento de um massacre planejado.** (negrito nosso)

A desleitura de Gumplowicz é pois o esteio inarredável para a interpretação “científica” do país e, involuntariamente, o amenizador da denúncia contra o que se perpetrara em Canudos. **Seu efeito contraditório** entretanto aí não termina: o evolucionismo endossado por Euclides não se move com menos embaraço diante de outro parágrafo capital ¹⁵⁶. (sublinhado e negrito nossos)

Marcar a construção euclidiana como sendo uma desleitura de um pensador contemporâneo no qual o literato aponta que o segue apesar das arestas necessárias, na nossa abordagem, compreende uma visão plenamente eurocêntrica, que privilegia e legitima o discurso do outro, ao passo que busca deslegitimar a geração autônoma de perspectivas teóricas a partir do solo nacional. Ao mesmo tempo que assevera o “erro” euclidiano, positiva esse mesmo “erro” como sendo o grande feito do autor. Mais relevante seria a afirmação e demonstração de que, mesmo bebendo da fonte europeia

¹⁵⁶

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: a construção de Os sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 33.

vigente, Euclides da Cunha visa a propositura de novas abordagens teórico-críticas para discutir brasilidade, a nação e a própria identidade nacional.

Ao ponderar as considerações de Euclides da Cunha para a figura emblemática de Conselheiro e a reação estatal, Costa Lima evoca o pensamento de Maudsley e assim evidencia:

(...) Tal turbilhão não impede nem que se identifique o cientificismo dominante, nem que se deixe de verificar os compromissos que o ladeiam. **Estes se mostram nas modificações que sofre a passagem de Maudsley, aquele em não serem perturbadas as premissas evolucionistas do quadro teórico comum ao psiquiatra inglês e o seu leitor brasileiro.** (negrito nosso)

Essa discussão acima nos servirá de base para a segunda referência de Euclides. Aparentemente, a distância entre a fonte e sua utilização torna-se abissal. Com efeito, ao longo das 560 páginas de *The Pathology of Mind* **não se encontraria uma única frase que admitisse um Maudsley preocupado, como o faz Euclides**, com “as loucuras e os crimes das nacionalidades...” Sintomaticamente, no fecho d’*Os sertões*, retorna a palavra ‘crime’. Esta seria, afinal, a diferença entre os mestiços que se entrematavam. Enquanto Conselheiro se equilibrava entre insânia e bom senso, a chefia dos “mestiços proteiformes” os precipitava no crime da nacionalidade. Pela alusão ao autor da *Pathology* – “é que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...” (III, 573) –, **empresta-se-lhe um empenho político que esse psiquiatra de casos domésticos nunca teria suposto.** Ao constatar-lo, duas posições se abrem para o analista: ou acusa Euclides da Cunha de uma arbitrariedade estranhamente nunca notada ou entende o que a motiva – o que não se confunde com endosso da posição de Euclides. A análise que submetemos a primeira referência de Maudsley explica a posição a tomar. Euclides “politiza” Maudsley mesmo por efeito da oposição entre o Brasil-mercenário e o Brasil-da-essência. Assim fazendo, mescla cientificismo e mitização, criando uma mistura de linhas discursivas que, ao mesmo tempo, batalha seu leitor e o confirma na suposição de que lida com uma interpretação “científica” da realidade. (negrito nosso)

Os dois efeitos são igualmente desastrosos. O primeiro porque nos impede de notar a qualidade, se quisermos “bárbara”, de uma obra que,

ao mesmo tempo, faz mais e menos do que promete; que, assim, sendo de fato uma interpretação sócio-histórica do país, contém elementos que aí não se esgotam; são eles configuradores do que chamaremos uma subcena. Esta, em vez de constituir outro modo discursivo, tem a estranha propriedade de não pertencer a modo discursivo algum, sendo uma espécie de *waste land*, ou melhor, de terra anterior aos continentes discursivos (cf. VI, 2). (negrito nosso)

O segundo efeito é ainda mais pernicioso, porém noutro sentido: porque não permite que se tematize o papel desempenhado pelo determinismo e que se note o escamoteamento, praticado por Euclides, das dúvidas provocadas pelo próprio determinismo. Os analistas costumam desviar do problema mediante a alegação de que, em sua versão biológica, o determinismo é coisa superada. Com isso, escapam da própria indagação do papel do determinismo da conduta científica e perpetuam o desprezo da atitude teórica. Como veremos adiante, esse tem sido um dos tristes legados d'*Os sertões* (cf. VII).

Euclides, em suma, não é criticável pelo modo como usara Maudsley ou até mesmo porque o fizera o mito fecundar sobre as condições da formação brasileira. Em seus termos estritos, ambas as críticas permaneceriam positivistas e assim manteriam o próprio horizonte euclidiano. Indispensável sim é aquela crítica que acentue não Euclides enfrentando as hesitações e dúvidas que, aqui e ali, manifestava quanto a um modelo teórico que, afinal, sempre terminava por reiterar.¹⁵⁷

Como é perceptível no longo destaque aqui priorizado, Costa Lima segue na mesma estrutura de análise da interpretação euclidiana para os seus contemporâneos. Contudo, em alguns momentos aqui destacados, produz alguns deslizos. Esses deslizos são, em suma, as inquietudes que enfatizam quando Euclides da Cunha promove releituras e reinterpretações para o psiquiatra inglês. Ao longo do fragmento citado, se mostra contrário a qualquer leitura extensiva feita pelo literato, de modo que aponta como arbitrária a análise política realizada. Assim, como os maus olhos voltados para as releituras de Gumpłowicz, Costa Lima, nesse primeiro momento destacado, condena a reanálise feita por Euclides da Cunha para o pensamento de Maudsley. A compreensão

¹⁵⁷

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: a construção de *Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 107.

que o crítico impregna ao longo das suas reflexões busca condenar um autor reflexivo, este capaz de readequar os pressupostos anteriormente desenvolvidos para a realidade nacional. Ao marcar uma nova perspectiva analítica como arbitrária, o crítico buscou engessar ou esperou que a leitura de Euclides da Cunha não transcendesse aos regramentos anteriormente definidos. A medida que mostra uma visão reducionista ou que tenta reduzir a contribuição euclidiana, destaca a grandiosidade do autor para a compreensão atual da brasilidade e inverte o pensamento euclidiano, pois o mesmo não problematizava e reiterava as teorias vigentes, e sim reiterava e problematizava. Ao reiterar o determinismo, positivismo, cientificismo e demais correntes e posteriormente problematizar, Euclides da Cunha lançava aos seus contemporâneos uma nova forma de compreensão de tais correntes, precisamente as contornando para aplicação ao cenário pátrio. Ao longo de sua obra Costa Lima aponta novas “distorções” do pensamento de Euclides da Cunha. Todavia, o que para o crítico é apontado como erros e distorções, a nossa leitura aponta como capacidade de reinventar o discurso, singularizar teorias já existentes e com a visualização de novos elementos, até estranhos às teorias, compreender o que se passa na nossa realidade. Ao transpor o que fora dito e adotar novas conclusões para o caso concreto, Euclides da Cunha continuava a exercitar o que seus anteriores faziam: ciência, construção de novos conhecimentos. Eis a contribuição maior dos escritos euclidianos, a partir da construção que aqui apresentamos: a capacidade de ler um determinismo à brasileira, este construído a partir das diretrizes europeias, mas acrescido de um fator que ainda o encorpa mais, qual seja a crítica à omissão do estado nacional brasileiro como condição de gerar mais caos ambiental e social no nosso território.

Somada a essa premissa, e de salutar relevo, faz-se necessária a observância e mutação do pensamento euclidiano a respeito das formas de governo que se sucederam no país ao longo dos séculos XIX e XX. Euclides da Cunha era um contumaz crítico do regime monárquico, pois, nele via a expressão máxima do personalismo representado no monarca e transferidos para todos aqueles privilegiados que circundavam o trono real. Assim, a ordem vigente priorizava os desejos de poucos, enquanto que fechava visão para as dores de muitos: era para Euclides da Cunha a representação máxima do atraso. Devido

a isso, via no movimento republicano o sopro de esperança para o surgimento de uma verdadeira pátria forte, desenvolvida e sincronizada com o progresso. Priorizando a sua significância linguística que expressa governo do povo, o aludido literato aguardava nessa forma de governança tudo aquilo que antes fora renegado: a construção de um país que contemplasse os rincões nacionais e alcançasse a todos os brasileiros, rompendo assim os muros do Rio de Janeiro, afinal o Brasil era mais que aquele estado. Contudo, logo nos primeiros momentos da república, o autor de *Contrastes e confrontos* observara que tudo permaneceria como antes, posto que as elites que beiravam o trono real agora pairavam no contorno da cadeira presidencial realizando os mesmos pedidos de manutenção de privilégios. E o pior: a república dava continuidade daquela antiga e tenebrosa prática.

Como é bem destacado por Hardman¹⁵⁸, Euclides da Cunha não detinha apenas uma ligação bastante singular com as teorias de sua geração, percebia que, além do papel fundamental desempenhado pela ciência na construção de uma nova realidade civilizatória, era extremamente necessária a contribuição do estado nacional para essa efetivação. Devido a isso, o autor, em suas linhas, promovia uma série de críticas a essa inércia estatal que era auferida ainda no período monárquico. Constatando esse vácuo de ação da entidade estatal a partir do olhar euclidiano, Souza¹⁵⁹ ressalta o papel decisivo das elites nacionais daquele momento como condicionante para o abandono governamental pelo qual vivenciavam determinadas regiões do país. Se refletirmos o Brasil atual, teremos condições suficientes de sentenciar que o país denunciado por Euclides e comentado pelos autores aqui destacados se faz presente ainda nos dias atuais. Silêncio e descaso com a coisa pública, com o território nacional e com a população em geral vem sendo marca registrada do poder central que, mesmo passado por inúmeros militares e civis, o mote da omissão permanece como eixo central da governabilidade nacional.

¹⁵⁸ HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 293-310, 1996.

¹⁵⁹ SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Silvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Saímos da modalidade monárquica e adentramos na republicana. Para Euclides da Cunha, num primeiro momento, essa transição representaria uma mudança de ares para o país como um todo. O cenário nacional passaria a ser visualizado não mais como um produto privado de um monarca ou de sua família, e sim como um grande bem público. Seria esse o modo estatal capaz de gerir o desenvolvimento necessário para o país alcançar voos até então frustrados. Seria... Com o descrédito do modelo republicano aos olhos euclidianos, se fez preciso que o autor demonstrasse a sua insatisfação com tudo aquilo que anteriormente defendera ou, como reflete Ventura¹⁶⁰, promover “reelaboração, em que deixava transparecer certa culpa ou remorso pelo silêncio cúmplice a que precisou se submeter”. Essa reelaboração de visão e conceitos se deu logo na nota preliminar d’Os sertões quando assim disparou:

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o termo-la realizado nós, filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã – tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disso, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo.

Aquela campanha lembra um refluxo para o passado.

E foi, na significação integral da palavra, um crime.

Denunciemo-lo¹⁶¹. (negrito nosso)

¹⁶⁰ VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a república. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 10, n. 26, 1996.

¹⁶¹ CUNHA, Euclides da. **Obra completa**. Vol. 02. Org. Paulo Roberto Pereira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009, p. 6.

Antes mesmo do estabelecimento da narrativa e do ocorrido nas terras baianas de Canudos, Euclides da Cunha já aponta para um distanciamento em relação ao modelo que antes observara como algo necessário ao país, a partir do chamamento a denunciar os desmandos produzidos, financiados e difundidos pelo governo central. A república, no primeiro momento da história nacional que foi chamada para intervir e pacificar um conflito, fracassou. Fracassou porque a prática de silenciamento das minorias persistia nessa nova perspectiva política que já se mostrara ser tal e qual a velha. Desse modo, a escrita euclidiana rompe com esse ideário político que nascera e vem estabelecer uma denúncia de como o estado nacional estabelece relacionamento com a sua população. Assim como Ventura já apresentara o evento de Canudos, Zilly¹⁶², de igual forma, atesta a chacina ocorrida entre irmãos, entre nacional que nada tinha de objetivo para matar uns aos outros, senão apenas produzir um “fratricídio e automutilação nacional”¹⁶³. Para o estudioso alemão, a força do estado imperou, quando, na verdade, o que deveria se fazer presente era o próprio estado como garantidor de direitos e garantias básicas para o bom estabelecimento da comunidade local. Essa constatação de Zilly, dialoga de modo muito próximo com a nossa tese, posto que a omissão primeira do estado em prestar serviços e atendimentos emergenciais à comunidade de Canudos acabou por gerar toda a revolta, esta sob a premissa da ótica religiosa e da alternância de regime. Do estado brasileiro, aquela comunidade apenas poderia esperar marcas de beligerância e, não sendo essas, omissões.

Em relação a esse trato dispensado pelo estado, Hermes aduz que:

Euclides chamou de nova raça, inteligente, forte e corajosa. Não a classificou de sub-raça. Porém, acrescento, deserdada, **abandonada**

¹⁶² ZILLY, Berthold. **Uma construção simbólica da nacionalidade num mundo transnacional**. In: FRANCESCHI, Antônio Fernando de. Cadernos de literatura brasileira. Edição especial, comemorativa do centenário de *Os sertões*, n^{os} 13 e 14. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales, 2002, p. 340-359.

¹⁶³ ZILLY, Berthold. **Uma construção simbólica da nacionalidade num mundo transnacional**. In: FRANCESCHI, Antônio Fernando de. Cadernos de literatura brasileira. Edição especial, comemorativa do centenário de *Os sertões*, n^{os} 13 e 14. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales, 2002, p. 354.

pelo poder público e principalmente pelos políticos profissionais, que tiveram por objetivo conservá-la ignorante, para melhor dela se utilizar. Não é dessa maneira que se constrói uma grande nação¹⁶⁴.
(negrito nosso)

De igual forma, como feito anteriormente destacado nas palavras de Zilly, Hermes aponta o abandono promovido pelo poder público para a comunidade baiana. Essa proposta de formação nacional ancorada no abandono é o que resta bem exercitado nos escritos euclidianos. Assim, corresponde a mais um recorte analítico possível para o pensamento euclidiano, tão possível que eleito para direcionar o presente estudo. Devido a essa reiteração de omissão estatal que defendemos um redirecionamento dos apontamentos euclidianos no que dizem respeito ao determinismo de sua época. Redirecionar aqui não traz o condão de refutar a aplicação de tais premissas filosóficas para o pensamento euclidiano, mas aponta para uma readequação ao solo nacional que se mostra bem diferente da realidade europeia para a qual inicialmente o aporte teórico fora desenvolvido. Readequar a realidade nacional implica ter a sensibilidade de compreender as particularidades de nossa terra e assim promover reanálises que não engessem nem a teoria, tampouco o nosso cenário sócio-político. Dessa forma, o determinismo, em solo brasileiro, encontra um fator preponderante para corroborar suas diretrizes: a intenção do estado em permanecer em permanente estado de inércia.

Ocorre que, àquela premissa básica do determinismo popularizada como sendo o homem o produto do meio, no pensamento euclidiano, permanece sendo válida não apenas por ser a teoria a melhor forma de refletir a sociedade brasileira, mas sobretudo porque o estado, mediante a sua omissão, age de modo, assim podemos afirmar, doloso, para que as realidades permaneçam como sempre foram postas: que os privilegiados continuem a gozar dos seus privilégios, não sendo incomodados diante da sua fruição, e que os carentes de direitos e garantias encontrem no estado um forte repressor de suas

¹⁶⁴

HERMES, Mario Jorge da Fonseca. **Os militares e a política na República**: o episódio de Canudos. In: FRANCESCHI, Antônio Fernando de. Cadernos de literatura brasileira. Edição especial, comemorativa do centenário de *Os sertões*, nºs 13 e 14. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales, 2002, p. 237.

necessidades. Então, a perspectiva determinista encontra respaldo em Euclides da Cunha, mas um determinismo que enxerga na omissão do estado o fator preponderante do atraso no desenvolvimento e progresso nacional. O estado aqui se mostra como um vilão de si mesmo, da sociedade como um todo e da natureza, pois o seu não fazer promove o caos. A escrita euclidiana, então, demonstra bem o caos ambiental e social que esse silenciamento gerou na historiografia nacional. Ao olharmos o momento atual, veremos quão euclidiano são os nossos dias, quão inerte o estado ainda se mostra, ao mesmo tempo que vende a perspectiva de preocupado em zelar pelo bem-estar comum dos nacionais. Apenas falácias seguidas de falácias, mecanismo bem articulado e exercitado pelas esferas do poder ao longo da história.

Delimitada a omissão como fator gerador de caos ambiental e social que é denunciada pela escrita euclidiana, é o momento de abandonarmos esse primeiro momento de denúncia, esta já registrada n' *Os sertões* e adentrarmos no nosso *corpus*. Aqui apontamos como a crítica de Euclides da Cunha se mostra contundente, capaz de expor um estado que abandona o seu próprio território e submete os seus nacionais a tratamentos desumanos. Serão aqui verificadas as crônicas *Impressões gerais*, *Rios do abandono*, *Um clima caluniado*, *Os caucheros*, *Judas-Asvero*, "*Brasileiros*", e *A Transacreana*. A natureza e o homem restam bem representados na escrita euclidiana, ambos retratados como humilhados, esquecidos e vítimas de um silêncio criminoso promovidos pelo estado que observa progresso e boas condições de vida apenas para a região centro-sul do país, enquanto que abandona as demais à sorte. A abordagem que aqui será impressa é a de apontar como o estado omissor resta reportado nas crônicas euclidianas, com o intuito de possibilitar a ressignificação dos escritos euclidianos para um determinismo à brasileira.

Para apresentar e discutir as crônicas euclidianas sobre o espaço amazônico, é necessária a compreensão que, durante aquele momento, a realidade local estava voltada para o processo de extração da seiva da seringueira, popularmente conhecida como látex. O processo de colonização do norte do país se deu de modo abrupto, sem qualquer amparo estatal, o que já demonstra a primeira marca de omissão do poder público em relação à

natureza inicialmente e posteriormente em relação aos nacionais que para lá se deslocaram. O ambiente era compreendido como inóspito, hostil e inviável para o bom desenvolvimento de vida humana. Sem estruturas básicas de atuação estatal, qualquer local do globo, não somente no espaço amazônico, se mostraria inviável para a sobrevivência humana. Antes do ciclo da borracha, apenas a ameaça de perda das fronteiras para a nação peruana fez com que as autoridades brasileiras se preocupassem em realizar as devidas marcações e encaminhar expedição oficial, a mesma que fora chefiada por Euclides da Cunha.

Alcançando *Impressões gerais*, temos uma narrativa inicial marcada no desencanto perante o espaço natural que fora visto. O autor para lá se deslocara esperando uma realidade bem distinta da que encontrara. Ousamos constatar que o desencanto ocorreu devido “apenas” visualizar o meio natural, de fato *in natura*, sem qualquer alteração humana, ainda sem o diálogo com o estado ou com a modernização. Essa aferição se torna verificável quando, em momento posterior, o autor exercita a comparação da cidade de Belém com outros espaços urbanos nacionais, precisamente com os alocados no centro-sul do país, precisamente São Paulo e Rio de Janeiro. Essa é a visualização primeira que Euclides da Cunha tem para a inexistência de estado na região, uma inexistência que não afetará apenas a natureza enquanto subjetividade, mas que afetará prioritariamente as relações humanas estabelecidas durante a atividade de extração. Para observarmos como a ausência do estado implica nas tratativas firmadas entre empregador e empregado, destacamos:

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até ao Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, num *gaiola* qualquer, de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é, na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um *rifle* (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no *barracão* senhorial,

antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um *brabo*, isto é, ainda não aprendeu o *corte* da *madeira* e já deve 1:135\$000. Segue para o posto solitário encalçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 *paneiros* de farinha d'água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cerca de 750\$000. Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é o *brabo* canhestro, de quem chasqueia o *manso* experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000. **Admitamos agora uma série de condições favoráveis, que jamais concorrem:** a) que seja solteiro; b) que chegue à barraca em maio, quando começa o corte; c) que não adoença e seja conduzido ao barracão, subordinado a uma despesa de 10\$000 diários; d) que nada compre além daqueles víveres — e que seja sóbrio, tenaz, incorruptível; um estóico firmemente lançado no caminho da fortuna arrostando uma penitência dolorosa e longa. Vamos além — admitamos que, malgrado a sua inexperiência, consiga tirar logo 350 quilos de borracha fina e 100 de sernambi, por ano, o que é difícil, ao menos no Purus. **Pois bem, ultimada a safra, este tenaz, este estóico, este indivíduo raro ali, ainda deve.** O patrão é, conforme o contrato mais geral, quem lhe diz o preço da fazenda e lhe escritura as contas. Os 350 quilos remunerados hoje a 5\$000 rendem-lhe 1:750\$000; os 100 de sernambi, a 2\$500, 250\$000. Total 2:000\$000¹⁶⁵. (negrito nosso)

A descrição aqui transporta aponta para um trabalho extremamente análogo ao de escravo que se dava no momento do ciclo da borracha. Essa escravização do homem ocorria perante o silêncio do poder público que apenas demonstrava interesse na povoação a qualquer custo da região, como forma de evitar a invasão estrangeira e também para promover a expansão da atividade extrativa. A qualidade das relações de trabalho em momento algum era questionada. A situação era tão deplorável e tão desumana que Euclides da Cunha define o homem seringueiro como sendo aquele que “trabalha pra escravizar-se”¹⁶⁶. Entretanto, qual amparo era ofertado a esse homem paupérrimo que migrava do nordeste para o norte do país em busca de melhores condições para si e para os seus para negar o tratamento que a ele era destinado pelos donos dos

¹⁶⁵ CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 13.

¹⁶⁶ CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 13.

seringais? Nenhum. A inércia do estado apenas ajudou a gerar “a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhrou o mais desaçamado egoísmo”¹⁶⁷ que “vê-se o renascer de um feudalismo acalcanhado e bronco”¹⁶⁸. Podemos visualizar aqui uma crítica euclidiana que aponta para as ausentes leis trabalhistas, que surgiriam apenas mais de três décadas posteriores a esses apontamentos euclidianos, já no Governo Vargas, e que, nos dias atuais, restam tão violentadas. No ontem ou no hoje, o estado se mostra como opositor dos mais pobres, ofertando a eles apenas uma condição miserável de estabelecimento de duas funções laborais, até mesmo como mecanismo de engessamento social e impossibilidade de ascensão para classes mais privilegiadas. A crônica ainda aponta maiores danos sociais àqueles trabalhadores invisíveis quando aponta que a sua condição reflete uma “servidão completa”¹⁶⁹ em que “o morador não despende o mais ligeiro esforço em melhorar o sítio de onde pode ser expelido em uma hora, sem direito à reclamação mais breve”¹⁷⁰. Acrescida à condição flagelante do translado até a região norte, lá chegando, o seringueiro estava largado tendo péssimas condições de alimentação e de moradia. Estando endividado todo e qualquer rendimento futuro, não restava ao homem extrator a condição de melhorar a sua moradia, até porque, verdadeiramente, não era sua. A presente crônica resta finalizada com o chamamento de ações que promovam o salvamento da sociedade que lá está abandonada, e só o estado pode ser apresentado como entidade capaz de retirar o *status* de abandonada daquela localidade.

A omissão, o esquecimento, a marginalização a que o meio ambiente amazônico estava reservado se faz centralizado já no título da crônica que segue: *Rios do abandono*. Na respectiva narrativa, o homem sai um pouco de cena aos olhos euclidianos e dá espaço para a natureza, precisamente aos rios, pois, mesmo diante da dicotomia que marca a sua primeira análise sobre a realidade amazônica, os rios, aqueles imensos canais fluviais, são compreendidos importantes componentes para o desenvolvimento regional, isso devido a sua grandeza e possibilidade de evasão de todo o material que era consequentemente extraído dos seringais. Euclides da Cunha assim demonstra todo o seu conhecimento

¹⁶⁷ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 13.

¹⁶⁸ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 14.

¹⁶⁹ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 15.

¹⁷⁰ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 15.

geográfico da região por meio de utilização de termos técnicos e tabela que explicita as distâncias itinerárias, as diferenças de níveis, a declividade geral, bem como o declive quilométrico dos rios lá encontrados. Um verdadeiro trabalho milimétrico e minucioso que consolida o conhecimento do autor para o território o qual pesquisava. Mesmo focando discussão a respeito da natureza e dos rios amazônicos, o autor aplica uma subjetividade precisa a estes últimos quando marca as fases vividas pelos mesmos como “uma infância irrequieta, uma adolescência revolta, uma virilidade equilibrada e uma velhice ou decrepitude melancólica”¹⁷¹ e, mais a frente, emenda:

Não houve um ponto em todo o percurso de centenas ou milhares de quilômetros que ele não atacasse, um grão de areia que removesse, balanceando as escavações a montante com os aterros a jusante – **construindo-se a si mesmo** – obediente à tendência universal para as situações estáveis¹⁷². (*negrito nosso*)

O destaque acima produzido se mostra como uma ênfase realizada na escritura euclidiana que, de certa feita, justifica o abandono presente já no título da narrativa. O abandono aqui se volta para a omissão do poder público que, assim como abandonara aquele retirante do nordeste apontado na narrativa anterior, esqueceu dos seus recursos naturais, aqui os rios. Esses sujeitos singulares dessa construção paisagística opulenta se fizeram grandiosos em razão das suas próprias ações, sem qualquer intervenção humana que, como se é registrada por Euclides da Cunha. Com efeito, os rios desenvolviam seus trejeitos, suas respectivas inteligências naturais para alterar seus cursos, sem qualquer ação exógena, e assim continuar com a sua função natural, pois “depois de rasgar o amplo circo da erosão, procura volver ao antigo canal, como quem contorneou apenas um obstáculo encontrado em caminho”¹⁷³, e assim a natureza bailou e baila para a edificação

¹⁷¹ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 16.

¹⁷² CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 17.

¹⁷³ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 22.

de seus anseios, independentemente da anuência ou não de outrem, afinal, ela dita e efetiva os seus desejos, sejam eles sincrônicos ou não às vontades humanas.

A crítica ao abandono capitaneado para essas verdadeiras artérias nacionais é exercitada quando há a demonstração do perigo da vegetação para o próprio rio, é aqui que Euclides da Cunha inicia o seu discurso protetivo em direção a esses agentes:

Realmente nesse afanoso derruir de barrancas, para torcer-se em seus incontáveis meandros, o Purus entope-se com as raízes e troncos das árvores que o marginam.

Às vezes é um lança unido, de quilômetros, de “barreira”, que lhe cai de uma vez e de súbito em cima, atirando-lhe, desarraigada sobre o leito, uma floresta inteira¹⁷⁴.

A ação corriqueira da natureza acaba por realizar feitos que acabam por inserir nos rios vegetações de variadas ordens. Durante o processo singular da natureza, esta ação pode até ser compreendida pelos olhos da normalidade, pois, como anteriormente destacamos das linhas euclidianas, o rio vem a ser o autor de sua própria história. Entretanto, para o tempo humano, esse processo corresponde a uma inviabilidade, seja para a simples navegação ou para as ações de comércio. Desta feita, sendo o Purus comparado a rios de extrema vazão, como o Mississipi, Euclides da Cunha sentencia que o rio brasileiro “está inteiramente abandonado”¹⁷⁵, enquanto que cobra do homem em geral uma ação simplória de ação: “Precisamos ao menos conservá-lo”¹⁷⁶. Nada muito incisivo é necessário produzir ou interferir para que os rios amazônicos alcancem níveis de excelência em navegabilidade, apenas carecem de preservação, de “uma espécie de

¹⁷⁴ CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 24.

¹⁷⁵ CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 26.

¹⁷⁶ CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 27.

compromisso de honra com o futuro”¹⁷⁷. Caso o estado nacional praticasse esse clamor evidenciado por Euclides da Cunha, a realidade fluvial brasileira seria extremamente pujante e não abandonada como se verifica. Não só o transporte aquático estaria em outros níveis de vivacidade, mas também a própria qualidade da água de nossos rios, *vide* a triste realidade do Rio Tietê, em São Paulo. Símbolo de uma modernidade predatória, que mercantiliza os recursos naturais e oferta, ao fim, apenas danos ambientais e promessas vazias e eternas de um resgate ao *status quo ante*, coisa que nunca será efetivada, pois, frente a omissão do estado em cobrar daquele causador do dano a devida restauração, não será o causador que, por iniciativa própria, onerará os seus cofres para restabelecer um bem à coletividade.

Adentramos agora a crônica mais marcada nas prescrições deterministas, mas que, igualmente no título, o autor apresenta uma ressalva. *Um clima caluniado* aduz para as dificuldades do povoamento da região em razão do fator climático, bem como das particularidades que sucedem devido a essa singularidade, qual seja a doença, muitas delas desconhecidas dos novos colonos. O homem do nordeste, já vivido em ambiente de altas temperaturas e em espaço abandonado pelo governo central, não encontra maiores dificuldades no trato com o meio ambiente e com o clima encontrado na região norte. Dificuldades de instalação, de reconhecimento do território e com o próprio exercício do trabalho nos seringais são alguns dos poucos verificados. Entretanto, nenhum deles retira do nordestino a condição de vida na localidade. Em contramão a essa realidade, o homem sulista se mostra extremamente avesso a essa nova habitação. Enquanto que o nordestino é apresentado como aquele que é capaz de domar a natureza e triunfar perante o cenário inóspito, o sulista não resiste. E é devido a essa ausência de capacidade de adequação deste homem que o autor marca o clima como sendo um agente caluniado.

Saindo do foco do determinismo climático e voltando para a nossa luta de análise, a crônica prioriza em atestar o colono como sendo um agente precioso para o estado, afinal ele está exercitando uma obrigação primeira dele, agente público: povoar a região. Esse exercício do governo central de delegar a outrem a sua obrigação já se

¹⁷⁷

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 28.

constitui como marca de ação, esta que é efetivada a partir da omissão, uma contraprestação negativa de agir que mais tarde, devido a tantas reiteraões, viria a ser registrada na nossa Constituição Federal. Devido a isso, a incapacidade de realizar o seu próprio papel, o estado via por bem enaltecer as campanhas de povoamento, apesar de nada também fazer para tornar essa mudança populacional menos penosa para os sujeitos que se dispuseram a construir esse novo enredo para as suas vidas. Enredo forçado, pelas próprias circunstâncias miseráveis em que viviam, mas que ousaram enfrentar. A migração foi tão caótica que assim foi registrada:

De fato – à parte o favorável deslocamento paralelo ao equador, demandando as mesmas latitudes – não se conhece na História exemplo mais **golpeante** de emigração tão **anárquica**, tão **precipitada** e tão **violadora** dos mais vulgares preceitos de aclimamento, quanto o da que desde 1879 até hoje atirou, em sucessivas levas, as populações sertanejas do território entre a Paraíba e o Ceará para aquele recanto da Amazônia. Acompanhando-a, mesmo de relance, põe-se de manifesto que lhe faltou desde o princípio não só a marcha lenta e progressiva das migrações seguras, como os mais ordinários resguardos administrativos.

O povoamento do Acre é um caso histórico inteiramente fortuito, **fora da diretriz** do nosso progresso.

Tem um reverso tormentoso que ninguém ignora: as secas periódicas dos nossos sertões do Norte, ocasionando o êxodo em massa das multidões flageladas. Não o determinou uma crise de crescimento, ou excesso de vida desbordante, capaz de reanimar outras paragens, dilatando-se em itinerários que são o diagrama visível da marcha triunfante das raças, mas a escassez da vida e a derrota completa ante as calamidades naturais¹⁷⁸.

¹⁷⁸

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 33.

Ao fim, o caos social patrocinado pelo silêncio estatal fica registrado “como os mais ordinários resguardos administrativos”¹⁷⁹, um verdadeiro exemplo de como não fazer uma ação de estado. Sem qualquer preparo, a:

(...) preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria¹⁸⁰.

“Preocupação” é uma palavra por demais modalizada que foi utilizada pelo autor para mostrar o completo descaso, a ação criminosa com a qual o estado nacional enfrentou a situação. Aos modos efetivados, a migração para o norte se mostrava como um verdadeiro revés, pois em nada melhora a vida dos migrantes, apenas os colocava em novos riscos, em novas adversidades, estas que intensificaram as suas dores e os seus flagelos. De todo modo, o povoamento no norte do país ocorreu. O ciclo da borracha cumpriu o seu papel de relevância para o povoamento e para o desenvolvimento econômico da região. Todavia, a ocupação veio a ser positiva, como verificamos na atualidade, em razão do acaso. Como constatado nas linhas euclidianas, nenhum movimento institucional foi executado para que o povoamento fosse frutífero. Assim se deu o povoamento, pelo exercitar do “absoluto abandono e completo relaxo”¹⁸¹.

Fazendo um paralelo com a contemporaneidade, o norte de hoje pode ser tão bem verificado nas favelas que estão presentes nas grandes metrópoles nacionais. Bem como inerte durante o povoamento da região norte, o estado se mostra apático para o povoamento desregrado que se deu e que se dá nos espaços de favela. A presença desse estado nessas localidades apenas é vista em momentos de fortes chuvas, onde ocorrem

¹⁷⁹ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 33.

¹⁸⁰ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 33.

¹⁸¹ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 34.

deslizamentos de barreiras e mortes. Assim, o estado toma ciência das irregularidades presentes nessas regiões e, por meio das defesas civis, encontram aqueles espaços invisíveis. Como praxe da (in)ação estatal, nada propõe como forma de minimizar os danos dessas populações que, assim como os ambientes que habitam, são invisíveis. Sustenta, quase sempre, o discurso de ocupação irregular, faz a fixação de uma faixa de interdição – esta que jamais será fiscalizada e em breve novas famílias passarão a viver nessas regiões de risco – e, mais uma vez, desaparece da região. Desse modo se perpetua o jeito de atribuir ao outro a responsabilidade de ações que, por princípio, incumbem ao estado. A culpa pelo deslizamento é da natureza. A culpa do residir em locais irregulares é dos miseráveis que, mesmo sabendo do risco iminente, persiste em eleger uma área de risco. É desse modo que o estado se acostumou em exercitar a transferência de culpa, pois, em nenhum momento, realiza uma autocrítica para perceber que é seu dever viabilizar que todo e qualquer sujeito tenha para si uma moradia capaz de gerar um bem para si e para os seus, salvaguardando a sua vida, a sua integridade, como forma de exercitar tema caro ao homem como é a dignidade.

A dicotomia entre civilização e barbárie é verificada em *Os caucheros*, onde está posta a divergência de pensamento em relação ao meio ambiente entre os seringueiros brasileiros e os caucheros peruanos. Ambos vivem e exercitam a mesma atividade de extração da seiva para produção do látex. Entretanto, o meio de agir se mostra de modo bastante diverso. Enquanto que o seringueiro brasileiro mostra uma perspectiva ambientalista no exercício do seu *mister* ao promover técnicas de extração que dê continuidade de vida para a árvore que a ele oferta a matéria, o cauchero peruano promove um verdadeiro extermínio de árvores. Enquanto que o seringueiro brasileiro finca bases de ação para desenvolver o seu ofício, já que vê na árvore uma aliada para a sua subsistência e que não necessita aniquilá-la, o cauchero peruano se mostra como um nômade que tem por ofício destruir. Devido a isso, estes são definidos por Euclides da Cunha como sendo o “homem perdido na solidão absoluta (que) vai procurar o bárbaro, levando a escolta única das dezoito balas de seu rifle carregado”¹⁸². O dano ambiental que a essa comunidade resulta não está apenas registrada na perspectiva ambiental, aqui

¹⁸²

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 44.

falando tão somente da fauna e flora, mas também perante as comunidades primitivas viventes nesse recorte geográfico, pois, de modo preciso, o autor expõe a seguinte cena:

Citemos um exemplo único. Quando Carlos Fitz-Carrald chegou em 1892 às cabeceiras do Madre de Diós, vindo do Ucaiali pelo varadouro aberto no istmo que lhe conserva o nome, procurou captar do melhor modo os *mashcos* indomáveis que as senhoreavam. Trazia entre os *piros* que conquistara um intérprete inteligente e leal. Conseguiu sem dificuldades ver e conservar o *curaca* selvagem.

A conferência foi rápida e curiosíssima.

O notável explorador, depois de apresentar ao “infiel” os recursos que trazia e o seu pequeno exército, onde se misturavam as fisionomias díspares das tribos que subjugara, tentou demonstrar-lhe as vantagens da aliança que lhe oferecia contrapostas aos inconvenientes de uma luta desastrosa. Por única resposta o *mashco* perguntou-lhe pelas flechas que trazia. E Fitz-Carrald entregou-lhe, sorrindo, uma cápsula de Winchester.

O selvagem examinou-a, longo tempo, absorto ante a pequenez do projétil. Procurou, debalde, ferir-se, roçando rijamente a bala contra o peito. Não o conseguindo, tomou uma de suas flechas; cravou-a, de golpe, no outro braço, varando-o. Sorriu, por sua vez, indiferente à dor, contemplando com orgulho o seu próprio sangue que esguichava... e sem dizer palavra deu as costas ao sertanista surpreendido, voltando para o seu *tolderío* com a ilusão de uma superioridade que a breve trecho seria inteiramente desfeita. De fato, meia hora depois, cerca de cem *mashcos*, inclusive o chefe recalcitrante e ingênuo, jaziam trucidados sobre a margem, cujo nome, *Playamashcos*, ainda hoje relembra este sanguinolento episódio...¹⁸³.

A prática de agir é centrada na ausência de compaixão e empatia. Humilhados, abandonados e incitados à violência, os caucheros reproduzem perante as comunidades primitivas toda a força negativa de que também são vítimas, o que não podemos verificar

¹⁸³

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 44.

como uma agressão produzida contra eles que tem como agente primeiro o estado, aqui não o brasileiro, mas sim o peruano. Assim como o estado brasileiro não ofertou regulares condições de povoamento e de trabalho para os seringueiros, o estado peruano, de igual forma, agiu de modo omissivo para com os seus nacionais. Provocados a agir para garantir a sua própria sobrevivência, o cauchero viu na ação bélica a melhor maneira de demonstrar força perante aquele grupo que, num primeiro momento, possibilitou qualquer enfrentamento. A violência do estado, nesse caso, aponta para desdobramentos sequenciados que, em primeiro momento, alcançam o cauchero. Todavia, em ação futura, encontra também aquela comunidade primitiva. Devido a essa marca de violência e de atrocidades, a permanência desses agentes na região é compreendida pela linha euclidiana como sendo ameaçadora, pois detém uma “selvageria originalíssima”¹⁸⁴

Atualizando novamente as colocações postas por Euclides da Cunha, nos dias atuais ainda é perceptível a constatação de ações danosas a comunidades ou grupos de vulneráveis realizados por agentes estatais, seja a seu mandar ou ao seu silenciar. O noticiário nacional diariamente expõe como as forças do estado se constituem como verdadeiras castradoras de direitos, de modo que não inviabilizam tão somente o gozo de garantias constitucionais e humanitárias, mas, quase sempre, inviabilizam a vida dessas pessoas. Chacinas, invasões em favelas, tiroteios são algumas das muitas ações que ocorrem na surdina ou na exposição irrestrita de modo a aterrorizar e calar grupos e guetos sociopoliticamente marginalizados. Os caucheros de hoje, assim como os de outrora, encontram no silêncio do estado a autorização conivente de atuação. A negativa da existência desses novos caucheros, bem como a ausência de fiscalização e contenção promove o genocídio de outras tantas comunidades. Enquanto assistimos calados, muita das vezes com o intuito de resguardar as nossas integridades, regra de sobrevivência básica, os caucheros da atualidade agem, agem perante os olhos fechados do estado ditando regras nas localidades onde o estado não faz questão de exercer o seu poder. Não faz questão porque exercer o seu poder implica em realizar obrigações e, para realizar obrigações, o estado nacional não tem interesse, pois, nesses espaços residem populações que não geram impacto significativos nas rodas do poder. A marca de eleger a quem

¹⁸⁴

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 48.

atingir sempre foi uma política de estado, mais até que uma bandeira de governo, porque esteve presente em todos os governos que capitanearam a nação, certo que em uns mais e em outros menos. A inércia estatal perante os novos caucheros faz com que, em decorrência da própria ganância da atividade, adentrem nas estruturas de poder do estado e lá passem a ditar regras, comportamentos e ações da sociedade como um todo. É dessa forma que seremos comandados por agentes que nós mesmos desconhecemos, mas que usaram artifícios múltiplos para ocultar as suas verdadeiras facetas de atraso, de arbítrio, de morte.

Através de um jogo de realidades, bem como com o uso da religiosidade própria do nordestino que migrou para o norte do país, Euclides da Cunha, de modo bastante metafórico, constrói *Judas Asvero*. Antes de adentrar nas marcas de omissão estatal presentes na aludida crônica, interessante é destacar o pensamento de Hatoum para a mesma, pois, segundo o romancista,

Uma das qualidades de “Judas Ahsverus” é o fato de nele estarem ausentes conceitos de uma ideologia retrógrada, como a teoria racista e o determinismo climático, disseminados no livro sobre a batalha de Canudos e, em menor grau, em alguns ensaios amazônicos. Ou seja, em “Judas Ahsverus” há um olhar sobre a história, a geografia, a religião e o meio socioeconômico, mas sem a intromissão de um narrador que pretenda enquadrar numa hierarquia de valores os seres de quem fala. Por tudo isso, e também pela construção da narrativa, com ênfase na vida dramática dos personagens, o relato tende a ser muito mais literário e menos explicativo ou assertivo, ainda que refratário a um gênero específico.¹⁸⁵

A vida do seringueiro, precisamente do migrante nordestino, aqui vem a ser retratada a partir do espelhamento da figura de Judas, o traidor. O viver marcado no

¹⁸⁵

HATOUM, Milton. **Expropriados em sua própria pátria**. In: FRANCESCHI, Antônio Fernando de. Cadernos de literatura brasileira. Edição especial, comemorativa do centenário de *Os sertões*, n^{os} 13 e 14. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales, 2002, p. 319.

sofrimento do esquecimento é materializado nas festividades da Semana Santa, conforme reza a celebração litúrgica. A Sexta-feira da Paixão registra o seu ponto máximo. E, como sofreu aquele personagem emblemático do cristianismo, sofre o seringueiro as tristezas do abandono. Mas, diferente das dores do Judas que foram disparadas em um dia específico, a *via crucis* daqueles homens restava presente em todos os dias do calendário, pois o sofrimento estava materializado na atividade incessante e marginalizada dos seringais. Verdadeiros detentores de vidas marcadas pelo pessimismo, assim definidas por Euclides da Cunha:

Então pelas almas simples entra-lhes, obscurecendo as miragens mais deslumbrantes da fé, a sombra espessa de um conceito singularmente pessimista da vida: certo, o Redentor universal não os redimiu; esqueceu-os para sempre, ou não os viu talvez, tão relegados se acham à borda do rio solitário, que no próprio volver das suas águas é o primeiro a fugir, eternamente, àqueles tristes e desfrequentados rincões¹⁸⁶.

O estado se faz metamorfoseado da religião aqui no trecho euclidiano, pois, nada de relação ou de opressão a religião traz para com a realidade desse homem. A religião surge sim como mecanismo de amenizar, de anestesiá-la, as dores suportadas de modo absurdo. Quem, na verdade, os esqueceu, foi o estado. Mas não numa perspectiva de não os ter visto, mas sim de ter visto e compreendido que aquela realidade tumultuada deveria ser o lugar definitivo daquele povo moribundo. A solidão é o fim para aqueles que o estado abandona, por isso que não há espaço para questionar ou se insurgir. O destino ofertado àqueles homens impossibilitou qualquer revolta, qualquer rebelião a ser feita. Se nem ao menos comida detinham, como montariam uma frente de resistência. A cada crônica que se sucede percebemos quão danosa e premeditada foi essa omissão do governo nacional como forma apenas de povoar a qualquer custo o território, usando como instrumento uma população que era incapaz de ditar as regras sobre sua própria

¹⁸⁶

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 53.

existência, uma massa manobrável para as elites nacionais que ali viam um espaço extremamente hostil para adentrar. E assim os pobres locais montavam o boneco tendo nas suas dores a principal matéria-prima:

O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vinga-se de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e desafrota-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalçando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu, escravo, à gleba empantanada dos traficantes, que o iludiram¹⁸⁷.

O Judas montado, na verdade, consistia em cada homem e mulher que contornava as dificuldades para sobreviver minimamente e que não encontrava qualquer resguardo nos poderes constituídos. Ao lançar o boneco e, ao longe, dispararem os seus rifles cheios de bala, matavam um pouco de si, sempre na esperança por dias melhores. Finalizado o rito, resta a cada um retornar a sua rotina, agora serão eles o novo boneco, até a próxima festividade religiosa no ano vindouro, vítimas frequentes de desmandos, de trabalhos exaustivos, de uma vida marcada pelo esquecimento das autoridades competentes.

“*Brasileiros*” vem apresentar o universo de tensões protagonizadas entre brasileiros e peruanos em decorrência da atividade extrativista dos seringais na captura da borracha natural, afinal era o momento da produção em níveis históricos de atuação. Crônica que apenas atesta como se deu o estabelecimento das expedições peruanas no espaço amazônico, enfoca quão despreparado foi aquele país, assim como o brasileiro na consolidação de uma campanha de povoamento. Ao mesmo tempo que abandonava os caucheros a própria sorte, tal e qual o governo brasileiro fez com os seringueiros – inclusive isto aqui já ponderado em discussão de narrativa anterior –, restou a essas populações desnorteadas e sem qualquer amparo governamental, o conflito. Certo que

¹⁸⁷

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 55.

rapidamente contornado, mas despreparo que resultou em conflito entre esses dois povos irmãos. O pouco construído nas regiões de fronteira com as terras peruanas foi edificado pelos brasileiros que lá atuavam. Entretanto, com o conflito e posterior retirada dos nacionais brasileiros, tudo sucumbiu. Após cinco anos, “o porto era uma ruína”¹⁸⁸ e, definitivamente tudo estava entregue ao “mais completo abandono...”¹⁸⁹. Esse descaso com o pouco de desenvolvimento que fora levado para essas regiões de fronteira mostra tão somente o despreparo e descomprometimento do estado peruano em efetivar um povoamento e o estabelecimento de uma atividade extrativa com o mínimo de condições de execução, enfatizando assim que o estado peruano se mostrava ainda mais omissos com os aspectos ambientais e sociais que o estado brasileiro. Uma verdadeira batalha de omissão, onde quem só perde é a nação, seja peruana ou brasileira, levando a reboque os nacionais que dependiam de uma presença do estado na região e de melhores condições de vida, até mesmo para maximizar a atividade de extração e assim garantir maiores lucros para os países.

Crônica mais densa em linguagem técnica que *Rios do abandono*, *A Transaccreana* vem apresentar, na visão euclidiana, um caminho para efetivação do progresso regional. Mais do que qualquer outra, corresponde a uma narrativa que expressa a necessidade de ativez do governo nacional para execução das atividades, até mesmo porque diz respeito a construção de uma linha férrea que, segundo Euclides da Cunha, traria definitivamente o progresso. A *Transaccreana*, mais que qualquer coisa, representa a modernização daquele espaço secularmente esquecido. E, o mais importante, essa modernização uniria definitivamente estado e natureza, pois, segundo o autor, “os obstáculos naturais, reduzem-nos, ou amortecem-nos, os traçados que se lhes afeiçãoem. A via férrea em questão deve modelar-se pelas condições técnicas menos dispendiosas a um primeiro estabelecimento”¹⁹⁰. Dessa feita, ambos os agentes, natureza e estado, comporiam essa nova articulação do desenvolvimento da região a partir de estruturas que lhes fossem próprias. Enquanto que a natureza oferta os traçados melhores possíveis para

¹⁸⁸ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 71.

¹⁸⁹ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 71.

¹⁹⁰ CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 78.

o recorte férreo, o estado apresenta a técnica para materializar a ação. A proposta euclidiana não traz somente a mera indicação de que uma linha férrea traria progresso econômico e populacional para o espaço amazônico, diz mais que isso, efetiva, de fato, a proposta da Transacreana, a partir de traçados e estudos de engenharia de modo que a precisão do projeto é singular. Construída, mesmo que bem a posterior da ponderação euclidiana, e sem adotar aquele recorte indicado, a Transacreana corresponde a uma das principais rodovias que cortam o norte do país, gerando escoamento de produção e o principal: efetivando condições para um povoamento.

Mais do que simplificar a relação entre descompasso estatal e denúncia do caos ambiental e social em escritos euclidianos sobre o espaço amazônico, se faz necessário verificar como a preocupação estatal presente no governo brasileiro no início do Século XX se mostra igualmente representada no gerenciamento realizado atualmente no Século XXI. Enquanto podemos constatar que, iniciado ainda n'Os sertões, após o descrédito com o modelo republicano, a escrita euclidiana se mostra marcada por um projeto de discussão da nação a partir do denunciar da omissão estatal perante a sociedade como um todo, o que engloba o aspecto natural também, já que é bem ilógico realizar uma ação de desprendimento do homem em relação ao local natural em que vive, o projeto da nação em si, levada em curso pelas elites nacionais e posto em prática pelos governos que desde então existiram, diz respeito a um viés de omissão, de permitir que os fatos sejam desdobrados a partir das ações de terceiros e não do estado enquanto gestor e garantidor primeiro de um bem-estar coletivo.

Se voltarmos aos capítulos anteriores, verificaremos que esse projeto de nação nefasto não é posto em exercício apenas no início do Século XX, mas sim ainda no fim do Século XV, com a entrada dos portugueses no solo brasileiro. A nossa natureza nunca foi compreendida como um outro que deveria ser respeitado, mas apenas analisada sob a ótica do lucro. A nossa comunidade primitiva, a indígena, sempre foi percebida como um grupo que necessita de subjugação, seja no plano social, cultural ou religioso. A partir dessa relação de mercantilizar e subjugar o outro, atravessamos cinco séculos de abuso estatal. Um abuso que ora se dá pela ação danosa perante o meio ambiente e os populares,

estes hoje alargados e entendidos como todo e qualquer grupo vulnerável, e ora ocorre mediante a omissão que gera reflexos igualmente danosos a esses dois agentes.

Não pontuados por Euclides da Cunha, mas não menos danoso, a natureza brasileira foi vítima, em meados das últimas décadas do Século XIX, de um dos maiores crimes ambientais até então registrados. Promovido por Henry Wickman, houve um verdadeiro tráfico de sementes da seringueira brasileira para colônias inglesas na Ásia. Evento este ocorrido perante o silêncio estatal brasileiro. Esse episódio resta apresentado em *O ladrão no fim do mundo: como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha*, de Joe Jackson¹⁹¹. Nem mesmo para proteger os recursos do próprio estado, mediante arrecadação de impostos, as autoridades da época se manifestaram a respeito. Todavia, seja no se omitir ou no agir, as ações das autoridades brasileiras se mostram embaraçosas, pois quase nunca trazem um resultado positivo para a nação. Registramos um ponto de omissão. Passemos agora para um de ação. A ação, tem como princípio mais uma omissão, pois se deu na concessão estatal de um determinado espaço territorial para que o americano Henry Ford promovesse a cultura da extração da borracha, bem como o desenvolvimento do povoamento regional. Iniciado em 1927, o projeto Fordlândia foi finalizado em 1945. Esse episódio reforça a tradição do estado brasileiro de delegar suas obrigações a terceiros e, dessa vez, alcançando o ápice do absurdo: delegando a terceiro estrangeiro a sua obrigação. Esses são registros rápidos que explicitam ainda mais o quão omissos são o estado nacional brasileiro, o que reforça um complexo descompromisso com a natureza, com os brasileiros e com o desenvolvimento nacional¹⁹².

Diante de todo o pensamento euclidiano voltado aqui para denunciar os desmandos estatais perpetrados contra a comunidade nordestina de Canudos e contra a comunidade nortista que iniciava o povoamento durante o surgimento da cultura da

¹⁹¹ JACKSON, Joe. **O ladrão no fim do mundo**: como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha. Tradução de Saulo Adriano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

¹⁹² Acontecimento marcado na narrativa GRADIN, Greg. **Fordlândia**: ascensão e queda da cidade de Henry Ford na selva. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

borracha, ousamos concordar e reformular Afrânio Peixoto quando dedicou as seguintes palavras ao autor d'À *margem da história*:

Nasce, então, o “nacionalismo brasileiro”, aponta a independência ou a aspiração de autonomia intelectual. Um livro os concretiza, a propósito de tema nacional, em que entra a terra do Brasil, o coração mesmo profundo deles, o Sertão do Brasil, a mais legítima gente brasileira¹⁹³.

Com tudo que aqui foi articulado e exposto nas páginas que compõem esse trabalho de tese, aguardamos que as nossas contribuições tenham sido capazes de demonstrar que as articulações e experiências transpostas por Euclides da Cunha em suas obras possam estar passíveis de ofertar uma releitura que, além de ressignificar o nacionalismo brasileiro, apontado por Afrânio Peixoto, sejam verificadas a partir da construção perfeita de um determinismo à brasileira que expõe de modo contundente e denunciador, o modo pelo qual o estado nacional brasileiro se omite perante as grandes questões nacionais. Para tanto, buscamos definir essa possibilidade a partir do recorte teórico dos estudos ecocríticos, o que, de modo algum, engessa a possibilidade de obtenção do mesmo resultado a partir da utilização de outros aportes teóricos¹⁹⁴. A partir de uma omissão covarde, propositada e de morte, as instâncias do poder não se constroem em sacrificar espaços e pessoas, tão somente com o fito de dar continuidade a ordem pré-estabelecida e não causar mutações na tessitura social. Com uma “prática de ação de estado” movida na omissão, o governo central pátrio patrocina o caos ambiental e social brasileiro, seja no ontem ou no hoje; seja no nordeste, no norte, no centro-oeste, no sudeste ou no sul do país; seja no sertão ou no litoral; seja nas favelas, nos guetos, nos presídios, ou nos terreiros, o importante é que a vítima seja um hipossuficiente e que esteja centrado num espaço marginalizado.

¹⁹³ Fragmento pronunciado por Afrânio Peixoto na conferência “Euclides da Cunha: dom e arte do estilo” no Grêmio Euclides da Cunha no ano de 1919.

¹⁹⁴ Uma outra perspectiva analítica para a violência estatal perante a sua inércia de ação, compreendida como ação omissiva no agir e no prestar, pode muito bem ser as defendidas por Foucault, em *A microfísica do poder*, e por Bourdieu, em *O poder simbólico*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alcançando os momentos finais dessa etapa acadêmica, resta a visualização e concretização da proposta ora anunciada nas notas iniciais da presente tese doutoral: um trabalho conciso, capaz de demonstrar que os escritos euclidianos, mesmos passados mais de séculos em que foram escritos, permanecem atuais, pois, o cerne da crítica euclidiana, qual seja o estado omissivo, continua a existir e a se omitir. Todavia, marcado pela premissa básica de uma etapa doutoral: a originalidade, com o propósito de provocar releituras e novas críticas para o texto literário, para as críticas já consolidadas como eixos basilares para leitura do *corpus* eleito, bem como para a presente escritura.

Dessa feita, evitamos qualquer aspecto meramente biográfico ou histórico, recorrendo a essas categorias apenas quando extremamente necessário para construção do nosso pensamento. Destarte, apontamos inicialmente o capítulo *O agente explorador e a sociedade dos explorados* como um ponto de partida que apresentasse uma visualização macro de como a tríade capital-mercado-estado tem monopolizado e fomentado a exploração dos múltiplos sujeitos. Preferencialmente, a exploração é destinada para os grupos mais vulneráveis da sociedade, e sempre associada à natureza, pois, enquanto vê os sujeitos como coisas, valoriza o meio ambiente como mercadoria. O resultado é a proliferação irrestrita da pobreza, esta marcada nas populações, mas também nos espaços sociais. Todavia, como foi perceptível aferir, ninguém sai ileso da exploração do capital, nem mesmo os operadores, aqueles que decidem como, por qual razão e periodicidade, onde explorar. Todos somos vítimas dessa ausência de controle que o

homem foi conivente ao longo dos séculos para com o mercado. O estado tem a sua parcela de anuência e de culpa para com isso. No momento que se mostra inerte, omissor, inoperante, a entidade governamental abre um vácuo que permite a entrada e ingerência de outros agentes que gozam de interesses extremamente privados e corporativistas. O mercado é um deles. Existem outros, mas, para esses, são necessários outros momentos de discussão. Diante dessa tríade aqui ressaltada, ainda partimos para demonstrar como é perceptível, verificável e denunciável essa omissão e manutenção de privilégios de uns e sonegação de direitos a outros por parte do estado, agora através da própria literatura. Ao percorrer os estilos de época atravessados pela historiografia literária brasileira, pontuamos autores, poesias e prosas que evidenciam esse caráter privilegiador e omissor do estado perante as mais distintas classes sociais, bem como como as instituições, tanto estado quanto igreja.

Na etapa subsequente, *A retomada da natureza como subjetividade*, evidenciamos a urgência na necessidade de ressignificar as ações humanas para o meio ambiente como um todo, posto que a reanálise e nova conduta de modo a privilegiar o meio ambiente desencadeia na melhor qualidade de vida para o próprio homem. Assim, foi imperiosa a releitura das ações humanas que hoje estão ancoradas nas bases do antropocentrismo e do androcentrismo, na sua versão mais radical. Carecemos verdadeiramente de uma religação com o meio ambiente, como mecanismo capaz de, se não extirpar, minimizar as diferenças sociais nas quais estamos inseridos. Nada de positivo tais condutas oferecem a sociedade. Apenas visualizamos a maximização das diferenças sociais, o surgimento de mais grupos vulneráveis e, em grau extremo de diferenciação, o renascimento do extremismo. Marginalizados, cabe a esses grupos buscar a alternativa do extremo como saída para minorar os seus sofrimentos diários, o que em nada gera melhoria, apenas esses sendo adotados como, mais uma vez, objetos de manipulação. Estudiosos, como Boff e Löwy, apontam como caminho a ser seguido para mudarmos a rota de caminho e assim marcharmos para unidade a adoção de práticas ecossocialistas. Segundo os mesmos, essa perspectiva filosófica e também sociológica busca ressignificar conceitos e alterar paradigmas, retirando da primazia termos como

“lucro” e “acumulação” e focalizado com exercitar atividades e ações que promovam a interatividade harmoniosa entre homem e natureza.

A derradeira etapa, marcada como *Descompasso estatal e denúncia do caos ambiental e social nos escritos euclidianos sobre o espaço amazônico*, contemplou comentários sobre a teoria da ecocrítica e as convergências entre a literatura e as questões ambientais de modo que, de logo, foi possível verificar as contribuições literárias sobre a amazônica realizadas por Euclides da Cunha trazem consigo um viés ecocrítico, mesmo não sendo o autor contemporâneo com o desenvolvimento do referido aporte teórico. O escritor pré-modernista se mostra, a todo momento, preocupado com o abandono no qual está imerso a região amazônica. De início, condiciona o caos à própria natureza. Em momento posterior, é perceptível a mutação de pensamento, principalmente quando passa a narrar os feitos dos caucheiros e dos seringueiros, apresentando o modo de vida dificultoso que estes enfrentam num local sem quaisquer condições mínimas de subsistência. E é a partir daí que Euclides da Cunha passa a ser um crítico contumaz do estado omissor que, em ambiente inóspito, abandona os seus à própria sorte, que em nada, seja de cunho social, assistencial, trabalhista move seus braços para assegurar direitos básicos aos sujeitos que habitam esse espaço marginal.

Os dois primeiros capítulos se constituíram como substrato para a análise do *corpus* eleito, pois, a partir das assertivas traçadas nos momentos anteriores, pudemos comprovar que *À margem da história* congrega crônicas que demonstram uma sociedade de explorados, quais sejam caucheiros e seringueiros, por um agente único: o capital. O capital aqui se metamorfoseia na atividade de extração da borracha. Euclides da Cunha, nesse momento passa a ser um propulsor por direitos trabalhistas, coisa ainda inexistente no Brasil, no momento que demonstra o trabalho no seringal como análogo ao escravo. A ausência de estado na promoção do desenvolvimento regional também é demonstrada a partir da explicitação de necessidade de construção de uma ferrovia capaz de escoar a produção de látex lá verificada. O estado em nada agia. Pelo contrário, silenciava frente ao tráfico de sementes que existiu ou buscava delegar a agentes estrangeiros o processo de colonização do espaço amazônico.

Com essas observações, é possível aferir que a construção do pensamento euclidiano, até por ser um homem do seu tempo, se constitui na base do determinismo da época. Todavia, marcar apenas como um mero reproduzidor do pensamento europeu até então vigente corresponde a uma tentativa rasa e pequena de reduzir a construção filosófica e estética desse brasileiro que correspondeu a um dos maiores intelectuais do entre século XIX-XX. A ação de criticar o estado, desde a verificação do fratricídio ocorrido em Canudos, muda, de forma absoluta o modo como Euclides da Cunha verifica a sociedade de sua época. Determinista? Sim. Mas um determinismo à brasileira que, de fato observa o homem como um mero produto do meio. Entretanto, esse meio dotado de problemas e limitações estruturais corresponde a um produto da ação, ou melhor: da omissão estatal.

Enquanto que o estado brasileiro fixava olhares apenas para o eixo centro-sul do país, o nordeste e norte do país permanecia à mercê da sua própria sorte, dotando de presença do estado apenas para gerar mais opressão e desigualdades. No nordeste, mediante conflitos armados. No norte, com a permissividade da exploração da natureza e do homem nordestino sem qualquer diretriz mínima de regulamentação. A presença estatal no norte que se demonstra minimamente louvável foi apenas a expedição capitaneada pelo próprio Euclides da Cunha com o ensejo de demarcar o território brasileiro. Fora isso, apenas omissões sucessivas para essas duas regiões carentes do território pátrio. Ciente dessa omissão, Euclides da Cunha passa a demonstrar como o estado é conivente com o caos ambiental e consequentemente social, afinal um está ligado ao outro no território amazônico. O meio ambiente explorado a toda sorte, não mais danoso devido a própria conscientização intrínseca dos seringueiros que via, na técnica de extração em “V”, a continuidade da sua atividade econômica por incontáveis anos. A pouca consciência ecológica do seringueiro não era capaz de inviabilizar as suas dores, pois essa caberia ao estado providenciar. Como isso não ocorria, o escritor denunciava a condição de vida humilhante pela qual atravessava aqueles miseráveis. Fantoches largados a própria sorte.

Com efeito, foi possível verificar a necessidade de ressignificação da condição de determinista para a composição do pensamento euclidiano. A atribuição de uma aferição à brasileira permite ver na composição euclidiana uma versão original para a teoria desenvolvida no continente europeu, capaz não somente de sentenciar a vida do sujeito pelo espaço no qual ele se encontra inserido, mas sobretudo pela (in)eficiência do estado em promover políticas públicas de acesso à cidadania.

O estado corresponde ao principal agente garantidor de direitos, pois a ele incumbe o papel de orquestrar, de modo harmônico, o bem-estar social. Simultaneamente, esse mesmo estado, sobretudo nos dias atuais, corresponde igualmente ao principal agente castrador e inviabilizador de direitos. No transcorrer da escrita de tese, apontamos alguns exemplos que gritam a omissão estatal. É bem verdade que focamos na perspectiva do meio ambiente, até mesmo porque os escritos euclidianos enfocam o meio ambiente amazônico. Assim, ao enfatizar o silêncio estatal, apontamos os frequentes vazamentos de petróleo na Baía de Guanabara, bem como os atuais desastres de Mariana e Brumadinho, ações promovidas pela mineração desenfreada que acomete o cenário nacional. Todavia, a convivência estatal perante a supressão de direitos abrange o homem nas suas mais vastas esferas e realidades sociais. Em decorrência do abandono do cenário amazônico, Euclides da Cunha apontou o descaso perante os nordestinos que marcharam ao norte buscando melhores condições de vida. Na contemporaneidade, não é difícil encontrarmos numerosos e valorosos escritos literários que abordam a violência estatal, o racismo, o machismo, a pobreza, o genocídio de populações hipossuficientes. O estado atual continua a ser omisso e patrocinador das desigualdades, como fora no período euclidiano. Cabe assim aos estudiosos da literatura observar como a denúncia a esse estado omisso vem sendo efetivada pela historicidade de nossa arte, sendo possível, cada vez mais, configurá-la como instrumento capaz de mudar realidades, mentes e vidas. Essa é uma premissa desenvolvida por Candido¹⁹⁵, ainda quando tratava de literatura e direitos humanos, mas ainda urgente.

195

CANDIDO, Antônio. **O direito à literatura**. In: CANDIDO, Antônio. Vários escritos. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. **Natureza, cultura, sertões: o encontro de Euclides da Cunha e Araripe Júnior**. In: XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu (MG). 1998.
- AGRA ROMERO, Maria Joxé (Org.). **Ecología y feminismo**. Granada: Ecorama, 1998.
- ALAIMO, Stacy. Feminismos transcorpóreos e o espaço ético da natureza. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 909-934, 2017.
- ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução de Maurício Waldman. 2ª ed. 3ª impressão. São Paulo: Contexto, 2017.
- ALIMONDA, Héctor (Org.). **La naturaliza colonizada: ecología política y minería em América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- ALIMONDA, Héctor. **Em clave de sur: la ecología política latino-americana y el pensamiento crítico**. In: ALIMONDA, Héctor; PÉREZ, Catalina Toro; MARTÍN, Facundo (Orgs.). **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia**

latinoamericana y rearticulación epistémica. Vol. I. Buenos Aires: CLACSO, 2017, p. 33-49.

ALIMONDA, Héctor. **La colonialidad de la naturaliza**. Una aproximación a la ecología política latino-americana. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). La naturaliza colonizada: ecología política y minería em América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011, p. 21-58.

ALIMONDA, Héctor; PÉREZ, Catalina Toro; MARTÍN, Facundo (Orgs.). **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica**. Vol. I. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

ALIMONDA, Héctor; PÉREZ, Catalina Toro; MARTÍN, Facundo (Orgs.). **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica**. Vol. II. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

ALVES, Castro. **Os melhores poemas de Castro Alves**. Seleção e apresentação de Lêdo Ivo. São Paulo: Global, 1983.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 30ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

BALLESTEROS, Ricardo de la Fuente; BORA, Zélia M.; ESTÉVEZ, Francisco (Orgs.). **De ecocrítica y “animália”**. Colección Cultura Iberoamericana 36. Valladolid: Universitas Castellae y Asociación I. Iberoamericana de Literatura y Ecocrítica, 2015.

BERNUCCI, Leopoldo M. **Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

BORA, Zélia M. **Por uma pedagogia do meio ambiente**: acertos e impasses do método ecocrítico. In: BALLESTEROS, Ricardo de la Fuente; BORA, Zélia M.; ESTÉVEZ, Francisco (Orgs.). De ecocrítica y “animália”. Colección Cultura Iberoamericana 36. Valladolid: Universitas Castellae y Asociación I. Iberoamericana de Literatura y Ecocrítica, 2015, p. 25-41.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 45ª ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

BRANDÃO, Izabel. A propósito de “feminismos transcorpóreos e o espaço ético da natureza”, de Stacy Alaimo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 961-974, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/conteudo/perovazcaminha/carta.htm>>. Acesso em 01 de março de 2019.

CANDIDO, Antônio. **O direito à literatura**. In: CANDIDO, Antônio. Vários escritos. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CARTA CAPITAL. **Desastre de Mariana**: ‘Perdemos o que o dinheiro não reconquista’, 2018.

CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 73-84, 2003.

CHAKRABARTY, Disresh. O clima da história: quatro teses. **Sopro**, n. 91, p. 4-22, 2013.

CHIARAVALLOTI, Rafael Moraes; VALLADARES-PADUA, Claudio. **Escolhas sustentáveis**: discutindo biodiversidade, uso da terra, água e aquecimento global. São Paulo: Matrix, 2011.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

COVA, Nancy Santana. El ecofeminismo latino-americano. Las mujeres y la naturaleza como símbolos. **Cifra Nueva**, Trujillo, n. 11, p. 37-46, 2000.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900-1900. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRUZ, Tereza Almeida. Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas intenções com o meio ambiente. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 913-925, 2010.

CUNHA, Belinda Pereira da; AUGUSTIN, Sérgio; LIMA, Letícia Gonçalves Dias; COSTA, Nálbia Roberta Araújo da. (Orgs.). **Os saberes ambientais**,

sustentabilidade e olhar jurídico: visitando a obra de Enrique Leff. Caxias do Sul: Educs, 2015.

CUNHA, Euclides da. **Obra completa**. Vol. 01. Org. Paulo Roberto Pereira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009.

CUNHA, Euclides da. **Obra completa**. Vol. 02. Org. Paulo Roberto Pereira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 2003.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DI CIOMMO, Regina Célia. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 423-443, 2003.

DIAS, Gonçalves. **Obra completa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

EAGLETON, Terry. **A função da crítica**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. Revisão de Maria Estela Heider Cavalheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Tradução de Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Tradução de Elizabeth Leal Ferreira Barbosa. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. Tradução de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

EAGLETON, Terry. **Marx estava certo**. Tradução de Regina Lyra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. Tradução de António Sousa Ribeiro. Porto: Edições Afrontamento, 1978.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

EXAME. **Anglo paralisa produção de minério de ferro por 90 dias após vazamento**, 2018.

FEARNSIDE, Philip M. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. Manaus: INPA, 2003.

FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do estado moderno no ocidente. **Lua Nova**. São Paulo, v. 71, p. 11-39, 2007.

FOLADORI, Guillermo. A questão ambiental em Marx. **Crítica Marxista**, São Paulo, v.1, n. 4, p.140-161, 1997.

FOLADORI, Guillermo. Marxismo e meio ambiente. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 25, p. 82-92, 1999.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Imprensa internacional destaca tragédia em Brumadinho e relembra Mariana**, 2019.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 28, p. 87-104, 2012.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Tradução de Maria Teresa Machado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FOSTER, John Bellamy. Marxismo e ecologia: fontes comuns de uma grande transição. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 80-97, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCESCHI, Antônio Fernando de. **Cadernos de literatura brasileira**. Edição especial, comemorativa do centenário de *Os sertões*, nºs 13 e 14. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales, 2002.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. A construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 889-899, 2010.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NELSON, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2012.

FURTADO, Marlí Tereza. **A visão da Amazônia em Euclides da Cunha, Ferreira de Castro e Dalcídio Jurandir**. In: XX Jornada Nacional de Estudos Linguísticos - GELNE, 2004, João Pessoa. Anais da XX Jornada Nacional de estudos Linguísticos - GELNE. João Pessoa: Ed UFPB, 2004. p. 1869-1874.

FURTADO, Marlí Tereza. Abguar Bastos e Dalcídio Jurandir: vozes modernas na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Niterói, v. 25, p. 94-109, 2014.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Os sertões**: Euclides da Cunha: edição crítica e organizada de Os sertões. Fortuna crítica: vários autores. Fotos: Flávio de Barros. São Paulo: Ubu Editora / Edições Sesc São Paulo, 2016, p. 675-676.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

GINZBURG, Jaime. Euclides da Cunha, a Amazônia e a barbárie. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 411-416, 2010.

GLOTFELTY, Cheryll & FROMM, Harold. **The ecocriticism reader: landmarks in literary Ecology**. Athens/London: University of Georgia Press, 1996.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

GÜNTHER, Ma. Griselda; GUTIÉRREZ, Ricardo A. (Orgs.). **La política del ambiente em América Latina: una aproximación desde el cambio ambiental global**. Ciudad de México: CLACSO, 2017.

GRADIN, Greg. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade de Henry Ford na selva**. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11^a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Tradução de Annahid Burnett. Petrópolis: Vozes, 2009.

HARDMAN, Francisco Foot. A Amazônia como voragem da história: impasses de uma repressão literária. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 29, p. 141-152, 2007.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HARDMAN, Francisco Foot. **Revolta** – Na planície do esquecimento: a grande falha amazônica. In: FRANCESCHI, Antônio Fernando de. Cadernos de Literatura Brasileira: Márcio Souza. Vol. 19. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2005, p. 96-117.

HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 293-310, 1996.

HATOUM, Milton. **Expropriados em sua própria pátria**. In: FRANCESCHI, Antônio Fernando de. Cadernos de literatura brasileira. Edição especial, comemorativa do centenário de *Os sertões*, nºs 13 e 14. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales, 2002, p. 318-339.

HERMES, Mario Jorge da Fonseca. **Os militares e a política na República**: o episódio de Canudos. In: FRANCESCHI, Antônio Fernando de. Cadernos de literatura brasileira. Edição especial, comemorativa do centenário de *Os sertões*, nºs 13 e 14. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales, 2002, p. 233-265.

JACKSON, Joe. **O ladrão no fim do mundo**: como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha. Tradução de Saulo Adriano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, 2009.

KERRIDGE, Richard. **Small rooms and the ecosystem:** environmentalism and DeLillo's *White Noise*. In: KERRIDGE, Richard; SAMMELLS, Neil. (Org.). *Writing the environment*. Londres: Zed Books, 1998.

KOUVELAKIS, Stathis. Planeta Marx: sobre a situação atual do marxismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 28, p. 72-86, 2012.

KOVEL, Joel. Ecological marxism and dialectic. **Capitalism Nature Socialism Journal**, Reino Unido, v. 6, n. 4, p. 31-50, 1995.

KRISHNAMURTI, Jiddu. **Sobre a natureza e o meio ambiente**. Tradução de Zilda Hutchinson Schild Silva. São Paulo: Cultrix, 1997.

LEFF, Enrique. **Las relaciones de poder del conocimiento em el campo de la ecologia política:** uma mirada desde el sur. In: ALIMONDA, Héctor; PÉREZ, Catalina Toro; MARTÍN, Facundo (Orgs.). *Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. Vol. I. Buenos Aires: CLACSO, 2017, p. 129-165.

LEFF, Enrique. **Los derechos del ser colectivo y la reapropiación social de la naturaliza.** In: CUNHA, Belinda Pereira da; AUGUSTIN, Sérgio; LIMA, Letícia Gonçalves Dias; COSTA, Nálbia Roberta Araújo da. (Orgs.). *Os saberes ambientais, sustentabilidade e olhar jurídico: visitando a obra de Enrique Leff*. Caxias do Sul: Educ, 2015, p. 12-31.

LEFF, Enrique. **La apuesta por la vida:** imaginación sociológica e imaginários sociales em los territorios ambientales del sur. México: Siglo XXI, 2014.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis.** Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Tradução de Jorge E. Silva. Revisão de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEFF, Enrique. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 17-40, 2003.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. Revisão de Paulo Freire Vieira. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique. Marxism and the environmental question: from the critical theory of production to an environmental rationality for sustainable development. **Capitalism Nature Socialism Journal**, Reino Unido, v. 4, n. 1, p. 44-66, 1993.

LEFF, Enrique. The scientific-technological revolution, the forces of nature, and Marx's theory of value, Capitalism Nature Socialism. **Capitalism Nature Socialism Journal**, Reino Unido, v. 11, n. 4, p. 109-129, 1993.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideu: Coscoroba Ediciones, 2004.

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: a construção de Os sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LIMA COSTA, Cláudia de; FUNCK, Susana Bórneo. O antropoceno, o pós-humano e o novo materialismo: intervenções feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 903-908, 2017.

LIPIETZ, Alain. A ecologia política e o futuro do marxismo. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 9-22, 2003.

LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, 2013.

LÖWY, Michael. **Ecosocialismo**: la alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista. Traducción Silvia Nora Lobado. Buenos Aires: El Colectivo - Herramienta, 2011.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÖWY, Michael. **De Marx ao ecossocialismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Pós-Neoliberalismo II. Que Estado para que democracia? Petrópolis: Vozes, 1999, p. 90-107.

LÖWY, Michael. Por um marxismo crítico. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 3, p. 21-30, 1997.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciências sociais**: elementos para uma análise marxista. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MADAN, Aarti Smith. **Mapmaking, rubbertapping**: cartography and social ecology in Euclides da Cunha's The amazon land without history. In: SLOVIC, Scott; RANGARAJAN, Swarnalatha; SARVESWARAN, Vidya (Orgs.). Ecoambiguity,

community and development toward a politicized ecocriticism. Maryland: Lexington Books, 2014, p. 161-177.

MARQUES FILHO, Luiz César. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2ª ed. ver. e ampl. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

MARX, Karl. **O capital**: crítica de economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Gregório. **Poemas escolhidos**. Seleção e organização de José Miguel Wisnik. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MIES, Maria, SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Tradução de Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MIRES, Fernando. La nueva ecología. El sentido político de la ecología en América Latina. **América Latina Hoy**, n. 7, p. 49-58, 1996.

MONTAIGNE, Michel. **Ensaaios**. Tradução de J. Brito Broca e Wilson Lousada. São Paulo: Nova Fronteira, 1978.

MOREANO, Melissa; MOLINA, Francisco; BRYANT, Raymond. **Hacia una ecología política global**: aportes desde el sur. In: ALIMONDA, Héctor; PÉREZ, Catalina Toro; MARTÍN, Facundo (Orgs.). *Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. Vol. I. Buenos Aires: CLACSO, 2017, p. 197-211.

NEWELL, Peter. Race, class and the global politics of environmental inequality. **Global Environmental Politics**, Massachusetts, v. 5, n. 3, p. 70-94, 2005.

NIELSON, Rex P. Ecocritical thought in Euclides da Cunha's correspondence and writings about the amazona. **Revista Interdisciplinar de Literatura e Ecocrítica**, João Pessoa, v. 01, n. 1, p. 49-75, 2019.

O'CONNOR, James. **Causas naturales**: ensayos de marxismo ecológico. Traducción Patricia Reyes Baca. México: Siglo XXI, 2001.

PAPA BENTO XVI. **Carta Encíclica *Caritas in Veritate* do sumo pontífice Bento XVI aos bispos, aos presbíteros e diáconos, às pessoas consagradas, aos fiéis leigos e a todos os homens de boa vontade sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade**, 2009.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica *Laudato Sí* do santo padre Francisco sobre o cuidado da casa comum**, 2015.

PAULA, Elder Andrade de. Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 13, p. 102-117, 2008.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, ed. esp., p. 296-316, 2016.

POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

RAMÍREZ, Franklin; JÁCOME, Hugo. Naturaleza y crisis del capitalismo. **Íconos. Revisya de Ciencias Sociales**, Quito, n. 36, p. 13-17, 2010.

RAUCHECKER, Markus; CHAN, Jennifer (Orgs.). **Sustentabilidad desde abajo**: luchas desde el género y la etnicidad. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

RAUCHECKER, Markus; CHAN, Jennifer. **Las luchas por uma sustentabilidade desde abajo**: hacia una nueva agenda de investigación. In: RAUCHECKER, Markus; CHAN, Jennifer (Orgs.). *Sustentabilidad desde abajo: luchas desde el género y la etnicidad*. Buenos Aires: CLACSO, 2016, p. 11-30.

REIS, Émilien Vilas Boas; BIZAWU, Kiwonghi. A encíclica *Laudato Sí* à luz do direito internacional do meio ambiente. **Veredas do Direito**. Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 29-65, 2015.

ROSSO, Mauro. **Escritos de Euclides da Cunha**: política, economia, etnopolítica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2009.

SACHS, Ignary. Sociedade, cultura e meio ambiente. **Mundo & Vida**, Niterói, v. 2, p. 7-13, 2000.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Pós-Neoliberalismo II. Que Estado para que democracia? Petrópolis: Vozes, 1999.

SAYRE, Robert; LÖWY, Michael. A corrente romântica nas ciências sociais da Inglaterra: Edward P. Thompson e Raymond Williams. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 8, p. 43-66, 1999.

SANTANA, José Carlos Barreto de. **Ciência e arte**: aspectos da construção do discurso científico em Os sertões. In: BERNUCCI, Leopoldo M. *Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEGRELLES, José Antonio. La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 13, p. 126-143, 2008.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida**: mujer, ecología y supervivência. Traducción Ana Elena Guyer y Beatriz Sosa Martínez. Madrid: horas y HORAS, 1995.

SHIVA, Vandana. **Las mujeres em la naturaliza**: la naturaliza como el principio femenino. Traducción Maria Joxé Agra Romero. AGRA ROMERO, Maria Joxé (Org.). Ecología y feminismo. Granada: Ecorama, 1998, [s/p].

SILVA, Júlio Romão da. **Luiz Gama e suas poesias satíricas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1981.

SLOVIC, Scott; RANGARAJAN, Swarnalatha; SARVESWARAN, Vidya (Orgs.). **Ecoambiguity, community and development toward a politicized ecocriticism**. Maryland: Lexington Books, 2014.

SOFIATI, Flávio Munhoz. O novo significado da ‘opção pelos pobres’ na Teologia da Libertação. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 215-234, 2013.

SOUZA, Márcio. Amazônia e modernidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 31-36, 2002.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidade nacional e modernidade brasileira**: o diálogo entre Silvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TUPIASSÚ, Amarílis. Amazônia, das travessias lusitanas à literatura de até agora. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 299-320, 2005.

UMAÑA, Julio Carrizosa. **Complejidad, ecología y política em América Latina**. In: ALIMONDA, Héctor; PÉREZ, Catalina Toro; MARTÍN, Facundo (Orgs.). Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Vol. II. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de. Lilia Moritz Schwarcz - Lima Barreto: triste visionário. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, n. 54, p. 477.

VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de. **Uma visão euclidiana da Amazônia: À margem da história**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

VENTURA, Roberto. (**Roberto Ventura** [2003]). In: GALVÃO, Walnice Nogueira. Os sertões: Euclides da Cunha: edição crítica e organizada de Os sertões. Fortuna crítica: vários autores. Fotos: Flávio de Barros. São Paulo: Ubu Editora / Edições Sesc São Paulo, 2016, p. 675-676.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a república. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 10, n. 26, 1996.

VOVELLE, Michel. A Revolução Francesa e o seu eco. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 6, p. 25-45, 1989.

WELLS, Gustavo Blanco; GÜNTHER, Ma. Griselda; GUTIÉRREZ, Ricardo A.; VALENCIA, Javier Gonzaga. **Introducción**. Cambio ambiental global y políticas ambientales em América Latina. In: GÜNTHER, Ma. Griselda; GUTIÉRREZ,

Ricardo A. (Orgs.). La política del ambiente em América Latina: uma aproximación desde el cambio ambiental global. Ciudad de México: CLACSO, 2017, p. 15-36.

WILSON, Edward O. **Diversidade da vida**. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZALDÍVAR, Víctor Bretón Solo de. Etnicidade, desarrollo y ‘buen vivir’: reflexiones críticas em perspectiva histórica. **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, Amsterdã, n. 95, p. 71-95, 2013.

ZILLY, Berthold. **Uma construção simbólica da nacionalidade num mundo transnacional**. In: FRANCESCHI, Antônio Fernando de. Cadernos de literatura brasileira. Edição especial, comemorativa do centenário de *Os sertões*, nºs 13 e 14. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales, 2002, p. 340-359.